

AUDIODESCRIÇÃO E CIDADANIA:
PROCESSOS COMUNICACIONAIS DE SUJEITOS
CEGOS VINCULADOS AOS USOS E APROPRIAÇÕES
DA REDE SOCIAL WHATSAPP

MARCELA RIBAS CAMPANHÃ
Orientadora: Dra. Jiani Adriana Bonin



**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
CENTRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
MESTRADO**

MARCELA RIBAS CAMPANHÃ

**AUDIODESCRIÇÃO E CIDADANIA:
PROCESSOS COMUNICACIONAIS DE SUJEITOS CEGOS VINCULADOS AOS
USOS E APROPRIAÇÕES DA REDE SOCIAL WHATSAPP**

SÃO LEOPOLDO

2020

Marcela Ribas Campanhã

**AUDIODESCRIÇÃO E CIDADANIA:
PROCESSOS COMUNICACIONAIS DE SUJEITOS CEGOS VINCULADOS AOS
USOS E APROPRIAÇÕES DA REDE SOCIAL WHATSAPP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jiani Adriana Bonin

São Leopoldo

2020

C186a Campanhã, Marcela Ribas.
Audiodescrição e cidadania : processos comunicacionais de sujeitos cegos vinculados aos usos e apropriações da rede social WhatsApp / Marcela Ribas Campanhã. – 2020.

170 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, 2020.

“Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jiani Adriana Bonin”.

1. Cidadania. 2. Pessoas com deficiência visual. 3. WhatsApp (Aplicativo de mensagens). 4. Audiodescrição. 5. Redes sociais on-line. I. Título.

CDU 659.3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)

AGRADECIMENTOS

Ao PPGCOM da Unisinos e a todos os professores que fazem parte dele e contribuem para a construção do conhecimento científico. Agradeço pela oportunidade de fazer parte de uma instituição tão sensível e comprometida com a formação de pesquisadores.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por ter oportunizado esta pesquisa através do financiamento de uma bolsa.

À minha orientadora, Jiani Bonin, por me abrir as portas do conhecimento científico e me ajudar a desenvolver um olhar criterioso e, também, sensível e amoroso para a pesquisa.

Aos professores da banca de qualificação, Ana Paula da Rosa e Marco Bonito, pelas valiosas observações e sugestões.

Ao meu marido pelo apoio, incentivo e companheirismo em mais essa empreitada.

Aos meus pais, por sempre terem me estimulado a estudar.

Aos meus colegas de trabalho pela compreensão e pela parceria durante as horas em que precisei me ausentar.

À Josiane França, minha amiga e inspiração para esta pesquisa e para a vida.

Aos quatro sujeitos comunicantes cegos que participaram da fase sistemática da pesquisa e contribuíram de forma valiosa compartilhando suas experiências. Essas narrativas foram essenciais para a construção desta dissertação.

Aos integrantes do grupo *Interação com AD*. Todo o meu respeito e admiração por vocês!

À Mimi e Kemi que, de forma atenta, sensível e empática, emprestam seus olhos e descrevem o mundo para aqueles que não enxergam.

Agradeço a todos(as) que, de alguma forma, contribuíram e incentivaram o desenvolvimento desta pesquisa. Meu sincero obrigada!

*Conheça todas as teorias, domine todas
as técnicas, mas, ao tocar uma alma
humana, seja apenas outra alma humana.*
Carl Jung

RESUMO

Esta pesquisa é dedicada a investigar os processos comunicacionais nos usos e nas apropriações de mídias digitais por pessoas com deficiência visual (PDV), na perspectiva de sua cidadania comunicativa. A investigação envolve dois aspectos: a relação com a audiodescrição e o uso da rede social WhatsApp. Para dar conta da complexidade do objeto desta investigação, é realizada uma contextualização de aspectos relativos à questão da deficiência visual no contexto brasileiro, ao panorama da audiodescrição e a inclusão comunicacional/digital de pessoas cegas nos processos de midiatização, com foco no digital. A pesquisa é fundamentada em argumentos teóricos que trabalham os conceitos de *midiatização, comunicação digital e tecnologia assistiva, cidadania comunicativa, recepção, usos e apropriações* apresentando, também, aspectos envolvendo a *cegueira* e a *audiodescrição*. Para realizar a investigação acerca dos usos das mídias e do WhatsApp pelos sujeitos comunicantes cegos, realizamos um percurso fundamentado na perspectiva transmetodológica (MALDONADO, 2008) que envolveu, na sua construção, processos de pesquisa exploratória, levantamentos bibliográficos e pesquisa da pesquisa; e empiricamente observação participante e entrevistas em profundidade com os relatos de trajetórias de vida de quatro sujeitos cegos. Os resultados indicam que, os usos e as apropriações que esses sujeitos realizam nos ambientes digitais apresentam certas similaridades em relação aos usos e apropriações das pessoas videntes. A diferença é que para as PDV é necessário adaptar-se a um contexto comunicacional que é hegemonicamente pensado para as pessoas que enxergam. Também verificamos que o desenvolvimento das tecnologias assistivas facilita o processo de acessibilidade e de inclusão dessas pessoas. No entanto, para que a cidadania comunicativa seja de fato uma realidade, são necessários outros fatores de ordem legal, social e cultural.

Palavras-chave: cidadania; audiodescrição; comunicação; WhatsApp, apropriações.

ABSTRACT

This research seeks to investigate the communicational processes in the uses and appropriations of digital media by people with visual impairment (PVI), in the perspective of their communicative citizenship. The investigation involves two aspects: the relation with the audio description and the use of WhatsApp social media. To understand the complexity of the object of this investigation, we present the contextualization of aspects related in the matter of visual impairment in a Brazilian context, the overview of the audio description and the communicational and digital inclusion of blind people in the mediatization processes, with digital focus. The research is based on theoretical arguments that works through the concepts of mediatization, digital communication and assistive technology, communicative citizenship, reception, uses and appropriations. We also present aspects involving blindness and audio description. To carry out the investigation about the uses of media and WhatsApp by blind communicating subjects, this research was carried out in a transmethodological approach (Maldonado 2008) involving exploratory research, bibliography and research of researches, participant observation and in-depth interview with reports of the life trajectories of four blind subjects. The results indicate that, in relation to the uses and appropriations that these subjects make in digital environments it is possible to say that they present similarities in relation to the uses and appropriations of people without visual impairment. The difference is that for PVI it is necessary to adapt to a communicational context that is hegemonic thought out for people without visual impairment. We also found that the development of assistive technologies facilitates the process of accessibility and inclusion of these people, however, for communicative citizenship to be a reality, other factors of a legal, social and cultural nature are necessary.

Keywords: citizenship; áudio description; communication; WhatsApp, appropriations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quadro de perguntas sobre deficiência para o Censo IBGE 2010.....	45
Figura 2 - Gráfico com a proporção de PDV nas regiões brasileiras	47
Figura 3 – Leitores de Tela.....	67
Figura 4 - Dados sobre consumo de internet no Brasil em 2016.....	69
Figura 5 - Descrição do grupo, Interação com AD.....	75
Figura 6 - Conversa entre participantes do grupo Interação com AD.....	76
Figura 7 – Divulgação de espetáculo no grupo Interação com AD.....	111
Figura 8 – Convite para espetáculo	112
Figura 10 – Divulgação de notícia.....	114
Figura 11 - Divulgação de documentário sobre deficiência	114
Figura 12 - Divulgação de comercial com AD.....	115
Figura 13 - Orientações sobre o Festival de Cinema de Gramado	116
Figura 14 - Combinações.....	117
Figura 15 - Relato sobre encontro presencial	118
Figura 16 - Questionamento sobre números em braile.....	120
Figura 17 - Divulgação de mobilização por AD no Netflix	122
Figura 18 - Conversa sobre AD em evento divulgado no Facebook.....	123
Figura 19 - Outdoor em Curitiba	124
Figura 20 - Mensagem sobre privilégios	124
Figura 21 - Conversa sobre direitos das PcD	125
Figura 22 - Imagem com descrição	126
Figura 23 - Negociações sobre divulgação dentro do grupo	127
Figura 24 - #Divulgação	128
Figura 25 - Relato sobre espetáculo	128

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 FUNDAMENTOS E TRILHAS METODOLÓGICAS	16
2.1 Perspectivas transmetodológicas norteadoras da pesquisa.....	16
2.2 Os levantamentos bibliográficos e a pesquisa da pesquisa	23
2.3 As pesquisas teórica e de contextualização	25
2.4 Os movimentos exploratórios.....	26
2.4.1 <i>Explorações em eventos culturais</i>	28
2.4.2 <i>Observação participante no grupo de WhatsApp</i>	30
2.4.3 <i>Entrevistas exploratórias</i>	32
2.5 A fase sistemática da pesquisa.....	34
2.5.1 <i>A observação no grupo de WhatsApp, Interação com AD</i>	34
2.5.2 <i>As entrevistas com os sujeitos comunicantes cegos</i>	35
3 O CONTEXTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL.....	38
3.1 Aspectos do contexto histórico e sociocultural das pessoas com deficiência visual.....	38
3.1.1 <i>Aspectos do cenário de Porto Alegre</i>	47
3.2 Legislações deficientes	50
3.3 Audiodescrição	55
3.3.1 <i>Elementos históricos</i>	57
3.3.2 <i>Panorama da AD no Brasil</i>	60
3.4 A acessibilidade digital e as lutas em busca da inclusão social	64
3.4.1 <i>Dispositivos móveis, redes sociais e a constituição de comunidades digitais</i>	68
3.4.2 <i>O grupo do WhatsApp, Interação com AD</i>	74
4 PROBLEMATIZAÇÃO TEÓRICA.....	77
4.1 Processos midiáticos e comunicação cega.....	77
4.1.1 <i>A Comunicação Digital</i>	82
4.1.2 <i>As Tecnologias Assistivas</i>	86
4.1.3 <i>A audiodescrição</i>	90
4.2 Perspectivas para pensar as inter-relações dos sujeitos comunicantes cegos com as tecnologias e a cidadania comunicativa.....	95
4.2.1 <i>Pensando a recepção e as mediações</i>	95

4.2.2 Os sujeitos comunicantes cegos e suas inter-relações com as mídias	100
4.2.3 Cidadania Comunicativa.....	106
5 USOS E APROPRIAÇÕES DO WATSHAPP PELOS SUJEITOS COMUNICANTES CEGOS	110
5.1 Processos comunicacionais do grupo <i>Interação com AD</i> no WhatsApp	110
5.1.1 Informativo	110
5.1.2 Socialização do grupo	116
5.1.3 Relatos, negociações e discussões vinculadas à acessibilidade e consumo cultural....	120
5.2 Os sujeitos comunicantes: trajetórias comunicacionais, midiáticas inter-relações com o grupo <i>Interação com AD</i>	129
5.2.1 Jenifer	129
5.2.2 Pedro	134
5.2.3 Evandro	137
5.2.4 Ricardo	141
5.3 Análise.....	146
6 REFLEXÕES FINAIS	150
REFERÊNCIAS	156
APÊNDICE A – ROTEIRO DA FASE SISTEMÁTICA DA PESQUISA: ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE	166
APÊNDICE B – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO NO GRUPO DE WHATSAPP <i>INTERAÇÃO COM AD</i>	170

1 INTRODUÇÃO

As recorrentes transformações nos meios de comunicação, sobretudo após o surgimento da internet e os mais recente desenvolvimento e difusão dos dispositivos móveis, acarretaram mudanças significativas na forma como nos relacionamos. Com a inserção das tecnologias no cotidiano das pessoas, vimos alterar também a maneira como recebemos, registramos, compartilhamos informações e construímos significados. Para pessoas que possuem particularidades culturais e comunicacionais, como as pessoas cegas, as tecnologias podem ter um papel muito significativo. Entre outros aspectos, elas podem mediar a inclusão de determinados grupos em seu meio social, reforçando e até mesmo ampliando suas concepções e práticas de cidadania.

O último Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em 2010, e reavaliado em 2018, apontou que o Brasil possui quase 7 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência visual, sendo meio milhão delas consideradas totalmente cegas. Considerando que a maioria das produções ainda não é disponibilizada em formato acessível para este público, essas pessoas podem ter acesso limitado à informação e ao entretenimento. Princípios de igualdade social e medidas em prol da inclusão das pessoas com deficiência (PcD) na sociedade estão cada vez mais presentes nos discursos jurídicos e políticos. No entanto, o que ocorre na prática ainda difere amplamente do que é almejado em teoria. O olhar de piedade e a discriminação ainda são comuns na atualidade.

Nesta pesquisa, procuro investigar os processos comunicacionais de pessoas com deficiência visual (PDV), aqui tratadas como sujeitos cegos¹, na perspectiva de sua cidadania comunicativa a partir de dois eixos: a audiodescrição e a tecnologia digital, este último focado especificamente na rede social WhatsApp. No contexto pesquisado, ambos estão interligados já que o cenário empírico digital de referência é um grupo no WhatsApp formado por pessoas com deficiência visual cujo foco principal é a discussão em torno da audiodescrição.

A audiodescrição, ou AD como também é referida, consiste na transformação de imagens em palavras para que informações-chave ofertadas visualmente não passem despercebidas e possam também ser acessadas por pessoas cegas ou com baixa visão (FRANCO E SILVA, 2010). O recurso existe há pouco mais de 30 anos, é bastante utilizado em produções culturais (filmes, peças de teatro, programas de TV, etc.) de países da Europa e dos Estados

¹ A compreensão deste conceito será discutida no capítulo 3.

Unidos e vem ganhando gradualmente maior visibilidade e projeção também em outros locais à medida que o direito das pessoas com deficiência é reconhecido e garantido.

A divulgação dos eventos que disponibilizam audiodescrição é um dos fatores importantes para que ela seja cada vez mais utilizada nas produções comunicacionais. Pensando nisso em 2017 um grupo de pessoas cegas e alguns profissionais que trabalham com AD na região metropolitana de Porto Alegre criaram um grupo no aplicativo WhatsApp para divulgar os eventos e debater sobre o uso desse dispositivo, sobretudo em produções de cinema e teatro. Embora o foco central do grupo seja a audiodescrição, as discussões perpassam por outras temáticas ligadas à realidade na qual o grupo está inserido. Inclusão, acessibilidade e representações sociais da figura do cego estão entre os assuntos abordados.

Nesta pesquisa parto do entendimento de que a observação dos processos comunicacionais atrelados às tecnologias não deve estar reduzida ao âmbito das materialidades e da técnica. A compreensão dos novos fenômenos que surgem simultaneamente ao desenvolvimento tecnológico comunicacional deve levar em consideração as relações entre os sujeitos, os dispositivos técnicos utilizados, as práticas envolvidas nas interações, os contextos e culturas envolvidos no processo. Da mesma forma que os dispositivos comunicacionais modificam o comportamento dos sujeitos, estes também se apropriam de suas potencialidades, ampliando suas capacidades comunicativas e criativas. Essas apropriações estão relacionadas às lógicas dos contextos de uso, do próprio dispositivo e dos sujeitos que os utilizam. Existem protocolos de uso nos dispositivos, mas cada sujeito utiliza-os de acordo com suas competências culturais e midiáticas, alicerçadas nas culturas e nos contextos em que estão inseridos.

Além das apropriações dos conteúdos, o debate proposto nesta pesquisa também considera as limitações e as possibilidades relacionadas à interação dos sujeitos cegos com as tecnologias, seu meio social e cultural e como isto está interligado com a cidadania comunicativa. As análises do contexto sociocultural relacionado à comunicação demonstram que as lógicas de produção de conteúdos estão baseadas, prioritariamente, em modelos visuais, o que acaba limitando a participação de pessoas com deficiência visual. Até mesmo o rádio, considerado uma opção bastante interessante para esse grupo, já que exige essencialmente o sentido da audição, pode conter limitações vinculadas ao mundo vidente. A comunicação realizada por esse meio muitas vezes não considera particularidades desse grupo, visto que toda a sua semântica e sua linguagem são estruturadas nos parâmetros da cultura hegemônica das pessoas que enxergam. (BONITO, 2015).

Com a chegada do cinema e da televisão, novas formas de interação foram sendo exploradas, dessa vez incluindo outras competências cognitivas para o entendimento dos conteúdos propostos de maneira visual. Junto com esse novo processo, outras lógicas comunicativas começam a ser instauradas. Para as pessoas com deficiência visual, a inserção de conteúdos audiovisuais sem acessibilidade (audiodescrição) significou a instauração de limitações comunicativas que dificultam o acesso a determinados conteúdos.

As primeiras produções com audiodescrição - cinema, teatro e televisão - iniciaram na década de 80, nos Estados Unidos e posteriormente, foram sendo realizadas também na Europa. No Brasil, o primeiro registro de utilização desta técnica foi em 2003 durante o festival temático *Assim Vivemos: Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência*. Apesar de garantido constitucionalmente², o acesso pleno a conteúdos com acessibilidade ainda é uma realidade distante no país. No que diz respeito ao cumprimento da lei que garante o acesso da população com deficiência visual aos conteúdos audiovisuais, a inclusão tem dependido muito mais de iniciativas privadas e de movimentos independentes do que do apoio das autoridades dos meios de comunicação.

O desenvolvimento da comunicação digital também não aboliu as limitações comunicacionais para as pessoas com deficiência visual. Mesmo com o auxílio da tecnologia assistiva, mediada por leitores de tela, o acesso pleno às informações ainda pode ser prejudicado. Isso acontece porque a linguagem e os conteúdos ofertados na web são desenvolvidos priorizando a cultura hegemônica dos videntes³. Para que a comunicação seja considerada inclusiva, os projetos digitais precisam nascer com as propostas de acessibilidade contidas no desenho, que deveria ser universal.

Em relação aos dispositivos móveis, especificamente os smartphones, existe uma série de ferramentas de acessibilidade disponíveis nos sistemas operacionais destes aparelhos para garantir o acesso das pessoas com deficiência visual, tais como leitor de tela, lente de aumento e controle de contraste. O mercado de tecnologias também oferece cada vez mais opções de aplicativos voltados a esse grupo de pessoas.

Esse cenário comunicativo me levou a indagações sobre os usos, apropriações e práticas comunicacionais que podem estar sendo feitas pelos sujeitos comunicantes cegos, dinamizadas pelo ambiente digital, relativas ao processo de audiodescrição e sobre como essas apropriações

² O assunto será explorado no capítulo 2.

³ Termo que faz referência ao grupo de pessoas que não é considerado como "Pessoas com Deficiência Visual", ou seja, são as "pessoas que enxergam" sem dificuldade ou auxílio de recursos assistivos.

vinculam à construção da cidadania comunicativa desses sujeitos. Neste contexto, as pessoas aqui pensadas como “sujeitos comunicantes” desempenham papel cada vez mais relevante nos processos de produção simbólica em ambientes digitais.

As constatações obtidas em relação às pesquisas às quais tive acesso por meio de bancos de dados⁴ sobre audiodescrição e pessoas com deficiência visual levam a um cenário no qual poucos estudos estavam focados na comunicação e na relação entre acessibilidade e cidadania. Isso me sinalizou a necessidade de desenvolver pesquisas empíricas que considerassem os aspectos constitutivos e as marcas identitárias dos sujeitos cegos na construção desses processos comunicacionais.

Considerando estas questões, a pesquisa foi norteada pela indagação central em torno das *inter-relações de sujeitos cegos do contexto porto-alegrense com a audiodescrição a partir das apropriações da rede Social WhatsApp na perspectiva da cidadania comunicativa*. Este questionamento central envolveu estudar especificamente: as modalidades de usos e apropriações os sujeitos comunicantes cegos, vinculados pelo interesse em torno da audiodescrição realizam do WhatsApp; suas experiências e significações em torno da audiodescrição; a relação das culturas comunicacionais e das competências comunicativas dos sujeitos cegos com estes processos comunicativos e as possibilidades de construção da cidadania comunicativa nestes processos comunicacionais.

O objetivo geral norteador da investigação realizada foi analisar os processos comunicacionais dos sujeitos cegos de Porto Alegre vinculados à audiodescrição a partir das apropriações da rede social WhatsApp na perspectiva da cidadania comunicativa. Foi concretizado a partir dos seguintes objetivos específicos: contextualizar aspectos relativos à condição sociocultural e comunicacional dos cegos nos cenários brasileiro e porto alegrense, a fim de entender suas articulações com a constituição dos sujeitos comunicantes investigados; estudar os usos e apropriações da rede social WhatsApp para entender como os processos de audiodescrição são tematizados pelo grupo, negociados e vividos pelos sujeitos comunicantes; analisar estes processos comunicacionais em termos de possibilidades e concretizações que apresentam para a construção, o exercício e a ampliação da cidadania comunicativa destes sujeitos.

Para sustentar a análise, na construção teórica desta dissertação desenvolvo perspectivas relativas aos usos, apropriações e produções comunicacionais dos sujeitos comunicantes cegos, à audiodescrição e cidadania comunicativa. Para trazer evidências vinculadas a esta questão,

⁴ A descrição detalhada dos locais pesquisados é apresentada no capítulo 4.2.

analisar diferentes contextos onde a audiodescrição é utilizada e investigar as interações realizadas no grupo online envolvendo essa temática e suas inter-relações com processos comunicacionais dos sujeitos cegos.

Por meio de uma concepção transmetodológica - que tem como características “confluência de métodos; entrelaçamento de lógicas diversas (formais, intuitivas, paraconsistentes, abduativas, experimentais e inventivas); estruturação de estratégias, modelos e propostas mistas” (MALDONADO, 2008, p. 29), busquei construir um olhar multidimensional que permita pensar a problemática comunicacional das pessoas com deficiência visual.

Em termos empíricos, a construção da pesquisa incluiu observação participante no grupo de WhatsApp e em espetáculos – cinema, show e teatro – em que a audiodescrição é utilizada, assim como entrevistas em profundidade com sujeitos cegos vinculados ao grupo. Partindo do pressuposto de que o grupo de WhatsApp é utilizado como dispositivo agregador e construtivo de comunidades, tornou-se essencial conhecer a forma como os participantes se apropriam dessa rede social em torno da questão da audiodescrição, assim como suas experiências e significações e práticas em torno dela.

A pesquisa realizada procura contribuir com a geração de conhecimentos relacionados a um fenômeno ainda pouco explorado no campo da Comunicação. Em investigação realizada na fase de levantamento bibliográfico nos principais repositórios acadêmicos disponíveis na web, foram encontrados poucos trabalhos científicos que incluíam o viés da Comunicação e da Acessibilidade envolvendo a temática Audiodescrição. Soma-se a isso o fato de quase nenhum deles abordar questões relacionadas à cidadania. Dentre os trabalhos encontrados e que podem ser considerados do campo da Comunicação Social, poucos eram dissertações ou teses, geralmente eram artigos apresentados em eventos acadêmicos. Há muitos estudos em áreas distintas da Comunicação Social, em que se destacam a Educação, a Informática, a Saúde e a Linguística. As pesquisas nas áreas de Educação e Informática se concentram, principalmente no uso da AD como ferramenta para inclusão das pessoas com deficiência visual em suas respectivas áreas. No campo da saúde as investigações buscam observar a experiência desses sujeitos com a AD e o efeito cognitivo provocado. Já na área da Linguística, as pesquisas encontradas se concentram na análise da linguagem utilizada durante o processo de transformação da mensagem visual para verbal.

A maioria das pesquisas parte de modelos técnicos e instrumentais para análises de casos relacionados a questões envolvendo acessibilidade e audiodescrição e quando citam o termo "comunicação", em geral trabalham com noções que a compreendem como simples fluxo

de informações. Porém, há trabalhos científicos que se destacam pela sua relevância e contribuição para esta pesquisa. O mais pertinente desses é a tese de Marco Bonito, da Unisinos, intitulada *Processos da comunicação digital deficiente e invisível: Mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil*. A referida pesquisa investigou os processos comunicacionais digitais dos sujeitos cegos sob a perspectiva de sua cidadania comunicativa. Esta pesquisa dialoga teórica e metodologicamente com aspectos da investigação referida, mas também se distingue dela por aprofundar os processos comunicacionais em torno da audiodescrição realizados em torno da rede social WhatsApp.

É possível verificar que a audiodescrição é foco explorado em campos como Educação e Informática, no entanto não foram realizadas constatações referentes a estudos que se debruçassem especificamente sobre as apropriações comunicacionais dos sujeitos envolvidos nesse processo. O mesmo acontece com as pesquisas cujas temáticas envolvem a acessibilidade digital. Nesse caso, os estudos⁵ abordam, principalmente, a questão da tecnologia assistiva e as configurações do ambiente digital para torná-lo acessível às pessoas com limitações visuais. Além disso, não foram encontrados trabalhos que explorassem o contexto sociocultural das pessoas com deficiência visual e as ofertas de audiodescrição no município de Porto Alegre, embora a cidade esteja entre os principais polos nacionais de consumo do recurso.

Dessa forma, esta proposta de pesquisa se diferencia de outras investigações sobre acessibilidade tendo em vista seu objetivo de observar as relações entre os sujeitos cegos com a tecnologia sob o viés da cidadania, levando em conta os cenários presenciais e experiências digitais em torno da temática audiodescrição. A proposta de analisar de que forma se configuram os processos comunicacionais e a dinâmica das relações entre esses sujeitos e a audiodescrição também possibilitará compreender o papel que o grupo, constituído a partir de uma rede social mas não restrito a ela, exerce no processo constitutivo de novos modos de se relacionar e construir “coletividades”.

Esta pesquisa também procura contribuir para questionar estruturas, modelos, conceitos e práticas relativos aos processos midiáticos que excluem ou dificultam a inclusão comunicativa desse grupo social especificamente. Soma-se a isso a necessidade de estudos e trabalhos fundamentados que possam colaborar para o aperfeiçoamento de ações voltadas à acessibilidade comunicativa. Conforme explica a professora Joana Belarmino de Sousa, (2017):

⁵ Exemplo de estudos: “EVOC: uma ferramenta com recurso de voz para favorecer o processo de interação e inclusão dos cegos em ambientes virtuais de aprendizagem” de Regina Bärwaldt; “Ambientes virtuais acessíveis sob a perspectiva de usuários com limitação visual, de Andrea Sonza”.

As redes sociais constituem-se de fato em esfera privilegiada onde as pessoas com deficiência agrupam-se, produzem, distribuem e consomem conteúdos de toda ordem, desde os conteúdos de entretenimento, àqueles de divulgação científica, educativos, de comunicação jornalística, entre outros (SOUSA; SIQUEIRA, 2017, p.114)

Porém, essa visibilidade parece se dar, principalmente, na dimensão técnica dos processos, com pequenos ajustes e com a criação de aplicativos que facilitam o acesso aos conteúdos. É possível verificar evoluções constantes no campo digital. No entanto, no tocante às questões comunicativas e de cidadania, dentro do atual contexto, as leis vigentes no Brasil não dão conta de suprir as necessidades das pessoas com deficiência.

O ciberespaço ainda é um local onde as limitações em torno da acessibilidade e de quebra do pleno direito à informação e à comunicação são constantes. Um exemplo são os *sites* com conteúdos acessíveis, a maioria faz parte de órgãos do governo ou estão ligados a temáticas sobre deficiência. Nenhum meio de comunicação massivo e de relevância se empenhou em subsidiar programações acessíveis de maneira permanente, mesmo com legislações já criadas sobre a questão e que deveriam garantir os direitos das pessoas com deficiência.

Nesse contexto, as redes sociais têm demonstrado ser um lugar privilegiado para a organização das lutas das pessoas com deficiência, conforme analisam Sousa e Siqueira (2017). No entanto, não se pode afirmar que a militância seja o foco desses grupos na utilização das redes sociais. Muitos, inclusive integrantes do grupo analisado nesta pesquisa, demonstram interesse no convívio social e na busca por informações sobre atividades voltadas aos seus interesses. As observações iniciais demonstram que o ciberativismo é apenas um dos muitos interesses que levam esses sujeitos a se agruparem em torno de uma causa em comum.

Considero que as tecnologias assistivas para a comunicação podem contribuir de maneira significativa para uma melhor inclusão social e promover a cidadania das pessoas com deficiência visual no contexto social vigente. No entanto, para que isso aconteça de maneira sistêmica faz-se necessário, entre outros aspectos, a implementação de pesquisas que abordem essa temática além do viés tecnicista.

Em nível individual, a pesquisa⁶ se justifica-se também pela minha afinidade e pelo vínculo com a causa das pessoas com deficiência. Desde a infância tenho contato com essa temática, primeiro por meio do meu avô paterno que em função de uma doença teve as duas

⁶ A justificativa desta pesquisa é entendida aqui como um compromisso do(a) pesquisador(a) com a realidade em que se insere e com o campo científico da Comunicação, somando-se ao que já há pesquisado de maneira singular. Conforme explica Bonin (2011, p.23), esse compromisso “implica estar atento aos problemas relevantes colocados e suscitados por essa realidade, de modo que os conhecimentos possam responder aos problemas e desafios do seu tempo histórico”.

pernas amputadas. A cadeira de rodas nunca o impediu de ter autonomia, tampouco lhe tirou a vitalidade. Também convivi durante muitos anos com uma tia materna que é portadora de uma deficiência mental leve. Com exceção das limitações físicas, na minha visão infantil o mundo não os diferenciava das outras pessoas consideradas “normais”. Não precisei de muito tempo para perceber que o preconceito e a exclusão faziam parte não só da vida deles, mas também de todas as pessoas com alguma deficiência que, de modo geral, são consideradas pela sociedade, como pessoas "carentes" e "dignas de piedade”.

Alguns anos depois, já adulta, acompanhei o doloroso processo de perda da visão de uma amiga. Esse foi meu primeiro contato com o contexto das pessoas com deficiência visual e com a audiodescrição, embora esse termo ainda não me fosse familiar na época. Após iniciar os estudos em comunicação social, a observação empírica desse processo de aprendizagem desta amiga me trouxe inquietações relativas à inclusão social e à cidadania. Penso que ambos estão intimamente relacionados à comunicação social e sua condição midiática de construir identidades e sujeitos comunicantes.

O que quero dizer com isso é que a eleição do tema desta pesquisa não é mera escolha, mas, sim, o resultado da minha trajetória pessoal, profissional e, sobretudo, está baseada nos valores em que acredito. A pesquisa busca contribuir com a inclusão social desse grupo de pessoas e se compromete a discutir propostas no âmbito sociopolítico para colaborar também com o desenvolvimento da linha em que se insere e do campo de pesquisa em Comunicação Social.

2 FUNDAMENTOS E TRILHAS METODOLÓGICAS

Para a compreensão do processo de pesquisa aqui empreendido, é importante apresentar as reflexões metodológicas e os procedimentos que alicerçaram os movimentos investigativos. Assim, neste capítulo apresento os caminhos metodológicos que, em confluência com a teoria, constituíram esta investigação.

Parto do entendimento de que a metodologia precisa ser construída, articulada e pensada com base nas necessidades do fenômeno investigado e que toda a escolha que fizermos em relação aos métodos configura os resultados observados. Essa visão vai ao encontro das proposições de Bonin (2016) que considera que a dimensão metodológica é constitutiva do conhecimento produzido, portanto precisa ser assumida e trabalhada de modo rigoroso e inventivo nas pesquisas. É importante salientar que as técnicas e os procedimentos metodológicos utilizados na fase empírica são teorias em ato e devem expressar na sua constituição características dos objetos-problema em estudo. (MALDONADO, 2014, p. 24). Partindo dessa linha, desde a primeira formulação do projeto de pesquisa até a construção deste texto, diversos aspectos foram sendo repensados e reconstruídos, sempre buscando os vínculos e tensionamentos entre o que é observado em campo e o que nos coloca a teoria. Busco no fazer científico a ruptura epistemológica que propõe Bachelard, construindo questões que vão além das perguntas tal como colocadas pelo senso comum ou pela atividade profissional, perspectivada por compreensões teóricas que permitem construir uma problemática a investigar.

2.1 Perspectivas transmetodológicas norteadoras da pesquisa

Com Maldonado (2002), concebo que não é possível avançar na dimensão teórica sem ter estratégias de pesquisa que permitam concentração de energias na elaboração dos argumentos, hipóteses, fundamentos e configurações. Nesse sentido, são necessárias abordagens metodológicas que problematizem o cenário empírico, criando estratégias de médio e longo alcance para executar políticas científicas contra hegemônicas.

A Transmetodologia, fundamentada e refletida por Efendy Maldonado em seus diversos textos publicados sobre o assunto, é a perspectiva epistêmica que orienta a trilha dessa pesquisa. Por meio dessa perspectiva, a proposta é criar formulações estratégias e modelos metodológicos adequados ao desafio de compreender a realidade multidimensional e complexa da pesquisa. A transmetodologia se fundamenta em dez premissas e se caracteriza por “confluência de

métodos; entrelaçamento de lógicas diversas (formais, intuitivas, paraconsistentes, abdutivas, experimentais e inventivas); modelos e propostas mistas, midiáticas, que inter-relacionem os vários aspectos das problemáticas comunicacionais” (MALDONADO, 2008, p. 33). Por meio dessa proposta de reconfiguração epistêmica, os pesquisadores podem flexibilizar e ampliar suas visões, experimentando processos inovadores de conhecimento. Não devemos nos prender a condicionamentos estruturais, comerciais ou burocráticos, pois a *práxis* aqui não é tida apenas como prática, mas como processo de pensamento em ação.

A primeira premissa propõe que o pesquisador seja guiado para a construção de saberes que desmistifiquem a ideia de ciência voltada exclusivamente para o lucro fundamentalista. As ações estratégicas devem estar dirigidas para o bem comum, considerando os seres humanos, a espécie e o mundo como elementos centrais de respeito. A defesa aqui é de que o conhecimento científico não deve estar atrelado à lógica hegemônica, ao contrário, para que se possa construir pesquisas cidadãs, ele precisa estar em confluência com a natureza, abrangendo também os saberes humanísticos. A confrontação de diferentes vertentes amplia a visão do cientista, fazendo-o refletir de maneira epistêmica ao estudar as mais diversas relações entre seu objeto e o meio ao qual está inserido. Nesse sentido, a busca por conhecimento deve estar voltada para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva e não restrita a pequenos grupos privilegiados.

Maldonado (2008), alerta para o fato de que o nosso *habitat* intelectual foi configurado em dinâmica e profunda vinculação com as demandas econômicas, políticas, sociais e culturais das sociedades capitalistas. Com a industrialização, a prática científica também foi se modificando e, o tempo da “ciência acadêmica”, autônoma e livre foi aos poucos dando lugar a uma ciência dependente do Estado ou da indústria. Sobre isso, Japiassú (1986) comenta:

Para cada vez mais uma suspeita sobre o número crescente de consequências do desenvolvimento científico: a degradação das relações individuais nas sociedades industrializadas, a utilização das pesquisas científicas para fins destruidores, a possibilidade de manipulação crescente dos indivíduos, a utilização maciça dos cientistas, de seus métodos e de seus “produtos” para fins repressivos, a obsessão patológica pelo consumo, gerando um esgotamento irracional dos recursos naturais e uma poluição praticamente irreversível do meio ambiente. (1986, p. 139).

A epistemologia crítica, debatida por Japiassú e incluída na visão transmetodológica, defende que os cientistas precisam estar ativamente conscientes de todas as implicações geradas pelas suas pesquisas. Essa discussão é relevante, sobretudo nos dias atuais, onde a ciência está

cada vez mais conectada ao desenvolvimento econômico. Os pesquisadores devem interrogar-se sobre o propósito daquilo que estão ajudando a construir. Mills (1975), ao falar sobre a elaboração do trabalho científico, orientava que devemos pensá-lo de maneira integral, sem deixar com que os interesses econômicos guiem as nossas ações.

Essa crítica ao modelo capitalista de produção envolve diretamente a formulação de nossas pesquisas. O questionamento precisa estar presente em cada fase, auxiliando no desenvolvimento de uma abordagem mais flexível e aberta. Esta é a discussão central da segunda premissa transmetodológica que orienta a substituição da razão instrumental pela razão multilética que, conforme explica Maldonado (2008, p. 36), “refere-se à compreensão dos processos, fenômenos e práxis de inter-relacionamentos dialéticos múltiplos, que expressam a densidade e riqueza do concreto em movimento”.

Dessa forma, a pesquisa assume uma abordagem receptiva à pluralidade e os conhecimentos científicos libertam-se da restrição mercadológica para se conectarem com a realidade social a qual estão inseridos. Ambos são vistos como bens sociais, que podem produzir importantes contribuições para o desenvolvimento humano. Sobre isso, Japiassu (1986) ressalta que o lugar que a ciência ocupa na sociedade atual é tão significativo que ela se torna uma das mais importantes atividades humanas, a ponto de constituir-se mesmo numa das formas específicas da existência moderna do homem.

Os diálogos múltiplos, necessários para essa construção, exigem uma reconfiguração epistêmica que ultrapasse, principalmente, a divisão superficial entre as dimensões teórica e a metodológica da pesquisa. É preciso, primeiro, conscientizar-se de que os objetos científicos são diferentes dos objetos sociais produzidos pela sociedade (MARRE, 1991) e, apenas a observação não é base suficiente para a construção do conhecimento científico.

Morin (2015), aprofunda esta questão ao afirmar que a ciência ocidental se fundamentou na eliminação positivista do sujeito a partir da ideia que os objetos, existindo independentemente dos observadores, podiam ser vistos e explicados enquanto tais. Nessa visão, o sujeito seria considerado um tipo de “ruído” ou perturbação, um erro que deve ser eliminado a fim de atingir o conhecimento objetivo. A visão vai ao encontro do que diz Maturana e Varela (1995, p. 35) de que “observar é só um modo de viver o mesmo campo experiencial que se deseja explicar”. É produtiva, também, a visão de Bachelard (2001) sobre o processo de construção da pesquisa: nem racionalidade vazia, nem empirismo desconexo. É preciso encontrar um meio termo onde indução e dedução possam ser constitutivas, geradoras de atravessamentos, confluências, confrontações, inferências e abduções epistêmicas.

A pesquisa precisa estar baseada em teorias, mas este acaba sendo um dos pontos de dificuldade para grande parte dos pesquisadores, e é onde eu também me incluo. O entendimento de produção teórica muitas vezes se confunde com a replicação de conceitos prontos, que, por vezes, são apenas “encaixados” na pesquisa, dificultando um avanço teórico.

O desafio do cientista é estar atento a todos os pontos demandados pela pesquisa e pelo objeto analisado, definindo a investigação como foco central do aprendizado. A experiência mental não deve ser encarada como uma experiência de laboratório ou observacional, mas sim, como uma resolução para as contradições observadas.

Compartilho da visão transmetodológica de que os pesquisadores precisam adotar uma visão abrangente do conceito de “conhecimento”, reconhecendo a importância e contribuição das sabedorias populares, regionais, étnicas e milenares e, no caso desta pesquisa, dos sujeitos cegos. O olhar atento para essas questões traz uma nova dimensão sobre a investigação, considerada como *práxis* central na vertente transmetodológica.

Nesse seguimento, o desafio proposto é a ruptura com um saber centralizador, sobretudo no ambiente acadêmico onde as “fórmulas teóricas” ganham força e tendem a excluir os conhecimentos considerados não científicos. Nessa perspectiva é salutar adotarmos uma postura construtiva onde as confluências de diversos campos científicos devem servir para aprimorar ainda mais as formulações teóricas. (MALDONADO, 2008). É possível relacionar esse intercâmbio de conhecimentos com o que diz Sartre (2011), ao afirmar que a investigação é uma relação viva entre os sujeitos e que os métodos se modificam, uma vez que os objetos estão sempre em movimento.

A visão transmetodológica propõe zonas de diálogo e compartilhamento entre os diferentes saberes. No entanto, é importante trabalhar essa premissa sem a ideia de superação dos conhecimentos desenvolvidos dentro dos enquadramentos disciplinares. A divisão da ciência em áreas/disciplinas é importante no sentido organizativo, pois as confluências científicas só podem ser maduras se trabalharem a partir do que foi rigorosamente construído (MALDONADO, 2008). Da mesma forma, é possível explorar e incluir no processo de pesquisa os bons sentidos culturais produzidos pela sociedade ao longo de sua evolução.

A quinta premissa transmetodológica traz a importância de o pesquisador ter um olhar atento para esses conhecimentos socioculturais gerados a partir dos desafios de sobrevivência. Particularmente, essa é uma das premissas mais tocantes nesse meu início de trajetória como pesquisadora. Ao estudar sujeitos cegos, com particularidades tão específicas, considerar os

conhecimentos desenvolvidos por eles para inclusão na sociedade é de vital importância para dar sentido a minha dissertação.

Bachelard (2001), apresenta o conceito de vigilância epistemológica, que é a constante luta para fugir do empirismo, do realismo e do senso comum na atividade científica. Para Bachelard (2001), a opinião deve ser fortemente combatida no campo científico:

A ciência, na sua necessidade de aperfeiçoamento como no seu princípio, opõe-se radicalmente à opinião. Se, por acaso, sobre um ponto particular, legitimar a opinião, será por razões diferentes das que fundamentam a opinião, de modo que a opinião, legitimamente, nunca tem razão. A opinião pensa mal; ela não pensa; traduz necessidades em conhecimentos. Ao designar os objetos pela sua utilidade, coíbe-se de os conhecer. Nada se pode fundar a partir da opinião; é necessário, antes de mais, destruí-la. (2001, p. 166).

Do ponto de vista transmetodológico, a necessidade de ruptura com o senso comum não pode ser levada tão rigorosamente a ponto de romper com os bons sentidos culturais. O pesquisador tem o desafio de distinguir entre o que é conhecimento cultural/milênar, o que é senso comum e o que é meramente opinião.

Bosi, (2003), compartilha do mesmo pensamento e inclui a importância de se distinguir opinião de estereótipo. Os estereótipos deformam a nossa percepção, estreitando o campo mental e tornando impermeáveis às novas experiências. Para a autora, é saudável ter uma opinião, desde que ela não seja impermeável e que permita a capacidade de observar outras realidades e de se questionar. Trata-se de uma importante observação se considerarmos que a nossa percepção de mundo é mediada por nossas experiências pessoais e orientada pelo conjunto de memórias, tornando a visão individual limitada. A opinião só se transforma em conhecimento depois de ter sido verificada.

Quando falamos em ciência da comunicação, o esforço de distinção torna-se ainda mais importante. Por se tratar de uma área em que os estudos estão em confluência com outras disciplinas e conhecimentos, é comum os pesquisadores desviarem o foco do comunicacional. O desafio é encontrar o meio termo, ou seja, entender que a pesquisa em comunicação necessita abrir espaço de confluência com outras áreas para que elas se nutram e se alimentem, mas sem perder a ênfase no comunicacional.

Nessa área, também é pertinente pensar e compreender o processo de mediação – que remete às transformações socioculturais potencializadas pela expansão das mídias na sociedade. A complexidade e a multidimensionalidade desses fenômenos colocam-nos o desafio de operar, não apenas no nível teórico, mas também no metodológico, com

“configurações multiperspectivadas, não redutoras”. (BONIN, 2011, p. 38). Para que esse processo seja construído de maneira aprofundada, é necessário assumirmos uma configuração metodológica adequada às especificidades do objeto/problema estudado.

Cada problema exige uma maneira distinta para ser trabalhado. Nessa dimensão metodológica, os processos e procedimentos investigativos precisam de análise para dar conta dessas realidades dinâmicas e complexas. Mills (1975) sugere que para estimular o pensamento sobre as problemáticas que estamos trabalhando é indicado cercar-se de ambientes estimulantes para o estudo, mesmo que aparentemente estejam desconectados com a pesquisa. Dessa forma, não há necessidade de estar o tempo todo em contato direto com objeto ou em locais que remetam exclusivamente a ele.

O processo metodológico nasce das leituras de mundo e da palavra que o investigador realiza no interior das significações do discurso. A constatação mostra que o método não é dado a priori (ALVES, 2014, p. 101). O objeto empírico vai sendo construído durante o processo de pesquisa, isso quer dizer que necessita de reflexão epistemológica – oitava premissa. É o trabalho de confluência entre empiria e teoria que vai problematizar e transformar esse objeto de análise em objeto empírico. Compartilho da visão de Bachelard (2001) quando diz que, por vezes ficamos deslumbrados diante de nosso objeto, acumulamos hipóteses e convicções, mas a fonte inicial é impura, a evidência primaria não é uma verdade fundamental.

A reflexão vai ao encontro do que diz Peirce (1877) ao afirmar que a experiência é insuficiente, ela necessita estar aberta à verificação e reexame. Concordo com o autor que o objeto do raciocínio é descobrir, a partir da consideração daquilo que já sabemos, alguma outra coisa que desconhecemos. A objetividade científica só é possível depois de termos rompido com o objeto imediato e confrontado os pensamentos iniciais surgidos na primeira observação.

O processo de construção e desconstrução também ocorre na formação do pesquisador, combinando *práxis* teórica e empírica no caminho de descobertas e formulações de conhecimento. Nesse aspecto, a formação do cientista vai além das concepções hegemônicas propostas pelo campo acadêmico, ela propõe o cultivo de desafios, da crítica e da invenção de processo transformadores do mundo e da vida. (MALDONADO, 2008, p. 45). Podemos relacionar esse pensamento com a formação do espírito científico proposta por Bachelard (2001). O autor diz que:

O espírito científico é essencialmente uma retificação do saber, um alargamento dos quadros do conhecimento. Julga seu passado histórico, condenando-o. Cientificamente, considera-se o verdadeiro como retificação histórica de um longo erro, considera-se a experiência como retificação de uma ilusão comum e inicial. (2001, p. 112)

Considero que o pesquisador deve formar-se como um sujeito epistêmico, que pense a construção de sua pesquisa não somente para a academia, mas para a vida e para a sociedade a qual está inserido. Esse processo implica problematizar os conceitos propostos no campo científico, dialogando, confrontando e refutando aqueles que não são férteis para o seu desenvolvimento. Não podemos estar limitados a um campo de estudo ou teoria, é necessário criar passagens transfronteiriças e desconfiar de induções prontas. (CORCUFF, 2015).

Para que essa transformação seja possível, é importante acompanhar os novos processos culturais. A formação do pesquisador atual, que vive em uma época de produção contínua de conhecimentos, precisa estar situada nos processos transcendentais das mudanças civilizadoras, incluindo as transformações sociocomunicacionais e digitais que constituem uma dimensão central dos atuais problemas e perspectivas em comunicação. (MALDONADO, 2008). Nesse campo de estudos, se percebe que certos modelos metodológicos deterministas estão sendo bastante questionados, permitindo diferentes formas de se fazer investigação, no entanto, ainda prevalece o modelo vertical e excludente nas práticas acadêmicas.

Neste cenário, onde a politicagem e as formas de se fazer ciência muitas vezes necessitam cumprir protocolos prontos, a criatividade e o conhecimento científico vão sendo obstaculizados. Morin (1986), explica que o mundo vai “castrando” a nossa sensibilidade e a imaginação. Concordo com esse pensador quando diz que o conhecimento não pode estar desligado da ciência, mas também não pode estar acorrentado a ela, uma vez que nossa capacidade exploratória é necessária para a pesquisa e o próprio processo exploratório nos ensina.

Manter a novidade e o impulso de resistência e criatividade social não é fácil, já dizia Rueda (2012), sobretudo quando lidamos com modelos contemporâneos onde a hegemonia do paradigma positivista de ciência prevalece. Nesse cenário, o valor epistêmico das ciências sociais muitas vezes é ignorado em detrimento de uma ideia de produção científica progressista que visa o lucro e as grandes realizações técnicas.

Essa concepção é preocupante, principalmente se levarmos em conta o que demonstra estatisticamente Piketti (2014), em seu livro *O Capital no século XXI*, de que o capital historicamente produz níveis cada vez maiores de desigualdade. Essa reflexão remete ao que

propõe Japiassú (1986) ao sugerir que os pesquisadores precisam abandonar a ideia segundo a qual a ciência é sempre positiva. Ao se aproximar do poder político, os cientistas aumentam sua dependência.

Maldonado (2014) nos lembra que é imprescindível aprender com todas as vertentes, escolas, modelos, experiências e estratégias de relevância no contexto internacional, não no sentido de reproduzir o que já foi feito, mas sim para desmontar, reconstruir e definir, em sintonia com as necessidades de nossas formações sociais - a ciência que precisamos construir.

Estas premissas alimentaram as reflexões e a construção do percurso metodológico desta pesquisa, cujos detalhamentos são realizados a seguir.

2.2 Os levantamentos bibliográficos e a pesquisa da pesquisa

Uma das primeiras *práxis* metodológicas realizadas na construção desta investigação foi a “pesquisa da pesquisa”. Esse procedimento inicia com o levantamento de pesquisas já publicadas/apresentadas que tenham relação com o assunto analisado. Este movimento foi muito importante para que pudéssemos ter um panorama do cenário investigado, assim como traçar estratégias de abordagens relacionadas ao meu objeto de referência. Sobre esse método, Bonin (2011), nos explica:

Realizar pesquisa da pesquisa implica trabalhar com investigações produzidas no campo (e em áreas de interface) relacionadas ao problema/objeto, para fazer dessa produção elemento ativo na sua elaboração. Tal movimento exige desde ações mais operativas de levantamento das pesquisas até o trabalho alentado de reflexão e desconstrução, que permita ao pesquisador empreender apropriações, reformulações e alargamentos dessas propostas, em vários níveis. (BONIN, 2011, p. 34).

É salutar que o pesquisador encare esse processo de maneira reflexiva, problematizando, tensionando e analisando criticamente o *corpus* encontrado. Seguindo essa proposta, meu trabalho iniciou com o mapeamento *online*, a partir de palavras-chave relacionadas à temática investigada, em repositórios de pesquisa. Selecionei algumas palavras isoladas e também fiz combinações para que o conteúdo fosse direcionado aos interesses de minha investigação (*cegos, audiodescrição, cidadania comunicativa, acessibilidade, cultura cega, pessoa com deficiência, apropriações comunicacionais, sujeitos cegos, cegos e WhatsApp*). Os locais selecionados para essa busca foram: portal da CAPES; biblioteca de universidades (Unisinos e UFRGS); Intercom e Compós; Google acadêmico (*Scholar Google*).

Foram encontrados diversos materiais com essa combinação de palavras. Para otimizar o trabalho, os conteúdos foram filtrados pela proximidade com a pesquisa e, posteriormente, catalogados a partir da área de concentração (Educação, Comunicação, Linguística/Letras, Saúde, Design e Informática) e do tipo de publicação (tese, dissertação, artigo e outros). Após, foram selecionados aqueles que considerei relevantes para problematizar o fenômeno comunicacional investigado.

A partir deste levantamento, constatei que poucos trabalhos publicados tratavam as temáticas da audiodescrição e da acessibilidade sob o viés da comunicação. Aqueles que se aproximavam do campo, normalmente abordavam o processo comunicacional com uma visão tecnicista, trazendo discussões a respeito do desenvolvimento de produtos e de soluções para melhorar a acessibilidade das PDV. No campo da comunicação foi encontrado apenas uma dissertação, intitulada *Comunicação e audiodescrição: estudos contemporâneos*, de José Luiz Pinotti, da Universidade de Sorocaba (UNISO) e uma tese de doutorado com o título, *Imagem como símbolo: a semiótica aplicada à prática da audiodescrição*, de autoria de Flavia Mayer, da PUC/Minas.

Foi possível perceber que a audiodescrição está sendo bastante trabalhada em áreas como educação e linguística. Temáticas envolvendo acessibilidade e pessoas cegas foram encontradas em quase todas as áreas de estudos, desde Saúde, Sociologia até o Direito. Já em relação à cidadania comunicativa, obtivemos resultados interessantes que contribuíram para formular questionamentos e tensionar as ideias iniciais propostas para esta dissertação. Dentre eles, destacam-se duas teses: *Processos da Comunicação Digital Deficiente e Invisível. Mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas Pessoas com deficiência visual no Brasil*, do doutor Marco Bonito e *A cultura dos sujeitos comunicantes surdos. Construções da cidadania comunicativa e comunicacional digital no facebook*, da doutora Janaína Pereira Claudio, ambos disponíveis na biblioteca virtual da Unisinos.

A partir da tese de Bonito, foi possível ter acesso a dados importantes relacionados ao contexto social e comunicacional das pessoas com deficiência visual. Ela também serviu como norteadora para as construções teóricas desta pesquisa. Já para os estudos envolvendo a semiótica, a tese de doutorado de Mayer foi bastante interessante. Todos esses conteúdos originaram reflexões importantes que, ao longo do processo, auxiliaram na reorientação do caminho teórico e metodológico.

A leitura desses materiais foi realizada no sentido de desconstrução das pesquisas, observando criticamente as propostas dos autores e os dados teóricos-empíricos apresentados.

Em relação à minha pesquisa, essa metodologia ajudou também na percepção de que as investigações envolvendo sujeitos necessitariam de atravessamentos transmetodológicos em função, entre outros fatores, da diversidade dos contextos socioculturais dessas pessoas.

2.3 As pesquisas teórica e de contextualização

A construção de uma pesquisa científica fundamentada necessita, além de investigação empírica e de contextualização adequada, que sejam trazidos à discussão conceitos chave para a compreensão do fenômeno estudado. Neste ponto a dimensão teórica é fundamental. Por meio dela é possível problematizar os conceitos propostos, articulando-os e vinculando-os ao objeto investigado, no esforço de entendê-lo.

Conforme ressalta Maldonado (2011), a pesquisa teórica não pode ser reduzida a mera revisão de literatura. Essa *práxis* demanda do pesquisador um esforço constante no sentido de problematizar as ideias e raciocínios gerados durante a investigação e, ao mesmo tempo, de reconhecer e formular procedimentos que facilitem esse processo de maneira individual. O pesquisador precisa estar atento para que seu olhar possa abarcar tanto a rede de conceitos envolvidos com o objeto, quanto os autores relevantes para alcançar profundidade na análise, evitando, assim, a mera descrição histórica de um conjunto de conceitos. Teoria e método são aspectos indissociáveis de todo problema/objeto.

Nesse sentido, para fundamentar esta pesquisa, a problematização teórica foi sendo construída com base em procedimentos sistemáticos de estudos que incluíram leituras aprofundadas, anotações de dúvidas, argumentos e proposições dos autores considerados relevantes para esta investigação, e problematização dessas ideias. O objetivo foi realizar a imbricação destes conceitos, problematizando-os junto ao empírico e ao contexto apresentado e, desta forma, fomentar um processo criativo de pesquisa.

O debate envolvendo os processos midiáticos foi subsidiado, principalmente, nas ideias de Maldonado (2002), Verón (2014), Silverstone (2002) e Sodré (2006). Para desenvolver os conceitos relacionados à comunicação digital e tecnologias assistivas, explorei as concepções de Castells (1999; 2005), Peruzzo (2018), Recuero (2005) e Bonito (2015). No que tange à cidadania comunicativa, Cortina (2005), Saggin e Bonin (2017) e Maldonado (2015) foram as referências para a construção da problematização. Hall (2003), Martín-Barbero (1997) e Certeau (1998) foram os autores convidados para pensar os conceitos de recepção e de apropriações. No que tange à compreensão de aspectos envolvendo a cegueira e a

audiodescrição, dialoguei com as ideias de Vigotski (1997) e Plaza (1987). Estas problematizações estão expostas no Capítulo 4.

A contextualização é entendida aqui como parte fundamental do processo metodológico científico, cujo objetivo é dar subsídios ao pesquisador para compreender aspectos relativos aos macrocontextos e ao contexto específico em que o objeto empírico está inserido. Compartilho da visão de Maldonado (2011, p. 281) de que ela fortalece os aspectos históricos, culturais, éticos, sociais e políticos da investigação, evitando que seja reduzida a um exercício abstrato, ou a um jogo repetitivo de palavras solenes, sem vínculo com a realidade da região, do país e do mundo”. Partindo do pressuposto de que o objeto de pesquisa não pode ser adequadamente compreendido se desligado do contexto que lhe dá sentido, faz-se necessário discernir aspectos de cunho histórico e sociocultural que permitem compreender sua configuração atual.

A partir desta compreensão, na construção da contextualização, operei a partir de fontes diversas que considerei relevantes para explorar aspectos relativos ao cenário sociocultural histórico e legal vinculado às pessoas cegas; às suas lutas por inclusão social envolvendo o campo digital e midiático e, finalmente, à audiodescrição, como se pode ver no capítulo 4 desta dissertação.

2.4 Os movimentos exploratórios

A pesquisa exploratória é uma fase importante para que o pesquisador tenha contato com as realidades empíricas advindas de diversos âmbitos, a fim de trabalhar a construção da problemática em afinidade com o fenômeno empírico. As pistas geradas durante esse processo investigativo permitem uma análise ampliada do contexto investigado e o redesenho dos objetivos, na busca de conceitos que melhor se articulem com a pesquisa e o objeto de referência. Como esclarece Bonin (2013, p. 30), a pesquisa exploratória se constitui a partir de “aproximações empíricas ao fenômeno concreto a ser investigado, com o intuito de perceber seus contornos, nuances, singularidades. Tatear o fenômeno, explorar aspectos que interessam à problemática em construção, na sua feição concreta, caracterizam esse processo”.

Esses movimentos necessitam ser planejados e construídos, buscando o alinhamento com os objetivos da problemática investigada, ainda que provisórios. Isso quer dizer que, assim como propõe Bonin (2013), o movimento de tatear o fenômeno não significa ir à campo sem rumo, às cegas. Para que possamos obter resultados, é importante que essa exploração seja articulada, pensada de forma flexível, considerando os diversos caminhos possíveis que

certamente surgem quando partimos da teoria para empiria. No entanto, é preciso estar atento ao fato de que esse procedimento só adquire sentido para a pesquisa científica quando colocado em confluência e confrontação com as construções teóricas, contextuais e metodológicas da pesquisa.

No caso específico das pesquisas de recepção, Maldonado (2013) nos alerta que é na fase empírica, de análises em campo, que “se configura a complexidade epistemológica capaz de construir sentidos, de aprofundar e de reformular argumentos, de conhecer os condicionamentos, os modos, os esquemas, as estruturações reais de pensamento, as sensibilidades, os sentidos, os gostos e as visões dos sujeitos comunicantes” (MALDONADO, 2014, p. 28).

Nesta lógica é relevante considerar que o sujeito, ao incorporar o ofício de pesquisador em campo, configura-se como um produtor social que deve dar conta de procedimentos e reflexões delimitados pelo fazer científico. Compartilho com o autor a visão de que a dimensão sensitiva e emotiva do pesquisador não pode ser ignorada na prática de investigação. Elas têm um papel crucial na construção dos objetos de conhecimento e, quando trabalhado inteligentemente, e com atenção, gera energias importantes para a produção de pensamentos. No meu caso, essa percepção tornou-se muito mais presente e significativa com as idas à campo.

Para o desenvolvimento desta investigação, posso afirmar que os movimentos exploratórios foram muito importantes para o desenho da pesquisa e para o processo de construção teórico-metodológica, uma vez que as observações advindas desse processo serviram como norteadoras de mudanças relativas tanto ao objeto de referência quanto à escolha de combinações, de conceitos e de métodos que dessem conta da complexidade que a investigação necessitava.

As primeiras explorações aconteceram em eventos culturais que ofertavam audiodescrição e, portanto, tinham como público alvo pessoas cegas. Esses movimentos tiveram como objetivos observar a dinâmica desses espaços; a forma como esses sujeitos interagiam em grupo e como se apropriavam dos conteúdos; a acessibilidade proposta nos locais onde eram ofertadas as programações (cinema, teatro, museus) e, principalmente, experienciar assistir um filme/peça de teatro através de outros sentidos que não o da visão. Para isso, utilizei os mesmos equipamentos⁷ que os sujeitos cegos usam para ter acesso à audiodescrição durante o evento. Embora eu saiba que nunca terei a dimensão real do que é essa vivência, uma vez que sou uma

⁷ O Sistema de Audiodescrição em Rádio Frequência é composto por um transmissor com alcance médio de 60 metros e receptores que captam o sinal de rádio e o transformam em um som de alta qualidade. Fonte: Blog da audiodescrição

pessoa vidente, essas experiências me fizeram constatar a necessidade de experimentar o mundo através de outros sentidos que não o da visão. Elas foram muito importantes para que eu pudesse traçar um caminho epistemológico guiado pela alteridade e empatia.

2.4.1 Explorações em eventos culturais

Já no início da pesquisa, após reformular meu projeto e redefinir a temática em torno das pessoas com deficiência visual, comecei a frequentar eventos que disponibilizavam audiodescrição. Essas observações *in loco* tinham como primeiro objetivo explorar os contextos sociais e culturais vivenciados por esses sujeitos. Essa fase exploratória é importante para que possamos tensionar o que advém do campo empírico e o que coloca a teoria, de modo que os achados empíricos possibilitem “trabalhar na elaboração de configuração teóricas sensíveis aos objetos concretos da realidade comunicacional e suscitam o aprofundamento de dimensões que se revelam importantes na sua configuração” (BONIN, 2011, p. 40).

É pertinente lembrarmos a perspectiva de Maldonado (2011, p. 293) de que as técnicas de pesquisa empírica não são definidas a priori, antes de conceber e reconhecer um problema; elas vão sendo estruturadas na concepção, no planejamento e nos desafios operativos e conceituais que aparecem ao longo da pesquisa. Também é pertinente dizer que, em termos etnográfico-arquitetônicos, ao observar o ambiente empírico, não é suficiente apenas a descrição das formas e cores, não se pode ficar restrito ao formalismo de registrar números e apresentar aparências. Conforme nos orienta Maldonado (2014), é importante, pensarmos, por exemplo, nas características simbólicas do local, suas qualidades para facilitar os encontros comunicativos, suas propriedades acústicas para estabelecer relações ou provocar conflitos, seus ambientes íntimos e coletivos em conjunto com seu *ethos* comunicativo (MALDONADO, 2014, p. 23).

Nessa perspectiva, para que eu pudesse aproveitar e registrar todas as informações obtidas por meio das observações, trabalhei com um diário de campo que me acompanhou durante toda a fase de investigação. Mills (1975), ao explicar a importância do diário para o pesquisador, ressalta que ele não deve ser utilizado apenas para descrever determinados acontecimentos, mas também para a autorreflexão e registro de sentimentos em relação ao que está sendo vivenciado durante o processo de investigação. É salutar trazer também os choques e tudo o que está permeando a pesquisa, ir além do mero registro, manter a mente desperta e estimular o exercício da escrita. No meu diário de campo, me propus a incluir todas as

percepções e estranhamentos que foram surgindo com o avanço das observações e dos estudos teóricos.

Durante o período da pesquisa, participei de 6 eventos presenciais com audiodescrição, sendo eles: 3 espetáculos de teatro, 1 sessão de cinema e 2 *shows* musicais. Também participei de uma confraternização com algumas pessoas cegas e audiodescritores, ocorrida após um desses eventos. Nos espetáculos de teatro, a AD foi realizada ao vivo; nesse caso utilizei os mesmos aparelhos que as pessoas cegas usam para ter acesso a som. Já na exibição de cinema, a AD estava incorporada ao filme, assim como o recurso de legendas para as pessoas surdas, o que dispensa o recurso de fones. Nos *shows* a audiodescrição também foi feita ao vivo, de forma quase individual. A sessão acessível era restrita a um pequeno número de pessoas cegas (8), que precisavam se inscrever previamente. Havia uma mesa reservada para eles na qual duas audiodescritoras iam descrevendo os acontecimentos, os gestos dos cantores e o espaço físico onde o *show* acontecia.

Esses movimentos exploratórios geraram importantes reflexões envolvendo tanto o contexto comunicacional do grupo quanto o processo semiótico dos espetáculos e a acessibilidade dos ambientes onde eram apresentados. Essas percepções empíricas foram sendo constantemente tensionadas com o que era visto na teoria.

Foi possível constatar que o grupo de WhatsApp funciona com um importante cenário de divulgação e mobilização do grupo para participar desses eventos presenciais. As combinações de horários de chegada, rotas de acesso, transporte, inscrições e confraternizações posteriores aos espetáculos aconteciam sempre no ambiente *online*. Em todos os espetáculos, observei que as pessoas cegas chegavam em pequenos grupos ou acompanhadas de uma pessoa, algumas videntes, outras também cegas. A interação presencial ia acontecendo à medida em que eles se reconheciam pela voz ou então quando interpelados por algum vidente.

Em relação à apropriação e ao entendimento dos conteúdos descritos durante os eventos, a percepção é de que eles estão diretamente ligados e dependentes de algumas questões, tais como: roteiro e narrativa da audiodescrição, qualidade técnica dos aparelhos utilizados para ouvir a narração, acústica do ambiente e até mesmo a relação de tempo entre os acontecimentos durante os espetáculos. Como exemplo, trago a experiência do primeiro evento que acompanhei, uma peça de teatro performática, com poucos diálogos e muitas interações visuais. Nesse caso, a minha inferência é de que o desafio foi maior tanto para o audiodescritor que precisava transcrever momentos essencialmente visuais (movimentos dos atores, expressões faciais, conjunto de imagens transpostas) quanto para o espectador cego. Ao término

do evento, conversei com alguns e eles confirmaram a dificuldade de entendimento relatando, principalmente o fato de terem sido utilizadas músicas muito altas durante a performance, o que dificultou a escuta do que estava sendo narrado pela audiodescritora.

Em contrapartida, nos espetáculos em que a qualidade técnica convergiu com a narrativa fluída do espetáculo, foi possível observar que as percepções dos acontecimentos entre os cegos e videntes acontecia de forma muito parecida em termos de espaço/tempo. Os momentos de emoção e riso ocorriam de forma concomitante entre os dois públicos, o que sinaliza que, com acessibilidade, é possível dar condições para que os sujeitos cegos possam fruir os bens culturais produzidos no contexto vidente.

2.4.2 Observação participante no grupo de WhatsApp

Uma segunda ação exploratória importante consistiu na observação das interações que ocorriam virtualmente no grupo do WhatsApp, *Interação com AD*. Sobre essa metodologia, Correia (2009) argumenta que:

A Observação Participante é realizada em contacto direto, frequente e prolongado do investigador, com os atores sociais, nos seus contextos culturais, sem o próprio investigador instrumento de pesquisa. Requer a necessidade de eliminar deformações subjetivas para que possa haver a compreensão de factos e de interações entre sujeitos em observação, no seu contexto. É por isso desejável que o investigador possa ter adquirido treino nas suas habilidades e capacidades para utilizar a técnica. (CORREIA, 2009, p. 31).

Esse procedimento metodológico, conforme explicado por Martini (2018) em sua tese de doutorado, é oriundo do método etnográfico e foi sistematizado no início do século XX em pesquisas empíricas com sociedades da África e do Pacífico. Essas primeiras observações foram financiadas pelos países europeus, principalmente França e Grã-Bretanha, que mantinham colônias na Oceania e África. O entendimento era de que, ao compreender o significado das ações dos povos primitivos, seria possível chegar ao “substrato comum a todos os homens”, uma espécie de “ponte para a compreensão” das manifestações culturalmente elaboradas (DURHAM, 2004, p. 215, citado por MARTINI, 2018, p. 67).

Ao mesmo tempo, essa observação é atravessada por outros procedimentos e lógicas, que demandam uma postura epistemológica inventiva para combiná-la na ação da pesquisa (MALDONADO, 2014, p. 23). Para problematizar o que é visto, superando a simples descrição do dado, é preciso que se tenha rigor de procedimentos, sistematizações de anotações e um

olhar atento, no sentido de permanecermos abertos ao que o empírico nos mostra. Sobre isso, é interessante a visão de Morin (2015) sobre a relação entre o observador, que ele se refere como sujeito, e o objeto:

O mundo está no interior de nossa mente, que está no interior do mundo. Sujeito e objeto nesse processo são constitutivos um do outro. Mas isso não resulta numa via unificadora e harmoniosa. Não podemos escapar de um princípio de incerteza generalizada. Assim como na microfísica o observador perturba o objeto, que perturba sua percepção, do mesmo modo as noções de objeto e de sujeito são profundamente perturbadas uma pela outra; cada uma abre uma brecha para outras. (MORIN, 2015, p. 43)

Um observador é considerado participante quando se integra num grupo e nas temáticas dele. Um importante contraste neste processo é o grau de envolvimento com as pessoas e com as atividades que se observa. Este método de recolha de dados tem provocado discussão sobre o papel ou a posição do investigador enquanto observador participante. O que se reitera é que, num estágio inicial, é conveniente elaborar um plano sobre qual a natureza da participação que se pretende, o que é que vai ser revelado acerca do estudo às pessoas do local, qual a intensidade da participação e o enfoque da mesma.

Concretamente, as observações realizadas no grupo de WhatsApp *Interação com AD* tiveram como foco a observação das interações entre os sujeitos participantes que são, na maioria cegos. Fui adicionada ao grupo no dia 03/05/2018, após assistir a um espetáculo de teatro com audiodescrição no qual uma das participantes comentou que a divulgação desses eventos acontecia via WhatsApp, por meio do grupo em questão. Assim que fui integrada, me apresentei como pesquisadora, expliquei sobre o meu interesse na temática envolvendo a AD e recebi as boas vindas de alguns integrantes.

A partir dessa data, iniciei a observação das interações, que acontecem quase diariamente. Grande parte das mensagens é compartilhada em formato de áudios, o que exigiu um planejamento adequado para que eu pudesse otimizar o tempo, ouvindo e categorizando os assuntos. O diário de campo me auxiliou bastante nessa tarefa. As pautas com maior repercussão iam sendo anotadas, com identificação do dia e do comentário inicial para que posteriormente eu pudesse ouvir na íntegra todas as manifestações.

Por diversas vezes meu olhar de pesquisadora se fundiu com a visão dos integrantes do grupo, ultrapassando o limite da observação e vivenciando as dinâmicas e discussões propostas, sobretudo quando se tratava de questões envolvendo a perda de direitos das PcD. Nesses momentos, procurava afastar o olhar, retomando a vigilância epistemológica proposta por

Bachelard (2001) e buscando o equilíbrio entre os sentimentos envolvendo o ativismo em prol das pessoas com deficiência e a necessidade de fugir do empirismo e do senso comum na atividade científica. As análises dos dados colhidos nessa fase serão detalhadas no capítulo 5.1 desta dissertação.

2.4.3 Entrevistas exploratórias

Além da realização da coleta de dados através dos eventos presenciais e da observação no grupo de WhatsApp, também realizei explorações no âmbito dos cenários e com algumas pessoas interessantes para pensar a temática pesquisada. Num primeiro momento, esse movimento exploratório aconteceu de maneira informal, por meio de conversas exploratórias e teve dois principais objetivos: avaliar a pertinência da pesquisa, tanto no contexto acadêmico quanto no contexto social dos sujeitos cegos; aprofundar tecnicamente a temática da audiodescrição.

Para isso, parto da perspectiva de Quivy e Campenhoudt (2005) de que, nesse momento, os métodos muito formais e estruturados, como os questionários, por exemplo, não são tão adequados ao trabalho exploratório como os que apresentam uma grande maleabilidade de aplicação.

As entrevistas exploratórias têm, portanto, como função principal revelar determinados aspectos do fenômeno estudado em que o investigador não teria espontaneamente pensado por si mesmo, e assim, completar as pistas de trabalho sugeridas pelas suas leituras. Por esta razão, é essencial que a entrevista decorra de uma forma muito aberta e flexível e que o investigador evite fazer perguntas demasiado numerosas e demasiado precisas. (QUIVY e CAMPENHOUDT, 2005, p. 69).

Segundo os autores, existem três categorias importantes de pessoas que podem servir como interlocutores nesses movimentos exploratórios. Os primeiros são os *docentes, peritos e investigadores especializados* no domínio da investigação implicado pelo problema de pesquisa. Para os pesquisadores que ainda não tem muito clara a sua questão central de investigação, esse tipo de entrevistado pode também auxiliar nesse ponto.

Partindo dessa visão, considero a primeira orientação de mestrado como uma espécie de entrevista exploratória. Isso porque, quando fui selecionada para o programa, meu projeto de pesquisa era totalmente diferente deste que apresento agora. Tanto o objeto de referência, quando as metodologias pensadas inicialmente mudaram. O momento em que apresentei a nova proposta à minha orientadora também foi uma oportunidade de discutir a relevância desta temática sob a visão científica e acadêmica.

A segunda categoria de interlocutores recomendados é a das *testemunhas privilegiadas*. Esse grupo é formado por pessoas que, seja pela posição, ação ou responsabilidades, têm um conhecimento aprofundado do problema. Elas podem, inclusive, fazer parte do grupo que incide a investigação. Antes mesmo de apresentar a nova proposta à minha orientadora, entrei em contato com duas profissionais que trabalham com audiodescrição. Os objetivos principais desse contato foram: averiguar a relevância da discussão acadêmica sobre essa temática para o campo da audiodescrição, conhecer um pouco mais sobre o contexto da AD em Porto Alegre e verificar a viabilidade de tratar esse tema sob o viés científico.

Posteriormente, durante o desenvolvimento da contextualização da pesquisa, entrei em contato com mais duas audiodescritoras. As entrevistas foram realizadas por telefone e tiveram como foco a compreensão do contexto histórico da AD no Brasil. Uma das entrevistadas foi a responsável por trazer a AD para o Rio Grande do Sul. Ela também é pesquisadora o que, de certa forma, colaborou para que pudéssemos trocar referências teóricas acerca da investigação. A segunda entrevistada, além de audiodescritora, é também produtora de cinema. Nesse caso, ela trouxe uma visão mais pontual a respeito da divulgação e produção de conteúdos cinematográficos.

A terceira categoria de entrevistados considerados importantes na visão de Quivy e Campenhoudt (2005) constituem o *público a que o estudo diz diretamente respeito*. O primeiro contato com esses sujeitos foi realizado assim que tive a ideia de mudar meu projeto de pesquisa e iniciar a investigação com as pessoas cegas. Para isso, conversei com uma mulher cega, que também atua como militante da causa, dando palestras e orientando sobre a importância de espaços com acessibilidade. A primeira conversa aconteceu por telefone e teve como intenção avaliar se essa discussão, dentro da academia, tinha relevância social para os sujeitos cegos.

É interessante a observação de Quivy e Campenhoudt (2005) de que as entrevistas realizadas com os interlocutores elencados na segunda e terceira categoria são as que oferecem os maiores riscos de desvio devido à ilusão de transparência. Isso porque, aqueles que estão diretamente envolvidos na problemática têm uma visão parcial da situação e são, normalmente, levados a explicar as suas ações justificando-as. Nesses casos, é preciso que o pesquisador mantenha a visão crítica e reflexiva para que a observação permaneça de forma imparcial. (QUIVY e CAMPANHOUDT, 2005, p. 72).

Nesse sentido posso afirmar que, como pesquisadora em desenvolvimento e, principalmente, investigando um tema que me toca profundamente, a reflexão epistêmica é mais

do que importante, é necessária para desenvolver uma observação distanciada dos fenômenos, mas sem perder a sensibilidade que o empírico nos exige.

2.5 A fase sistemática da pesquisa

Na fase sistemática da pesquisa, em relação à coleta de dados, realizamos dois movimentos: o primeiro foi a observação das relações comunicativas digitais dentro do grupo de WhatsApp, *Interação com AD* e o segundo foi a realização de entrevistas em profundidade com quatro membros do grupo que não foram entrevistados na fase exploratória. Estes processos metodológicos são descritos na sequência

2.5.1 A observação no grupo de WhatsApp, *Interação com AD*

Para que pudéssemos aprofundar aspectos vinculados aos processos comunicacionais no grupo WhatsApp, *Interação com AD*, observando as apropriações dos sujeitos e relacionando ao conceito de cidadania, optamos por fazer uma análise qualitativa dos dados, levando em conta todo o período de observação desde que fui adicionada à comunidade no dia 06/05/2018 até o início de dezembro de 2019. A observação sistemática do grupo me permitiu categorizar os usos e apropriações comunicacionais realizados, sendo os mais proeminentes os seguintes:

- *Informativo*, que abarca a divulgação de eventos com audiodescrição e notícias relacionadas à acessibilidade;
- *Socialização*, que inclui usos relativos a combinações para assistirem aos espetáculos e, posteriormente, comentários sobre a experiência;
- *Relatos, negociações e discussões vinculadas à acessibilidade e consumo cultura*, que engloba processos comunicativos vinculados à troca de experiências e a reflexões coletivas em torno de temáticas envolvendo a acessibilidade e os direitos das pessoas com deficiência.

Posteriormente fiz um recorte de usos e apropriações relevantes para aprofundar a observação de cada uma dessas modalidades. Para os relatos compartilhados em texto, realizei a captura da imagem com o cuidado de ocultar os dados – sobrenomes e números de telefones – que pudessem identificar os emissores. Já para os casos em que as mensagens foram compartilhadas por áudio, foi necessário ouvir e transcrever o texto. A descrição e a análise destes dados são realizadas no capítulo 5.

2.5.2 As entrevistas com os sujeitos comunicantes cegos

As entrevistas, como estratégia metodológica, se bem realizadas, permitem ao pesquisador o aprofundamento no contexto dos sujeitos investigados, aos modos como cada um percebe e significa sua realidade. No caso de contemplar integrantes de um mesmo grupo, as informações colhidas permitem descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior dessa comunidade o que, geralmente, é mais difícil de obter com outros instrumentos de coleta de dados.

Compactuo com Bonito (2015) da ideia de que a entrevista é um compartilhar, uma atividade comum e uma negociação de realidades entre o pesquisador e o entrevistado. No entanto, é importante diferenciá-la de uma conversa comum. Nesse processo ambos os sujeitos, entrevistado e entrevistador, estão de maneiras diferentes, mas imbricadas, envolvidos na produção do conhecimento científico. “No decorrer da entrevista, não é apenas o pesquisador que penetra na existência do outro; também este avalia o interlocutor e constrói uma imagem dele, atribuindo-lhe uma identidade” (ROMANELLI, 1998, p. 126).

Bourdieu (1999) apresenta uma perspectiva interessante do papel do pesquisador ao realizar uma entrevista, comparando-o com a figura de um parteiro no sentido de auxiliar o sujeito participante a dar o seu depoimento, permitindo que ele exprima sua verdade. Compartilho da consideração do autor de que a entrevista é também uma espécie de exercício espiritual, uma forma do pesquisador acolher a palavra e os problemas do pesquisado de maneira empática. Nesse sentido, o pesquisador precisa estar atento ao seu ponto de vista, visto que ele é uma percepção do ponto de vista do entrevistado.

Para dar conta da problemática investigada, optei por realizar entrevistas em profundidade com quatro sujeitos cegos, sendo um deles profissional consultor de audiodescrição. A busca foi, principalmente, pela compreensão dos processos envolvendo as apropriações comunicacionais tanto no que tange à relação com a tecnologia quanto à percepção das obras que são audiodescritas no cinema, teatro e televisão.

Em termos transmetodológicos, incluí nas entrevistas a Trajetória de vida comunicacional e midiática dos cegos, por considerar pertinente à problemática investigada, uma vez que ela envolve sujeitos e combina elementos histórico/antropológicos/psicanalíticos e comunicativos. (MALDONADO, 2014, p. 24). Também abordamos suas participações no grupo de WhatsApp e em outros cenários nos quais consideramos que a construção da cidadania estava mais presente.

O interesse nessa fase foi a coleta de dados para refletirmos e problematizarmos essas interações a partir das experiências desses sujeitos. Como sugere Bosi (2003), a história narrada “não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu” (p. 69). Trata-se, portanto, de ampliar a possibilidade de inventar novos modos de ser no mundo, a partir do vivido e do encontro com o outro; de incorporar o vivido, o passado que se faz presente.

O roteiro para nortear a entrevista em profundidade foi construído em torno de cinco blocos cujos temas, focos e objetivos são descritos na sequência. O roteiro completo é apresentado no Apêndice A.

- *Bloco 1 - Perfil sociocultural e rotinas:* Neste bloco abordamos questões dedicadas a conhecer o perfil do sujeito entrevistado em termos de formação escolar, atividade laboral e de práticas culturais constituídas no cotidiano.
- *Bloco 2 - Trajetória vinculada à deficiência visual:* Aqui procuramos qualificar o tipo e o grau de deficiência visual que o entrevistado possui; detalhes da relação histórica individual, familiar e social da deficiência e as trajetórias de envolvimento político relacionado às lutas das PDV.
- *Bloco 3 - Trajetória de usos e apropriações midiáticos:* Neste bloco procuramos compreender a constituição dos sujeitos comunicantes entrevistados a partir de suas relações históricas com as culturas midiáticas através de diferentes mídias; identificar de que forma ocorre o acesso e a interação mediada com os dispositivos midiáticos digitais; verificar as diferentes dimensões das mediações associadas às práticas cotidianas de uso e apropriações dos dispositivos midiáticos; observar a usabilidade e facilidade de uso das mídias, o formato e o tipo de conteúdo acessado bem como as características de acessibilidade dos conteúdos para as PDV; investigar os modos como cada sujeito comunicante se apropria dos conteúdos digitais e a usabilidade da rede social WhatsApp, incluindo os tipos de grupos que faz parte.
- *Bloco 4 – Relações com o grupo Interação com AD:* O propósito neste eixo foi investigar a relação do entrevistado com o grupo Interação com AD, incluindo os objetivos que o fizeram participar do grupo, a frequência com que interage no mesmo, as pautas consideradas mais relevantes e a relação com os integrantes virtual e presencialmente.
- *Bloco 5 – Sujeitos cegos, audiodescrição e cidadania comunicativa:* O objetivo deste bloco foi investigar a relação do sujeito comunicante entrevistado com a audiodescrição. Para isso, os questionamentos foram realizados no sentido de conhecer quais os conteúdos com AD usualmente acessados e em quais canais e dispositivos; a frequência de participação em

eventos com AD; o conhecimento da legislação envolvendo o tema e a avaliação do que consideravam mais importante em uma audiodescrição. Além disso, nesta etapa também abordamos questões com a finalidade de investigar qual o entendimento que o entrevistado possui em relação a situação atual das pessoas com deficiência no Brasil.

Para compor esta fase da pesquisa e problematizar a discussão, a amostra de sujeitos comunicantes foi pensada a partir dos seguintes critérios: possuir algum grau de deficiência visual; ser participante ativo do grupo de WhatsApp *Interação com AD*; ter participado de, pelo menos, 10 eventos com audiodescrição nos últimos dois anos; o conjunto de sujeitos selecionados apresentar distinções em termos de perfis sociopolíticos, de competências comunicativas, digitais e de habilidades relativas à tecnologia assistiva. Além disso procurei contemplar, dentro desse conjunto, uma pessoa que trabalhasse com audiodescrição para que trouxesse uma visão mais técnica e vinculada à produção deste artefato comunicacional. Foram selecionados quatro sujeitos, sendo três homens, um deles consultor em audiodescrição, e uma mulher. O convite para participar da pesquisa foi feito por mensagem via WhatsApp.

As entrevistas foram realizadas presencialmente, em locais sugeridos pelos entrevistados. Como ressalta Bourdieu (1999), esses momentos de interlocução durante as entrevistas são repletos de sentimento de inquietação já que, ao partir de um movimento de confiança, os sujeitos muitas vezes acabam por tornar públicas algumas informações de cunho estritamente pessoal, tais como segredos de família ou acontecimentos envolvendo outras pessoas. Nesse sentido, são necessários alguns cuidados, principalmente no tange ao zelo com a imagem dessas pessoas que confiaram ao pesquisador suas questões mais profundas. Dessa forma, por uma questão ética que inclui preservar a identidade dos sujeitos que participaram dessa pesquisa, optamos por utilizar pseudônimos para identificá-los. Os movimentos de descrição e de análise dos dados das entrevistas são apresentados no capítulo 5, juntamente com as análises relativas aos processos comunicacionais no grupo WhatsApp.

3 O CONTEXTO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

A reconstrução dos movimentos de contextualização, foco deste capítulo, é realizada a partir de quatro eixos. Considero inicialmente aspectos socioculturais relativos às pessoas cegas, particularizando elementos do contexto específico da cidade de Porto Alegre. Depois, discorro sobre a legislação e sobre a dificuldade de ações efetivas para o seu cumprimento, que gera diversos problemas de ordem cultural e social para este grupo. Realizo então um resgate histórico das lutas das pessoas com deficiência visual por inclusão social envolvendo o campo digital e midiático. Por fim, recupero aspectos do contexto vinculado a audiodescrição.

3.1 Aspectos do contexto histórico e sociocultural das pessoas com deficiência visual

Num contexto em que muito se discute sobre o direito fundamental de dignidade da pessoa humana e da cidadania é difícil constatar que, para as pessoas com deficiência, a luta inicia-se antes pelo direito de serem consideradas simplesmente “pessoas” e “humanas”. Partindo da afirmação de Otto Marques da Silva (1987) de que anomalias físicas ou intelectuais, deformações congênitas, doenças graves e de consequências incapacitantes, sejam elas de natureza transitória ou permanente, são tão antigas quanto a própria Humanidade, é possível pensar que as deficiências sempre estiveram presentes na sociedade. No entanto, a representação delas está intimamente ligada às atitudes e configurações da sociedade e do contexto no qual estão inseridas.

A história mostra que durante muito tempo as sociedades, sobretudo as mais rudimentares, não eram capazes de compreender plenamente essas condições humanas diferentes e, mesmo que compreendessem, dependendo do contexto, era improvável que uma pessoa com determinadas deficiências sobrevivesse aos contratempos daquele período. Muitas tribos eram obrigadas a se locomover constantemente de um local para outro e tinham como prática comum se desfazerem dos “deficientes” por entenderem que representavam um fardo e um perigo para todo o grupo. O abandono e mesmo a eliminação dessas pessoas, sobretudo as crianças, era um comportamento aceitável na época, não representando nenhuma atitude antiética ou imoral, uma vez que a segurança da tribo se sobrepunha aos riscos advindos da permanência de um integrante com limitações no grupo. Em grande parte dessas sociedades primárias não havia cegos, pois os enfermos e as pessoas com essa deficiência eram mortos ou abandonados. O infanticídio das crianças que nasciam cegas e o abandono dos que haviam perdido a visão na idade adulta eram procedimentos frequentes. (FRANCO e SILVA, 2010).

Apesar de comum e aceitável, essas atitudes não eram unânimes nas culturas antigas, podendo-se apontar outras formas de tratamento das pessoas com deficiência, incluindo aceitação e até mesmo certo tipo de tratamento especial. Um exemplo citado por Silva (1987) eram os costumes dos *Aonas*, tribo de pescadores que viviam à beira do lago Rudolf, na ilha conhecida como Elmolo, no Quênia. Para este povo, os cegos mantinham uma ligação direta com os espíritos que moravam nas profundezas do lago e estes indicavam aos cegos os locais onde os peixes poderiam ser encontrados em abundância. Assim, nessa sociedade, as pessoas com deficiência visual eram muito respeitadas e bem tratadas, participando ativamente das pescarias.

Os famosos papiros também traziam registros de práticas médicas realizadas no Egito Antigo, com menções a tratamentos voltados aos problemas ligados a deficiências. (SILVA, 1987). Além desses documentos históricos, exames patológicos realizados em múmias constataram que os egípcios eram afetados constantemente por infecção nos olhos. Em virtude da alta taxa de incidência dessas doenças, o país ficou conhecido como a “Terra dos Cegos”, existindo dentre esses, faraós, coral de cegos e até mesmo médico especializado em visão na corte de reis persas. (SILVA, 1987).

Na mitologia da civilização grega, algumas divindades eram representadas com algumas deficiências, que eram muitas vezes a sua característica marcante. Os deuses do Amor e da Fortuna, por exemplo, eram eventualmente apresentados como pessoas cegas. (SILVA, 1987). Apesar disso, nesta cultura, o tratamento mais frequente dispensado a esse grupo de pessoas era o de abandono ou o sacrifício.

Em Esparta, conforme relata Silva (1987), pelas leis vigentes, os pais de qualquer recém-nascido eram obrigados a levar o bebê a uma espécie de comissão oficial formada por anciãos de reconhecida autoridade, que se reuniam para examinar e tomar conhecimento oficial do novo cidadão. Após o exame o destino do bebê era determinado. Se fosse considerado “normal”, forte e belo, cumpria à família criá-lo até os sete anos de idade aproximadamente, para depois ser entregue aos cuidados do Estado, cuja missão era prepará-lo para a arte de guerrear. No entanto, se a criança fosse considerada feia, disforme ou franzina, os próprios anciãos se encarregavam do sacrifício. As crianças eram atiradas num abismo de mais de 2.400 metros de altura, num local de nome *Apothetai*, que significava “depósitos”, situado na Cadeia das Montanhas *Taygetos*, próximo a Esparta. (SILVA, 1987).

Já em Roma, havia leis específicas quanto ao reconhecimento dos direitos de um recém-nascido, especificando em que circunstâncias eles estariam garantidos ou não. A chamada

“forma humana” figurava dentre as principais condições de garantia a esses direitos. Nos casos em que a criança viesse a nascer disforme ou de aparência considerada “monstruosa”, ao pai era permitido o direito de exterminá-lo. Apesar de resguardado por lei, a prática do infanticídio não era regular. Os pais podiam abrir mão desse direito e, nestes casos, deixavam as crianças em cestos colocados às margens do rio Tibre ou em outros locais considerados sagrados pelos romanos. Muitos desses bebês eram recolhidos por exploradores que, mais tarde, os utilizavam como esmoleiros. Otto Marques da Silva (1987), ressalta que foi bastante notória em Roma a utilização de meninas cegas como prostitutas e de rapazes cegos como remadores, quando não eram usados simplesmente para esmolar.

A partir do cristianismo, surge uma nova visão em relação ao tratamento dedicado às pessoas com deficiência. A prática, difundida pelo então sistema vigente, da morte de crianças não desejadas pelos pais devido a deformações começa a ser duramente condenada. Por influência direta da Igreja Católica, nesse período também começaram a surgir os primeiros hospitais e organizações de caridade ou de assistência destinados ao atendimento de pobres, “deficientes” abandonados e doentes graves ou crônicos. (SILVA, 1987).

Com o fim do Império Romano (Século V, ano 476) dá-se início ao período histórico denominado Idade Média. Durante os onze séculos que durou o Império Bizantino, as ideias que envolviam as pessoas com deficiências eram impregnadas por concepções místicas e misteriosas. Supunha-se ser um “castigo de Deus” o nascimento de uma criança com deficiência, acreditando-se também que um corpo malformado era resultado de uma mente igualmente malformada, supersticiosamente vista como feiticeira ou bruxa.

Dentre os hospitais daquela época destinados ao acolhimento de pessoas com deficiência, destaca-se a fundação do primeiro hospital para pessoas cegas, criada por Luiz IX (1214-1270). O local, chamado *Hospice des Quinze-Vingts*, oferecia moradia e alimentação a aproximadamente 300 pessoas cegas. O nome, conforme explica Silva (1987), tem origem do episódio de aprisionamento de Luiz IX pelos sarracenos. Alguns historiadores contam que, na ocasião, 300 dos seus soldados tiveram seus olhos vazados pelos inimigos à proporção de 20 soldados por dia durante 15 dias, período em que aguardavam o desfecho das negociações para pagamento do resgate exigido para a libertação do rei da França. Assim, *Quinze-Vingts* significa 15x20, cálculo que resulta os 300 cavaleiros que tiveram seus olhos vazados.

A partir do século XVI, o tratamento dedicado às pessoas com deficiência começa a ser acompanhado por estudos científicos e surgem algumas descobertas importantes no tratamento de determinadas deficiências. Dentre elas, destacam-se as iniciativas de ensino para os surdos

por meio de códigos e linguagens específicas, incentivadas principalmente pelo médico e matemático italiano Girolamo Cardano (1501-1576) e pelo monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1520-1584).

O alfabeto na língua de sinais foi demonstrado pela primeira vez no livro *Reduction de las letras y arte para enseñar a hablar los mudos*, do autor espanhol Juan Pablo Bonet (1579-1633), obra que também condenava os métodos brutais que tinham por base “gritar” para ensinar alunos surdos (GUGEL, 2007, citado por DICHER e TREVISAM, 2014). No que se refere às doenças mentais, ganham destaque os estudos de Philippe Pinel (1745-1826). O médico francês foi pioneiro no tratamento mais científico e menos supersticioso contra a loucura, defendendo tratamentos mais humanos aos doentes mentais.

A partir da segunda metade do século XIX, as pessoas com deficiência começam a ser reconhecidas como capazes de realizar trabalhos laborais. Essa visão de potencialidade foi influenciada por Napoleão Bonaparte, ao exigir que seus generais “olhassem os seus soldados feridos ou mutilados como elementos potencialmente úteis, tão logo tivessem seus ferimentos curados”. (SILVA, 1987, p.190).

Foi também por intermédio de Napoleão Bonaparte, mesmo que de forma indireta, que se criou o braile, o sistema de leitura utilizado por pessoas com deficiência visual até os dias de hoje. Em atenção a uma solicitação pessoal de Napoleão Bonaparte, o oficial do exército francês Charles Barbier (1764-1841) elaborou um sistema para que mensagens transmitidas durante a noite pudessem ser decodificadas pelos comandantes no período de batalhas. O método, no entanto, foi considerado demasiado complicado pelos militares do exército, o que levou Barbier a apresentar esse sistema ao conhecimento dos alunos do Instituto Nacional dos Jovens Cegos de Paris. Dentre os alunos estava o jovem Louis Braille (1809-1852), na época com aproximadamente quatorze anos. Louis reformulou o sistema, dando origem à escrita braile (GUGEL, 2007, citado por DICHER e TREVISAM, 2014).

Na mesma época, o então Imperador do Brasil, Dom Pedro II (1840-1889), funda na cidade do Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854), hoje chamado Instituto Benjamin Constant. A iniciativa teve influência de ideias europeias trazidas pelo brasileiro José Alvares de Azevedo, um jovem cego que havia passado uma temporada de estudos no Instituto Nacional de Jovens Cegos, em Paris. Apesar de inovador, o instituto foi durante muitos anos utilizado como mero asilo, uma escola que se limitava apenas a preparar seus próprios professores. Muitos, inclusive, chegaram a ser nomeados sem qualquer qualificação para o cargo (SILVA, 1987).

Foi após a proclamação da República que o local ganhou visibilidade. Neste período, o ex diretor do instituto, Benjamin Constant, assumiu o cargo de Ministro do Estado. Um de seus primeiros feitos foi o decreto 408, assinado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que aprovava o regulamento para o instituto. Benjamin Constant faleceu apenas um ano depois, em 1891, e o governo republicano rebatizou o instituto em sua homenagem com seu nome, que permanece até os dias de hoje. (SILVA, 1987).

Neste período, várias iniciativas em prol das pessoas com deficiência visual começam a surgir em diferentes países. Em 1906, é criada na cidade de Kallithéa, na Grécia, a primeira escola para cegos baseada na experiência localmente acumulada por pessoas interessadas no tema. Ao mesmo tempo surge no Estado de Massachussets, nos Estados Unidos, a primeira Comissão Estadual para o cego destinada a implementar programas financiados pelo Governo Federal. O Estado já havia ganhado destaque por ser a sede do primeiro instituto para cegos nas Américas, fundado em 1829. No entanto, somente em 1914, outros Estados começam a implantar classes especiais, com professores especificamente preparados, em escolas públicas para o atendimento de estudantes cegos e surdos.

Em 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) lança a Declaração Universal dos Direitos Humanos que, em seu artigo 25, faz menção expressa à pessoa com deficiência, naquele momento denominada como “inválida”.

Artigo XXV. 1. Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora do seu controle. (ONU, Assembleia Geral, 1948).

O documento serviu de impulso para fomentar o interesse na criação de novas instituições e a consolidação das já existentes voltadas à busca de meios de concretização da inclusão social das pessoas com deficiência. Entretanto, conforme observa Silva (1987), um passo decisivo para o maior envolvimento da ONU e de suas Agências Especializadas aconteceu após a primeira Assembleia Geral, em 1946, quando se adotou uma resolução que estabelecia o primeiro passo para um programa de consultoria em diversas áreas do bem-estar social. Este documento incluía a reabilitação de pessoas com deficiência como uma das principais áreas com possibilidade de captar recursos financeiros para assistência técnica, que seria colocada à disposição dos países subdesenvolvidos e interessados no assunto.

Quase 20 anos depois, em 1964, uma resolução sobre educação especial, incluindo programas para cegos, foi adotada pela Conferência da UNESCO⁸. Gradativamente outros esforços foram sendo despendidos nesse mesmo sentido. Em 1975 a Assembleia Geral da ONU aprovou a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes. Dentre os postulados constantes no documento, destacamos o de número 3:

As pessoas deficientes têm o direito inerente ao respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de sua deficiência, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica antes de tudo, no direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível. (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS DEFICIENTES, 1975)

Nesta época, os movimentos sociais buscavam uma nova denominação que pudesse substituir os pseudônimos pejorativos que usualmente eram utilizados pelo senso comum e que transmitiam conceitualmente uma imagem negativa como, por exemplo, “inválidos”, “incapazes” e “aleijados”, entre outros (BONITO, 2015). A nova nomenclatura serviria para ser utilizada na campanha do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), em 1981. A finalidade deste ano era a concretização de objetivos de “participação plena” de pessoas com deficiência na vida social e no desenvolvimento das sociedades nas quais viviam, além de rever a legislação existente para eliminar possíveis práticas discriminatórias com relação à educação e ao mercado de trabalho.

A proposta para a campanha foi incluir o substantivo “pessoa” antes de “deficiência”. Assim, evitava-se a “coisificação” e enaltecia-se a “pessoa” como ser humano digno de direitos (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 15). A partir das diversas problematizações que surgiram, optou-se pela adesão ao termo “pessoas portadoras de deficiência”. A nomenclatura foi utilizada até 2006, ano em que a ONU consagra o termo que é o mais atual em uso: “Pessoas com deficiência” (LANNA JÚNIOR, 2010, p.92).

Nesta nova concepção, a ideia parte do pressuposto de que primeiro se deve considerar que se trata de “pessoas”, e depois de que possuem uma “deficiência” que pode, inclusive, ser transitória ou temporária. (BONITO, 2015). Entretanto, mais de 10 anos depois, ainda se percebe a inexistência de um consenso sobre os termos utilizados para a identificação deste grupo. As próprias associações, assim como a legislação, os pesquisadores e profissionais utilizam palavras distintas.

⁸ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Outro desafio é o de mensurar a quantidade de pessoas com deficiência em nível global, principalmente se levarmos em consideração as diferenças de abordagens metodológicas e a própria concepção do que é a deficiência em cada país. O primeiro relatório mundial sobre o tema, emitido em 2011 e produzido em conjunto pela Organização Mundial de Saúde e pelo Banco Mundial, aponta que mais de um bilhão de pessoas, possui algum tipo de deficiência, ou seja, cerca de 15% da população mundial⁹.

Dentre os dados apresentados no relatório, a influência dos ambientes onde as pessoas vivem aparece como um fator importante sobre a prevalência e extensão da deficiência. Grandes mudanças ambientais, tais como as causadas por desastres naturais ou situações de conflito, afetam a prevalência de deficiências não só por modificarem as limitações, mas também por criarem barreiras no ambiente físico. Por outro lado, campanhas em prol da inclusão e aceitação desse grupo de pessoas e as mudanças em grande escala para melhorar a acessibilidade no sistema de transportes ou na infraestrutura de serviços públicos podem reduzir as barreiras de inclusão social. Outras mudanças ambientais incluem a assistência fornecida por uma outra pessoa ou ferramenta, dispositivo, veículo especialmente adaptado ou elaborado, ou qualquer forma de modificação ambiental em um cômodo, casa, ou local de trabalho.

No Brasil a pesquisa mais recente sobre o tema, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, demonstrou que cerca de 45 milhões de brasileiros possuíam algum tipo de deficiência (visual, auditiva, motora e/ou intelectual), sendo 528 mil consideradas totalmente cegas. No entanto, em 2018, no processo de aprimorar a discussão sobre o monitoramento de indicadores a respeito das pessoas com deficiência, esses dados passaram por uma releitura e o IBGE mudou a forma de interpretá-los, criando um novo indicador. Desta forma, o número de pessoas com deficiência no Brasil passou a ser considerado como 12 milhões, o que representa 6,7% da população, índice bem inferior aos 23,7% divulgados anteriormente.

A explicação para uma mudança tão drástica está na forma de interpretação dos dados obtidos no questionário. O marco conceitual adotado no Censo demográfico de 2010, buscou se adaptar à Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), divulgada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2001. Dessa forma, a compreensão da deficiência era interpretada como produto da interação entre funções e estruturas corporais com limitações e barreiras sociais e ambientais (IBGE, 2018).

⁹ Fonte: Relatório Mundial sobre a Deficiência. Disponível em: http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf

O quadro de perguntas sobre pessoas com deficiência utilizado no questionário do Censo de 2010 partiu do modelo proposto pelo Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência (*Washington Group on Disability Statistics - WG*), instituição criada com o intuito de fomentar a cooperação internacional no âmbito das estatísticas relacionada a esse tema.

Figura 1 - Quadro de perguntas sobre deficiência para o Censo IBGE 2010

DEFICIÊNCIA - PARA TODAS AS PESSOAS				
6.14 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE ENXERGAR? (SE UTILIZA ÓCULOS OU LENTES DE CONTATO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO OS ESTIVER UTILIZANDO)				
<input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM	<input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE	Siga 6.15
6.15 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE OUVIR? (SE UTILIZA APARELHO AUDITIVO, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO)				
<input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM	<input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE	Siga 6.16
6.16 - TEM DIFICULDADE PERMANENTE DE CAMINHAR OU SUBIR DEGRAUS? (SE UTILIZA PRÓTESE, BENGALA OU APARELHO AUXILIAR, FAÇA SUA AVALIAÇÃO QUANDO O ESTIVER UTILIZANDO)				
<input type="checkbox"/> 1 - SIM, NÃO CONSEGUE DE MODO ALGUM	<input type="checkbox"/> 2 - SIM, GRANDE DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 3 - SIM, ALGUMA DIFICULDADE	<input type="checkbox"/> 4 - NÃO, NENHUMA DIFICULDADE	Siga 6.17
6.17 - TEM ALGUMA DEFICIÊNCIA MENTAL/INTELLECTUAL PERMANENTE QUE LIMITE AS SUAS ATIVIDADES HABITUAIS, COMO TRABALHAR, IR À ESCOLA, BRINCAR, ETC.?				
<input type="checkbox"/> 1 - SIM,	<input type="checkbox"/> 2 - NÃO			Siga 6.18

Fonte: IBGE 2010

#Pracegover – Quadro com fundo azul e letras pretas contendo 4 linhas com perguntas relacionadas à deficiência, sendo elas: 1. Tem dificuldade permanente de enxergar? 2. Tem dificuldade permanente de ouvir? 3. Tem dificuldade permanente de caminhar ou subir degraus? 3. Tem alguma deficiência mental/intelectual permanente que limite as suas atividades habituais, como trabalhar, ir à escola, brincar, etc.? Cada questão possui 4 alternativas de resposta, sendo elas: 1. Sim, não consegue de modo algum; 2. Sim, grande dificuldade; 3. Sim, alguma dificuldade; 4. Não, nenhuma dificuldade. Fim da descrição.

Como o WG sugere, é possível identificar as pessoas com deficiência de pelo menos 4 formas diferentes: 1. considerando pessoa com deficiência os indivíduos que responderem ter pelo menos alguma dificuldade em uma ou mais questões; 2. considerando pessoa com deficiência os indivíduos que responderem ter pelo menos grande dificuldade em uma ou mais questões; 3. considerando pessoa com deficiência os indivíduos que responderam não conseguir de modo algum em uma ou mais questões; e 4. considerando pessoa com deficiência os indivíduos que responderem ter pelo menos alguma dificuldade em no mínimo duas questões.

Conforme nota técnica emitida pelo IBGE¹⁰, no Censo realizado em 2010 optou-se pela identificação descrita no número 1, isto é, aqueles indivíduos que responderam afirmativamente para pelo menos uma das deficiências investigadas dentre as opções de resposta. A partir dessa

¹⁰ Nota técnica IBGE 01/2018: Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington.

interpretação chegou-se ao número de 45.606,048 de pessoas com algum tipo de deficiência no Brasil, dados que foram amplamente utilizados em diversas pesquisas sobre o tema. Em 2018, com o intuito de garantir a comparabilidade entre os países que produzem dados censitários, incorpora-se a linha de corte sugerida pelo WG, classificando como pessoa com deficiência aquela descrita na forma 2, ou seja, aqueles indivíduos que responderam as opções *Muita dificuldade* ou *Não consegue de modo algum* em uma ou mais questões do tema apresentado no questionário.

Os novos índices convergiram com os dados obtidos na primeira Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), realizada em 2013, que estima a porcentagem de 6,2% de pessoas com deficiência no Brasil. Entretanto, é importante ressaltar que a metodologia utilizada na PNS privilegiou o modelo biomédico de conceituação de pessoa com deficiência e se afastou da perspectiva social adotada no questionário do Censo.

Conforme o IBGE (2018), esses 6,7% estão em situação de maior risco em termos de restrições de participação do que o restante da população com níveis mais leves de diversidade funcional. O fato de se ter chegado a uma prevalência tão próxima da encontrada na PNS pode significar que as pessoas com impedimentos acabam por experimentar também incapacidades em decorrência de fatores ambientais desfavoráveis que encontram no país.

O impacto da adoção da linha de corte foi ainda mais significativo para as pessoas com deficiência visual. Ao desconsiderar aqueles indivíduos que declaram ter *Alguma dificuldade* para enxergar, o índice de pessoas consideradas com deficiência visual passou de 18,8% para 3,4% (IBGE, 2018).

Tabela 1: Estimativa de pessoas com deficiência visual no Brasil

Total de pessoas com deficiência visual a partir da releitura dos dados do Censo 2010		
Não consegue de modo algum	Grande dificuldade	Alguma dificuldade
528.624	6.056.584	29.206.180

Fonte: IBGE 2010

#Pracegover – Tabela mostrando o total de pessoas com deficiência visual a partir da releitura dos dados do Censo 2010. Apresenta 3 colunas, na primeira as pessoas que responderam que não conseguem de modo algum: 528.624; na segunda as pessoas que apresentam grande dificuldade: 6.056.584 e na terceira coluna as pessoas que apresentam grande dificuldade: 29.206.180. Fim da descrição.

Embora a nova metodologia adotada pelo IBGE busque o aprimoramento na análise dos dados, no que tange às pessoas com deficiência é importante observarmos com bastante atenção essa mudança, principalmente levando em conta a periodicidade do Censo que, atualmente, é

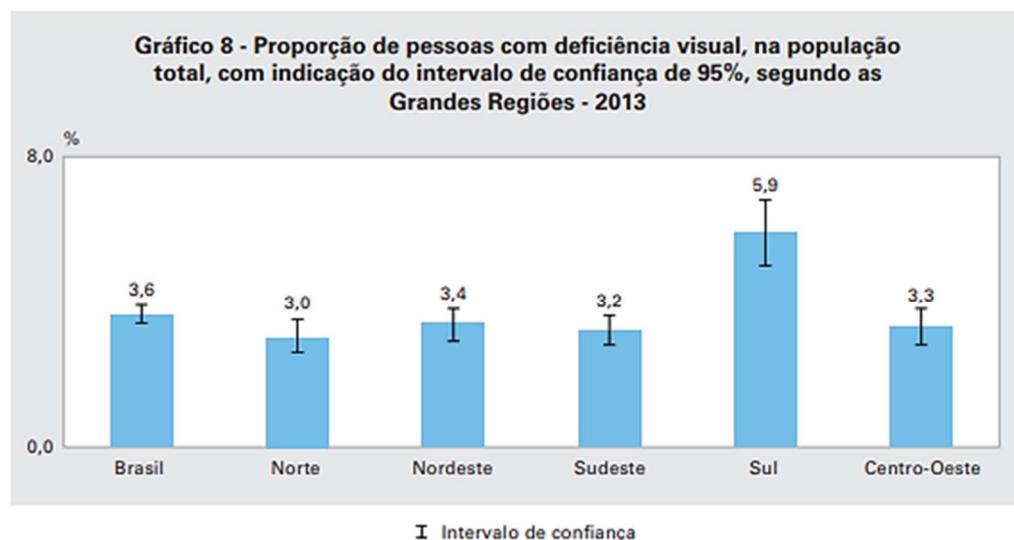
de 10 anos. É provável que aquelas pessoas que afirmaram ter alguma dificuldade de enxergar, ouvir ou se locomover na época em que o questionário foi aplicado tenham sua condição piorada ao longo do tempo, seja pelo avanço da doença (caso haja) ou por causas inerentes ao envelhecimento.

No entanto, por não estarem classificadas no grupo de pessoas com deficiência, é possível que nesse momento se vejam em um cenário em que os recursos e investimentos públicos destinados a esse público sejam menores, uma vez que a perspectiva em relação a essa classificação teve mudança. Considero que essa mudança na metodologia atinge negativamente a cidadania dessas pessoas, sobretudo aquelas com deficiência visual.

3.1.1 Aspectos do cenário de Porto Alegre

Conforme demonstrado na Pesquisa Nacional de Saúde (2013), 5,9% dos moradores da região sul do Brasil possui algum tipo de deficiência visual. É a região com percentual mais elevado, conforme se pode conferir na tabela a seguir:

Figura 2 - Gráfico com a proporção de PDV nas regiões brasileiras



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional de Saúde 2013.

#Pracegover – Gráfico de pessoas com deficiência visual na população total, com indicação do intervalo de confiança de 95%, segundo as grandes regionais. A imagem mostra 6 colunas de cor azul, alturas diferentes, posicionadas uma ao lado da outra. Abaixo de cada uma consta a descrição do local a que se referem e acima uma numeração, sendo elas: Brasil 3,6; Norte 3,0; Nordeste 3,4; Sudeste 3,2; Sul 5,9; e Centro-oeste 3,3. Fim da descrição.

Para esta pesquisa, considerou-se os casos de cegueira de ambos os olhos, cegueira de um olho e visão reduzida do outro, cegueira de um olho e visão normal do outro e baixa visão de ambos os olhos. A partir da releitura dos dados do último Censo, estima-se que mais de 43 mil moradores de Porto Alegre possuem algum tipo de deficiência visual. Esse número certamente é maior, considerando que a pesquisa aconteceu há quase 10 anos (IBGE, 2010).

Tabela 2: Estimativas de pessoas com deficiência visual em porto Alegre.

Município	População	Grau de deficiência visual	
		Não consegue de modo algum	Grande dificuldade
Porto Alegre	1.409.351	6.020	37.055

Fonte: IBGE, 2010

#Pracegover – Tabela apresenta uma linha e quatro colunas com os respectivos títulos preenchidos em cinza. Coluna município: porto alegre. Coluna população: 1.409.351. Coluna grau de deficiência visual: (não consegue de modo algum): 37.055. Fim da descrição.

Em 2011, Porto Alegre foi a primeira capital do país a criar um Plano Diretor de Acessibilidade, que prevê diretrizes para tornar espaços públicos e privados acessíveis a todos. O documento entrou em vigor em 2012 e destaca que as obras licenciadas sigam normas de acessibilidade, prevendo multas em caso de descumprimento. Na prática, o plano não foi suficiente para tornar a cidade 100% acessível e a falta de investimento para tornar os espaços públicos adaptados ainda é grande. A fiscalização do Plano e das demais legislações municipais relacionadas ao tema é de responsabilidade da Coordenadora-Geral de Acessibilidade e Inclusão Social, hoje vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Esporte - SMDSE.

Apesar disso, a capital se destaca em algumas ações como, por exemplo, no número de rampas para cadeirantes. Segundo o Censo do IBGE, em 2010 o percentual de ruas com rampas de acesso no município era de 23,23%, índice considerado longe do ideal em termos de acessibilidade plena, mas que está bem acima do número nacional. No Brasil, esse percentual era de 4,62%, já no Estado do RS o número ficava em torno de 7,64% (IBGE, 2010). A cidade também possui sinaleiras sonoras. Os equipamentos, instalados em pontos críticos da circulação, emitem sinais sonoros para garantir a travessia segura das pessoas com deficiência visual. Já a implantação de piso tátil, considerado muito importante para a locomoção de pessoas cegas nas ruas da cidade, ainda é insatisfatório. Apesar de exigido no Plano Diretor de Acessibilidade, em muitos locais os equipamentos estão instalados de forma precária,

incompletos ou então são obstruídos por mostruários das lojas ou produtos de ambulantes. Segundo informações fornecidas no *site* da Prefeitura, a implantação está sendo realizada gradativamente, começando com prédios novos e por calçadas totalmente refeitas.

A Prefeitura da cidade também conta com o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Porto Alegre (COMDEPA) para auxiliar nas questões relacionadas à inclusão social. O órgão, criado em 2007 sob a Lei complementar nº 580, tem a proposta de levar os questionamentos das pessoas com deficiência ao poder público, além de deliberar e fiscalizar políticas de atendimento nas áreas de educação, saúde, trabalho, assistência social, transporte, cultura, desporto, lazer e acessibilidade.

Outras iniciativas do poder público municipal para incentivar a inclusão social das pessoas com deficiência são o Selo e o Certificado de Acessibilidade. O objetivo, conforme divulgado no *site* da Prefeitura, é o de “incentivar, nas edificações existentes e nos novos projetos, a destinação de espaços que visem atender simultaneamente a todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, contemplando elementos ou soluções que assegurem acessibilidade” (PROCEMPA, 2019).

Apesar dos esforços na prática o poder público, seja pela falta de infraestrutura ou de recursos financeiros e humanos, não consegue contemplar todas as demandas necessárias para incluir socialmente as pessoas com deficiência. Nesse ponto, é muito importante o papel de instituições do Terceiro Setor¹¹. Em Porto Alegre existem algumas entidades que realizam um importante trabalho de apoio para as pessoas com deficiência visual. Dentre elas, destaca-se a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul - ACERGS. Fundada há mais de 50 anos, a Associação busca a inclusão das pessoas com deficiência visual, atuando nas áreas de reabilitação, qualificação profissional, empregabilidade, para desporto e cultura. O programa de reabilitação, que possui também atendimento psicossocial, é uma das principais portas de entrada. Esse programa atende pessoas a partir dos 16 anos e começa com o processo de orientação e mobilidade, que se baseia no exercício de aprender a usar a bengala para locomoção e reconhecimento de espaço. O sistema braile e a tecnologia assistiva são as outras etapas do programa.

Existem outras entidades na cidade que também realizam trabalhos nesse mesmo sentido, como a Instituição Rumo Norte que oferece palestras, cursos e oficinas gratuitas para

¹¹ Nomenclatura que representa as organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela iniciativa e participação voluntária da sociedade civil (FERNANDES, 1997).

pessoas com deficiência e a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Política Pública para Portadores de Deficiência e Altas Habilidades (FADERS). A existência de um número considerável de instituições é um dos fatores que contribuiu para o desenvolvimento de atividades culturais voltadas a esse grupo de pessoas, conforme detalhamos no item 2.4.3 deste trabalho.

3.2 Legislações *deficientes*

Até a década de 1980, no que tange às pessoas com deficiência, a legislação brasileira apresentava um caráter basicamente assistencialista, reforçando a visão e a prática com as quais geralmente vinham sendo tratadas as questões envolvendo esse grupo de pessoas. Para os cegos, por exemplo, as políticas focavam na organização do ensino com a instalação de classes em braille, na adaptação social e reabilitação. Dessa forma, cabia a estas pessoas adaptarem-se ao meio onde viviam e não o contrário.

Os textos das Constituições Brasileiras de 1824 e de 1891 tratam apenas de garantir o direito à igualdade, não tendo nenhuma menção específica às PcD. No documento de 1934, há um avanço em termos da inclusão do artigo 138 que especifica ser incumbência da União, dos Estados e dos Municípios: a) “assegurar amparo aos desvalidos, criando serviços especializados e animando os serviços sociais, cuja orientação procurarão coordenar” (ARAÚJO, 1997, p.60).

No entanto, foi somente em 1978 com a Emenda Constitucional nº 12, conhecida como “Emenda Thales Ramalho”, que se pôde verificar significativa evolução na proteção dos direitos das pessoas com deficiência. O texto¹² assegura a melhoria da condição social e econômica desse grupo de pessoas, especialmente mediante:

- I - educação especial e gratuita;
- II - assistência, reabilitação e reinserção na vida econômica e social do País;
- III - proibição de discriminação, inclusive quanto à admissão ao trabalho ou ao serviço público e a salários;
- IV - possibilidade de acesso a edifícios e logradouros públicos.

O período coincide com o surgimento de grupos e movimentos civis em diferentes Estados e com distintos tipos de deficiência, reunidos com o objetivo de traçar estratégias de luta por seus direitos. Conforme observa Lanna Júnior:

¹² Emenda Constitucional nº 12, de 1978. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1970-1979/emendaconstitucional-12-17-outubro-1978-366956-publicacaooriginal-1-pl.html>

O eixo principal das novas formas de organização e ações das pessoas com deficiência, surgidas no final da década de 1970 e início da década de 1980, era politicamente contrário ao caráter de caridade que marcou historicamente as ações voltadas para esse público. Estava em jogo a necessidade, por muito tempo reprimida, de as pessoas com deficiência serem protagonistas na condução das próprias vidas (2010, p. 35).

Neste contexto, surge a ideia de se estabelecer uma representação do Movimento de Vida Independente (MVI) no Brasil. Esse movimento de inclusão social, criado na década de 70 nos Estados Unidos, rapidamente se espalhou pelo mundo. Seus princípios foram ditados pelas próprias pessoas com deficiências, que não aceitavam ficar à margem da sociedade e à mercê das instituições, especialistas e familiares, que decidiam tudo por elas. (LANNA JÚNIOR, 2010, p. 60).

Esses grupos geraram importantes avanços na organização nacional das pessoas com deficiência. Mas, conforme ressalta Lanna Júnior (2010), o interesse público em relação aos direitos das PcD só foi reconhecido na estrutura do Estado brasileiro a partir de 1986, com a criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) e da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em 1989. A partir desse momento, as pautas relacionadas às PcD ganharam cada vez mais espaço na estrutura federal.

O Movimento de Vida Independente do Brasil participou ativamente na formulação e na ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ambos aprovados pela 61ª Assembleia da ONU, em dezembro de 2006. A Convenção foi incorporada à legislação brasileira em 2008 e promulgada pelo Decreto Federal nº 6.949/2009, dando ao documento equivalência de emenda constitucional. A partir disso, o Brasil assume nacionalmente a responsabilidade de desenvolver e preservar os princípios consagrados na Declaração dos Direitos Humanos (1948) e reafirma o seu compromisso e interesse em considerar as demandas das pessoas com deficiência sob o viés da cidadania.

Desde 1948, logo no artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, já se proclamava a igualdade “em dignidade e direitos” de todos os seres humanos, ou seja, mesmo diante das diferenças entre as pessoas, somos iguais em dignidade e temos direito a essa dignidade. No mesmo sentido está a Constituição Federal brasileira, ao determinar como fundamento do próprio Estado Democrático de Direito a dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III) e ressaltar, em seu preâmbulo, que este Estado foi instituído com o escopo de “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça” (DICHER e TREVISAM, 2014).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência não criou novos direitos, mas deixou claro que as pessoas com limitações podem desfrutar das mesmas oportunidades que os demais, sem indiferença, desprezo ou assistencialismo. A partir desse documento, se instituiu uma mudança de paradigma sobre a visão social a respeito da PcD, passando do modelo médico, no qual a deficiência é tratada como uma espécie de doença, para o modelo social dos direitos humanos, no qual a deficiência engloba as limitações funcionais do corpo humano e as barreiras impostas pelo ambiente ao indivíduo. O artigo primeiro do documento conceitua que:

Art. 1º: Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas (BRASIL, DECRETO 6.949, 2009).

Além de reconhecer o pleno direito de integração de forma autônoma e respeitosa, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência também ganha destaque histórico na legislação brasileira, pois se trata do primeiro tratado internacional de direitos humanos aprovado com equivalência de emenda constitucional.

No que se refere ao *acesso à informação*, que interessa particularmente a esta pesquisa, o artigo 21 deste documento, intitulado "Liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação" sugere um conjunto de ações para garantir que as PcD possam exercer seu direito à comunicação sem barreiras:

- a) Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;
- b) Aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, Braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência;
- c) Urgir as entidades privadas que oferecem serviços ao público em geral, inclusive por meio da internet, a fornecer informações e serviços em formatos acessíveis, que possam ser usados por pessoas com deficiência;
- d) Incentivar a mídia, inclusive os provedores de informação pela Internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência;
- e) Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais. (BRASIL, DECRETO 6.949, 2009)

Já o artigo 30 trata especificamente sobre as questões da acessibilidade a bens culturais, incluindo programação na televisão:

1. Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam:

- a) Ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis;
- b) Ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; e
- c) Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional (BRASIL, DECRETO 6.949, 2009).

A promulgação da Convenção no Brasil ocorreu em 2009. No entanto, outras iniciativas legais visando à inclusão das PcD no acesso pleno à comunicação e informação já estavam em vigor. A própria Constituição Brasileira, em seu artigo 215, especifica que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.” (BRASIL, 1988). Nesse sentido é preciso considerar que, para grande parte das pessoas com deficiência, o acesso à cultura necessita de algum tipo de adaptação/mediação.

Apesar de garantido constitucionalmente, na prática a primeira tentativa de ampliar e promover maior inclusão veio por meio da promulgação da Lei 10.098, de 2000, conhecida como Lei da Acessibilidade. A redação estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (BRASIL, 2000). A regulamentação ocorreu somente quatro anos depois, por meio do Decreto 5.296 (BRASIL, 2004), alterado pelo Decreto 5.645 (BRASIL, 2005) e pelo Decreto 5.762 (BRASIL, 2006b).

No tocante à comunicação, no capítulo VI, “Do acesso à informação e à comunicação” (BRASIL, 2004), a lei obriga que todos os portais ou *sites* da administração pública tenham recursos de acessibilidade, permitindo pleno acesso às informações disponíveis (Art. 47). Em junho de 2006, surge a portaria de nº 310 que, considerando o disposto no art. 53 do Decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004, resolve:

Art. 1º Aprovar a Norma Complementar nº 01/2006 - Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Para os efeitos desta Norma, devem ser consideradas as seguintes definições:
3.3. Áudio-descrição: corresponde a uma locução, em língua portuguesa, sobreposta ao som original do programa, destinada a descrever imagens, sons, textos e demais informações que não poderiam ser percebidos ou compreendidos por pessoas com deficiência visual. (BRASIL, 2006b)

A partir desse momento, os recursos de audiodescrição e de libras tornaram-se um direito garantido pela legislação brasileira. A Lei previa que em um período máximo de dois anos as emissoras de televisão seriam obrigadas a oferecer, pelo menos, duas horas de programação diária com recurso de audiodescrição. Esse número deveria aumentar gradativamente visando a acessibilidade total da programação até o ano de 2016, fato que não ocorreu. As concessionárias pressionaram e o Governo estendeu os prazos para a implantação.

Entre 2008 e 2012 o Governo Federal se manifestou, pelo menos 10 vezes por meio de Decretos e Portarias, alterando o prazo estipulado inicialmente. Em julho de 2015 foi promulgada uma nova regulamentação sobre o assunto, a Lei nº 13.146, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência. No que se refere à deficiência visual, o inciso V do artigo 3º apresenta o conceito de comunicação, que seria a forma de interação dos cidadãos e que abrange, entre outras opções, o braile, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, além de meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações.

Em relação à *audiodescrição*, a norma contribuiu para a construção da Resolução nº 667 (ANATEL) que trata da acessibilidade nos serviços de telecomunicações e para a Instrução Normativa nº 128 (ANCINE), que dispõe sobre as normas gerais e os critérios básicos de acessibilidade visual e auditiva a serem observados nos segmentos de distribuição e exibição cinematográfica. O artigo 6º obriga salas de cinema e de teatro a disporem de recursos acessíveis para PcD até o início de 2020, no entanto, uma Medida Provisória, emitida no dia 31 de dezembro de 2019 prorrogou esse prazo por mais 12 meses. A justificativa foi de que os recursos necessários para financiar as obras de adaptação das salas de cinema, pelo setor audiovisual, só foram liberados no dia 17 de dezembro de 2019, impossibilitando as adequações necessárias no tempo estipulado.

Embora as pessoas com deficiência tenham seus direitos de inclusão garantidos juridicamente, na prática a realidade é diferente. Os obstáculos que se opõem ao desenvolvimento da cidadania não dependem apenas da impossibilidade de enxergar, mas, sobretudo, de questões vinculadas a essa limitação que incluem o desenvolvimento de ações focadas, prioritariamente, no assistencialismo e preconceitos, cujas razões de ser firmam-se no âmbito histórico-cultural da forma de conceber a cegueira. Essas pessoas muitas vezes são ignoradas pela sociedade e tem seus direitos subjugados. Sobre isso, Moscovici (2003) diz:

Há uma observação familiar de que nós não estamos conscientes de algumas coisas bastante óbvias; de que nós não conseguimos ver o que está diante de nossos olhos. É como se nosso olhar ou nossa percepção estivessem eclipsados, de tal modo que uma determinada classe de pessoas, seja devido a sua idade - por exemplo, os velhos pelos novos e os novos pelos velhos - ou devido a sua raça - p. ex. os negros por alguns brancos, etc. - se tornam invisíveis quando, de fato, eles estão “nos olhando de frente” (2003, p. 30).

Para esse autor, essa “invisibilidade” não é resultado da falta de informação sobre a condição desses sujeitos, mas sim, de uma fragmentação preestabelecida da realidade. É como se fizéssemos uma classificação das pessoas e de coisas que a compreendem, tornando algumas delas visíveis e outras não. Nossas reações aos acontecimentos estão relacionadas a determinada definição ou representação, em geral comum a todos os membros da comunidade a qual pertencemos. Para as pessoas com deficiência, essas classificações resultam em distinções e até mesmo discriminações uma vez que, ao não as enxergar, também não se desenvolvem ferramentas que propiciem sua plena inclusão ao meio em que estão inseridas. No âmbito da comunicação, por exemplo, existem diversas limitações informativas que dificultam a essas pessoas ter acesso às informações de maneira isonômica e universal.

A comunicação é um direito fundamental, reconhecido pela ONU e pela Constituição Brasileira. No entanto, a ausência de políticas públicas de acessibilidade cultural sempre foi um obstáculo na vida das pessoas com deficiência. Isso porque o acesso pleno depende da ação de atores sociais, cujos interesses muitas vezes estão atrelados às lógicas das indústrias culturais globalizadas e à hegemonia do capitalismo. Conforme atenta Bonito (2015), isto significa que há um conflito de interesses entre a proposta da diversidade cultural e os projetos que visam lucros, cujas filosofias são quase sempre incompatíveis. Para pessoas cegas, a conscientização de que eles são sujeitos com particularidades específicas, mas capazes de conviver normalmente na sociedade, é de vital importância para garantir sua plena cidadania.

3.3 Audiodescrição

A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que busca ampliar o entendimento das pessoas com deficiência visual de produtos culturais como peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas, desfiles e espetáculos de dança; eventos turísticos, esportivos, pedagógicos e científicos tais como aulas, seminários, congressos, palestras, feiras e outros, através de *informação sonora* (MOTTA e FILHO, 2010, p. 7). Por meio de áudio, a

AD é integrada ao som original do produto audiovisual, preferencialmente nos intervalos dos diálogos e de ruídos importantes, podendo ser pré-gravada, ao vivo ou simultânea.

Por intermédio da AD, é possível apresentar descrições detalhadas dos aspectos apresentados à visão tais como cenários, expressões faciais e corporais, conteúdos de texto, figurinos, indicação de tempo e espaço, movimentações e demais elementos importantes para a compreensão plena da obra (VIRALONGA, 2009). Paulo Romeu Filho, um dos principais representantes e militantes das causas políticas das PDV no Brasil, descreve em seu Blog¹³ quatro interpretações da AD para diferentes áreas de conhecimento:

No campo das Letras: audiodescrição é uma modalidade de tradução semiótica que consiste em transformar o visual em verbal. **No campo da Comunicação:** a audiodescrição tem a finalidade de transformar uma mensagem transmitida pelo emissor de forma visual, de modo que faça o mesmo sentido para o receptor que a recebe de forma audível. **Na Cultura:** audiodescrição é a arte de descrever imagens por meio das palavras. **Para as Pessoas com Deficiência:** audiodescrição é uma tecnologia assistiva, um recurso de acessibilidade que permite ouvir o que não pode ser visto, compreender o que não pode ser compreendido sem o uso da visão (FILHO, 2014)

Esse recurso começou a ser usado na década de 1980, é bastante utilizado em produções culturais de países da Europa e nos Estados Unidos e vem gradualmente ganhando maior visibilidade e projeção também em outros locais à medida que o direito das pessoas com deficiência é reconhecido e garantido.

Para Pozzobon (2008), uma característica importante e definidora da audiodescrição é que ela busca traduzir as imagens sem interpretar a mensagem, o que significa dizer que um audiodescritor não deve expressar a sua opinião, mas sim o que está sendo visto da maneira mais isenta possível. Ele é a ponte entre a imagem e o sujeito cego, devendo dar a este os subsídios necessários e pertinentes à compreensão do evento.

Nesse sentido, a AD não é considerada um elemento que participa da construção do significado no momento de elaboração de uma obra, mas quando colocada junto a ela, passa a ser elemento de composição do significado para quem se beneficia. É importante lembrar que produtos audiovisuais não são feitos somente de imagens, mas também de sons, falas, trilha sonora que, se não levados em conta, acabam por prejudicar o entendimento por parte do sujeito cego que utiliza a AD. A audiodescritora Letícia Schwartz (2010) salienta que:

¹³ Blog da Audiodescrição: <http://www.blogdaaudiodescricao.com.br>.

É importante ter consciência de que a audiodescrição não é um serviço meramente técnico. Assim como a arte, ela exige um envolvimento intenso com o projeto. É preciso sensibilidade para encontrar o vocabulário adequado e o tom de voz ideal para que a audiodescrição seja totalmente integrada ao filme. Um filme do Rambo não pede o mesmo vocabulário que um filme de Woody Allen. Um romance não pede o mesmo tom de um filme de terror ou de uma comédia. (SCHWARTZ, 2010, p..204)

As escolhas feitas pelos profissionais que trabalham com audiodescrição devem estabelecer a relação entre a obra e o espectador, propondo acesso à informação visual sem prejuízo às inferências que devem ser construídas no processo de identificação próprio ao meio. Isso quer dizer que o espectador deve produzir suas próprias significações em relação à obra.

Desde 2013, a profissão de audiodescritor está registrada na CBO – Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho. Neste mesmo ano o projeto de lei 5156/2013, que visa regulamentar o exercício da profissão, foi apresentado na Câmara dos Deputados. O projeto ainda está em tramitação e contempla a participação de pelo menos três perfis de especialistas na produção da audiodescrição: audiodescritor roteirista, audiodescritor narrador e audiodescritor consultor. (FILHO, 2014).

Existem diversas empresas especializadas em audiodescrição no Brasil, mas, conforme Paulo Romeu Filho ressalta em seu blog, a maioria dos profissionais ainda trabalha como autônomo. Três têm sido os modelos utilizados para a formação de audiodescritores: o treinamento através de cursos de curta duração ministrados por profissionais com experiência nesse mercado; o treinamento em serviço promovido por empresas que trabalham com AD e a formação acadêmica, em geral na forma de módulos em cursos de mestrado em Tradução Audiovisual, ou cursos certificados em nível de extensão. (FRANCO E SILVA, 2010 p. 26).

É importante ressaltar que, embora a audiodescrição seja principalmente direcionada às pessoas com deficiências visuais, os possíveis beneficiários deste recurso formam um universo bem mais amplo. Sujeitos com particularidades específicas tais como Síndrome de Down, dislexia e autismo encontram neste recurso um elemento facilitador, que permite melhor compreensão do que é ofertado.

3.3.1 Elementos históricos

Apesar de ganhar um caráter mais técnico e prático, é interessante observar que a audiodescrição, como conceito formal de atividade, surgiu no ambiente acadêmico em 1975 a partir das ideias desenvolvidas por Gregory Frazier em sua dissertação de mestrado. No entanto,

somente na década de 80 iniciou-se o processo de utilização efetiva da técnica em espetáculos de teatro e, posteriormente, em filmes no cinema e televisão. Os pioneiros na utilização foram o casal norte americano Margaret Rockwell e Cody Pfanstiehl, conforme relatam Franco e Silva (2010):

Margaret Rockwell, portadora de deficiência visual e fundadora do serviço de leitores via rádio The Metropolitan Washington Ear, e seu futuro marido, o voluntário Cody Pfanstiehl, foram responsáveis pela audiodescrição de *Major Barbara*, peça exibida no Arena Stage Theater em Washington DC em 1981. Na época, o Arena Stage Theater havia recebido recursos públicos para tornar suas produções mais acessíveis e Margaret Rockwell foi contatada para ajudar nessa empreitada. Ela, por sua vez, buscou o auxílio de Cody Pfanstiehl e o casal, então, passou a audiodescrever as produções teatrais. Eles também foram responsáveis pelas primeiras audiodescrições em fita cassete usadas em visitas a museus, parques e monumentos nos EUA, além de contribuir de maneira significativa para levar a AD à televisão (p. 20).

Apesar de serem reconhecidos como “os pais da audiodescrição”, a primeira transmissão desse recurso na TV aberta não foi realizada pelo casal, mas sim pela emissora japonesa NTV no ano de 1983. Como a rede não contava com a tecnologia SAP, a AD foi transmitida pelo canal aberto e ouvida por todos os espectadores. A iniciativa, no entanto, não se mostrou a mais apropriada e as transmissões utilizando o recurso foram descontinuadas, passando a ocorrer apenas ocasionalmente. (FRANCO E SILVA, 2010). Três anos depois a rede americana de TV WGBH, afiliada da PBS em Boston, passou a transmitir os primeiros programas televisivos com audiodescrição pré-gravada com a possibilidade de um Programa de Áudio Secundário (SAP).

Neste período, a audiodescrição começa a ser reconhecida em diferentes países. Na Inglaterra, as produções amadoras do *Robin Hood Theatre* passaram a contar com o recurso; já as exibições de caráter profissional e em larga escala passaram a ser oferecidas no *Theatre Royal* em Windsor a partir de 1988. Na televisão e no DVD, o *Royal National Institute of Blind People*, a maior instituição de cegos do país, tem sido responsável pela promoção da audiodescrição em larga escala.

Em 1987 a Espanha adota a AD na forma pela qual a conhecemos hoje. A Organización Nacional de Ciegos Españoles (ONCE) audiodescreve o filme *O último Tango em Paris* e começa a desenvolver um projeto chamado Sonocine, que permitia que as pessoas com deficiência visual seguissem a audiodescrição dos filmes exibidos na televisão através de um canal de rádio especialmente habilitado. Em 1989 o Festival de Cannes utilizou o recurso para audiodescrever dois extratos de filmes, resultado de um curso de formação em audiodescrição

realizado por estudantes franceses junto ao *AudioVision Institute* nos EUA. Neste mesmo ano, França e Alemanha inauguram a utilização da AD em sessões de cinema.

Na década de 1990 surgiram novas pesquisas sobre o tema, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra, países com maior tradição em AD. Conforme ressaltam Franco e Silva (2010), os primeiros estudos buscaram traçar um perfil dos espectadores com deficiência visual e seus hábitos de consumo televisivo. O intuito era verificar se a audiodescrição seria um recurso apreciado por esses sujeitos e determinar se o seu uso contribuiria para facilitar a compreensão dos dispositivos audiovisuais. Os resultados mostraram que além de aumentar o entendimento da programação, a AD também auxiliaria a aquisição de conhecimentos sobre o mundo visual, sobretudo aqueles ligados a normas de interação social tais como linguagem corporal e estilos de roupas.

Os estudos seguintes expandiram as linhas de investigação. No Departamento de Computação da University of Surrey (2002-2005), por exemplo, surgiram pesquisas relacionando à audiodescrição na ciência da computação, sobretudo nas áreas de multimídia e inteligência artificial. Já o Royal National Institute of Blind People e a Vocaleyes (2003) realizaram importantes estudos sobre o uso da AD em museus, galerias e *sites* históricos e culturais, enquanto o Alliance Library System empreendeu projeto de pesquisa para estudar a aplicação da técnica a acervos digitais (PETERS; BELL, 2006, citado por FRANCO e SILVA, 2010, p. 24).

A partir dos anos 2000, a audiodescrição começa a ser compreendida como um modo de *tradução audiovisual* e as pesquisas sobre o seu uso começam a ganhar força na área de Estudos da Tradução. Neste período, muitas publicações em revistas e periódicos dessa área passam a tratar mais frequentemente do assunto, assim como trabalhos apresentados em congressos e seminários começam a surgir. Em geral, eles apresentavam um panorama da audiodescrição, seu contexto histórico e detalhamentos sobre a utilização da técnica.

Desde então, essa temática tem sido de interesse para diversas áreas, conforme já explorado no capítulo 2 desta pesquisa. Para que este recurso ganhe maior visibilidade, tanto para os sujeitos cegos quanto para os videntes, é essencial que pesquisas na área sejam estimuladas. Quanto mais estudos, publicações e cursos formais na área, maior será a consolidação do direito à acessibilidade. Atualmente os países que mais investem nesse recurso tanto na televisão como no cinema e no teatro são Inglaterra, França, Espanha, Alemanha, Bélgica, Canadá, Austrália e Argentina.

3.3.2 Panorama da AD no Brasil

No Brasil, a primeira ocorrência de utilização de audiodescrição em um espetáculo público foi em 2003, durante o festival temático *Assim Vivemos: Festival Internacional de Filmes sobre Deficiência*, que reproduz a ideia do festival *Wie Wir Leben* (Como Nós Vivemos) de Munique, na Alemanha. Dois anos mais tarde foi lançado em DVD o primeiro filme audiodescrito do país, *Irmãos de Fé*, seguido de *Ensaio sobre a Cegueira*, em 2008. (FRANCO e SILVA 2010).

Neste mesmo ano foi reproduzida, na televisão brasileira, a primeira propaganda audiodescrita, promovida pela empresa Natura. Após esse período, outras ações foram tomadas no sentido de inclusão social de pessoas cegas, sendo grande parte realizadas por iniciativas privadas. Vale observar que, quando se fala em acessibilidade, não se trata apenas de fazer com que sujeitos portadores de necessidades especiais sejam incluídos em atividades ou consumam produtos e serviços adequados. É, sobretudo, fazer com que os direitos de uma grande parcela da população brasileira sejam reconhecidos, respeitados e colocados em prática.

Franco e Silva (2010), fazem uma retrospectiva dos primeiros usos da AD em espetáculos culturais no Brasil. Segundo as pesquisadoras, o Festival de Cinema de Gramado, em sua edição de 2007, e o Festival Internacional de Curtas-metragens de São Paulo, nas edições de 2006 e 2007, foram as primeiras mostras não-temáticas a exibirem filmes audiodescritos. Já no teatro o primeiro espetáculo a contar com o recurso foi a peça *Andaime*, exibida em São Paulo no ano de 2007. No ano seguinte, o público com deficiência visual pôde assistir pela primeira vez um espetáculo de dança com AD na cidade de Salvador, seguida por Curitiba. Em maio de 2009, em Manaus, o recurso foi utilizado pela primeira vez em um espetáculo de ópera.

Todas essas ações pioneiras foram recebidas com entusiasmo pelas pessoas com deficiência visual. No entanto, sua continuidade tem dependido muito mais de iniciativas privadas do que do apoio das autoridades dos meios de comunicação no que diz respeito ao cumprimento das leis que garantem o acesso dessas pessoas aos meios audiovisuais. (FRANCO e SILVA, 2010). Conforme discutido no capítulo 2.2 desta dissertação, desde a promulgação da lei 10.098 (BRASIL, 2000), o recurso de audiodescrição tornou-se um direito garantido pela legislação brasileira. Contudo, a efetivação do que foi estabelecido legalmente ainda é uma realidade que parece distante para as pessoas cegas.

Um exemplo da falta de preparo e de interesse do poder público nas questões envolvendo as pessoas cegas foi a consulta pública realizada em 2009 pelo Ministério das Comunicações, cujo objetivo era receber contribuições acerca da audiodescrição. Apesar do público beneficiado pela pesquisa ser composto por pessoas com deficiência visual, os documentos disponibilizados no *site* oficial do governo não eram acessíveis a esse grupo. Três meses após a divulgação da consulta pública o Superior Tribunal de Justiça, em decisão liminar, ordenou ao Ministério das Comunicações a reabertura da consulta determinando que todos os documentos publicados fossem adaptados de modo a permitir o acesso das pessoas cegas (BONITO, 2015, p. 69).

Em relação à disponibilização da AD na televisão, a discussão sobre a implementação do recurso se arrasta há mais de uma década. Atualmente está em vigor um cronograma, estabelecido na Portaria 188 de 24 de março de 2010, que prevê um mínimo de horas semanais na programação veiculada no horário compreendido entre 6 (seis) e 2 (duas) horas. A quantidade de horas deve aumentar gradativamente a cada ano, ficando estabelecido o mínimo de 20h semanais até julho de 2020. Segundo o que foi estabelecido, atualmente todas as emissoras de TV aberta no Brasil deveriam disponibilizar, pelo menos, 12h de programação com AD, o que não corresponde à realidade.

Os argumentos das emissoras de televisão para a dificuldade em aplicar o recurso na programação são vários, conforme ressalta o professor Marco Bonito (2010). Primeiramente tratava-se da questão envolvendo a transição do modelo analógico das transmissões de Rádio e TV para o modelo digital, depois foi a falta de mão de obra especializada para a adequação dos conteúdos em LIBRAS e AD. Por fim, a suposta impossibilidade de adequação da programação ao vivo, o que representa grande parte dos conteúdos produzidos pelas emissoras de TVs abertas no Brasil.

Uma outra dificuldade para pessoas cegas é o acesso prévio à programação com audiodescrição. As principais emissoras de TV não disponibilizam esse dado de forma clara nos seus *sites*. A Rede Globo, por exemplo, criou uma versão estilizada de seu novo logotipo acompanhado de um aviso sonoro para indicar os programas que contêm o recurso de audiodescrição. No entanto, esse sinal só aparece no momento em que o programa inicia, não sendo possível consultar antecipadamente os horários.

Além da Rede Globo, foram consultados os *sites* do SBT, da rede Record e da Band TV. O símbolo “AD” só foi encontrado ao lado do programa Chaves, no canal SBT. As demais apresentavam informações sobre a classificação etária, definição de imagem e a legenda oculta

Closed Caption, utilizada como recurso acessível para as pessoas com deficiência auditiva. Também não existem dados ou relatórios oficiais a respeito da disponibilidade e quantidade de horas de programas com audiodescrição na televisão brasileira, o que dificulta o controle sobre o cumprimento do que foi estabelecido pela lei.

Um fato significativo desta luta aconteceu em 2005, quando a autora de telenovelas Glória Perez escreveu “América”, veiculada em horário nobre pela Rede Globo de Televisão que, à época, detinha a maior audiência dentre as emissoras brasileiras. Na trama criada havia dois personagens que eram cegos. Para ajudar na construção desses personagens, foi criado um fórum de discussão na internet no qual participaram em torno de 50 pessoas com deficiência visual. Durante essas discussões surgiu a solicitação, formalizada por meio de carta, para que a emissora incluísse o recurso de audiodescrição na sua grade de programação (BONITO, 2010, p. 118).

No que se refere à acessibilidade em espetáculos culturais, a saga da audiodescrição não é diferente no Brasil. O artigo 42 da Lei nº 13.146/2015 estabelece que salas de cinema e teatro devem dispor de recursos acessíveis para pessoas com deficiência até, no máximo, o início de 2020. Em vista disso, em 2016 a Agência Nacional do Cinema (ANCINE) instaurou uma Câmara Técnica sobre acessibilidade.

A Ancine também criou uma Instrução Normativa, nº 137, determinando que 50% dos espaços de grupos exibidores com mais de 20 salas e 30% dos espaços de grupos com menos de 20 salas fossem adaptados até novembro de 2018. Além disso, todo o parque exibidor brasileiro deveria oferecer recursos acessíveis até 16 de setembro de 2019. Os prazos estipulados já são decorrentes de uma prorrogação. Antes, a normativa nº 128 visava que as empresas do setor se adaptassem até novembro de 2017. As distribuidoras que investiram para isso, acabaram perdendo dinheiro, já que as salas ainda não estão adaptadas. (FILHO, 2018).

Recentemente, algumas plataformas de *streaming*¹⁴ têm disponibilizado produções com AD. A Netflix, líder mundial em transmissão *online* de séries e filmes no smartphone, por exemplo, vem incluindo o recurso em suas produções originais. A primeira delas foi na série americana Demolidor – que conta a história de um super-herói cego. Inicialmente, o recurso foi disponibilizado somente em inglês, mas lentamente vem incluindo produções em português também.

¹⁴ *Streaming* é uma tecnologia que envia informações multimídia, através da transferência de dados, utilizando redes de computadores, especialmente a Internet, e foi criada para tornar as conexões mais rápidas. Disponível em <https://www.significados.com.br/streaming/>. Acesso em março de 2019

No que tange à pesquisa em audiodescrição, no Brasil existem alguns polos importantes, a maioria localizados em universidades públicas. O pioneiro é o TRAMAD - Tradução, Mídia e Audiodescrição - coordenado pela professora Eliana Franco no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foi sob orientação de Franco que surgiu a primeira dissertação de mestrado sobre audiodescrição no Brasil, em 2009. Outros grupos com o mesmo viés estão presentes na Universidade Estadual do Ceará (UECE), coordenado pela professora Vera Lúcia Santiago Araújo; na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), coordenado pelo professor Francisco Lima e na Universidade de Brasília (UnB), coordenado pela professora Soraya Alves.

Pelo panorama mostrado, fica claro que existe um descaso por parte de emissoras e pelo próprio poder público com a implementação da audiodescrição e fiscalização do que orienta a lei. Sendo a AD um recurso essencial de acessibilidade e, conseqüentemente de inclusão social, faz-se necessário que haja uma mudança nos paradigmas e nas práticas tradicionalmente desenvolvidas pelos meios de comunicação hegemônicos.

No *município de Porto Alegre* o primeiro registro de utilização comercial da audiodescrição foi no ano de 2010, na exibição do filme *Antes que o Mundo Acabe*, realizado no Cine Santander. No mesmo ano, a tradicional Feira do Livro da cidade incluiu espetáculos de teatro utilizando o recurso. Desde então, Porto Alegre tem sido palco de diversas iniciativas de inclusão envolvendo a audiodescrição, algumas delas pioneiras no país, como o projeto Festival de Cinema Acessível, cuja proposta é proporcionar que pessoas com e sem deficiência possam assistir juntas a sessões de cinema. A primeira edição ocorreu em 2015 com a apresentação de 4 filmes brasileiros. Todas as obras ofereciam, além da AD, outros recursos de acessibilidade, como legendas e língua brasileira de sinais, de forma simultânea.

O festival se repetiu no ano seguinte e em 2017 os organizadores criaram uma extensão da proposta, desta vez focada no público infante juvenil, com o Festival de Cinema Kids. Atualmente o projeto acontece em diversas cidades do Rio Grande do Sul. Em 2013, outra ação pioneira envolvendo a AD aconteceu em Porto Alegre. A capital foi a única cidade do país a sediar a estreia de um filme em circuito comercial de cinema com recurso de audiodescrição. O filme *Colegas* estreou em uma sessão especial, totalmente adaptada às pessoas cegas.

Uma pesquisa realizada no Blog da Audiodescrição, um dos principais portais relacionados à temática, demonstra que os eventos ocorridos em Porto Alegre utilizando AD, além de aumentarem anualmente, também estão se expandindo para diferentes segmentos. No início a audiodescrição era encontrada, principalmente, em espetáculos de cinema e de teatro.

Gradualmente, outras áreas foram utilizando o recurso para tornar as atividades e locais acessíveis também ao público com deficiência visual. Exposições fotográficas, espetáculos de dança, *shows*, visitas guiadas em museus, seminários e eventos públicos estão entre eles. O aumento na oferta de eventos e, conseqüentemente, na demanda pelo recurso, motivou a criação da Associação Gaúcha de Audiodescritores - AGADE, em 2016.

3.4 A acessibilidade digital e as lutas em busca da inclusão social

O artigo 53 da LBI estabelece que a acessibilidade é um direito que garante à pessoa com deficiência, ou com mobilidade reduzida, viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social. Nesse sentido, a acessibilidade é considerada como uma precondição ao exercício dos demais direitos.

É importante salientar que, quando falamos em acessibilidade, partimos da ideia de que ela não engloba apenas as estruturas físicas, mas todas as demais esferas de interação social capazes de eliminar as barreiras para inclusão das PcD. Neste ponto, é interessante a argumentação de Sasaki (2009) de que a acessibilidade é uma qualidade que envolve todos os contextos e aspectos da atividade humana. Em vista disso, ela reconhece seis dimensões da acessibilidade, que são as seguintes:

[...] arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência) (SASSAKI, 2009, p. 1).

A autora ressalta ainda que todos os tipos e sistemas de tecnologia, tais como tecnologias assistivas, digitais, de informação e comunicação, devem permear as seis dimensões da acessibilidade como suportes à realização de todos os direitos das pessoas com deficiência.

No que tange à deficiência visual, os ambientes digitais tornaram-se importantes aliados para a inclusão. Como argumenta Campbell (citado por SONZA e SANTAROSA, 2003), “desde a invenção do Código Braille em 1829, nada teve tanto impacto nos programas de educação, reabilitação e emprego, quanto o recente desenvolvimento da informática para os cegos”. A invenção do sistema braile representou um grande avanço nas barreiras de acessibilidade, pois possibilitou que pessoas com deficiência visual tivessem acesso à gramática

e à semântica escrita, assim como autonomia para escrever textos. Bonito (2015) ressalta que, a partir disso, a cultura desse grupo de pessoas sofreu uma transformação que proporcionou campos de autonomia impossíveis até então. Nesta nova relação, proveniente do processo midiático da cultura oral para a cultura tátil, as pessoas cegas passaram a "enxergar" os textos, que antes eram invisíveis, agora através do tato.

É interessante lembrar que o criador do sistema braile era cego, ou seja, uma pessoa que estava inserida no processo e conhecia de perto as dificuldades enfrentadas por esse grupo. Atualmente, na era da comunicação digital, a maior parte das tecnologias são desenvolvidas e projetadas pelos videntes, que geralmente desconsideram os critérios de usabilidade para os sujeitos cegos. O resultado são produtos com barreiras informativas que dificultam a apropriação plena do conteúdo. Isso está associado, entre outros aspectos, à falta de conhecimento sobre a cultura deste grupo social, assim como à falta de reconhecimento ao direito destas pessoas à comunicação de forma plena. Neste sentido, compactuo com a ideia de Bonito (2015) de que, para resolver esta questão, seria prudente e razoável que os sujeitos cegos ou organizações sociais representativas participassem desde o início da construção dos projetos.

O respeito às especificidades de acessibilidade para cada sujeito constitui um ponto chave para tornar a inclusão uma realidade. Como observa Santarosa (2002, citado por SONZA e SANTAROSA, 2003), a informática tem sido uma grande aliada nesse sentido, atravessando barreiras e quebrando obstáculos. A autora aponta duas formas de uso da tecnologia: como próteses físicas e mentais. As próteses físicas incluem o conjunto de dispositivos e procedimentos que têm por objetivo o desempenho de funções que o corpo não pode ou tem dificuldades de executar devido a deficiência. Já as próteses mentais têm por objetivo o desenvolvimento cognitivo, sócio afetivo e de comunicação. (SONZA e SANTAROSA, 2003, p. 2). Para as pessoas com deficiência visual, cujas limitações muitas vezes geram exclusão social, a tecnologia torna-se uma importante prótese mental.

Nesse sentido, é preciso ressaltar que a acessibilidade digital está intimamente ligada ao conceito de *desenho universal*. O artigo 3º da Lei Brasileira de Inclusão, em seu inciso II, define desenho universal como a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva. Em outras palavras, podemos dizer que o desenho universal deve ser pensado na fase inicial do projeto, visando atender a todos os usuários. (BONITO, 2015, p.138).

A internet pode se configurar em um território que inviabiliza o acesso pleno de pessoas cegas quando não implementa tecnologias acessíveis ou quando seus desenvolvedores desconhecem as normas internacionais de acessibilidade na web. Com o objetivo de orientar os desenvolvedores de tecnologias quanto aos recursos necessários para promover a acessibilidade, foram criados alguns documentos com orientações sobre o tema. O *World Wide Web Consortium* (W3C) é o comitê internacional que regulamenta esses assuntos relacionados à internet.

Dentro do W3C existe um grupo de trabalho específico para assuntos ligados à acessibilidade na web, o *Web Accessibility Initiative* (WAI). O WAI foi responsável pela criação de um conjunto de diretrizes com a finalidade de tornar a Web acessível a todos, chamado *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG). A primeira versão das Diretrizes para Acessibilidade do Conteúdo da Web (WCAG 1.0) foi lançada em maio de 1999 e a segunda (WCAG 2.0) em dezembro de 2008. (SILVA; FERREIRA; RAMOS, 2016). Entre as ações, a primeira versão do documento recomenda dois princípios para o desenvolvimento de páginas web:

- 1º) apresentação da informação em mais de uma forma: se for uma imagem, que esta seja descrita; se for em áudio, que apresente também a versão em texto.
- 2º) a produção de conteúdo deve observar os critérios da navegabilidade e ser compreensível: em um estilo simples, para que as dificuldades com o idioma ou com o contexto em que é apresentada, não ocorram.¹⁵

O documento foi publicado há 20 anos, no entanto, ainda hoje muitos *sites* não apresentam características acessíveis para as pessoas cegas. Nesse ponto a Tecnologia Assistiva¹⁶ (TA) torna-se fundamental. Podemos agrupar os diversos modelos de TA existentes destinados a esse grupo em duas categorias: tecnologias assistivas para usuários de baixa visão, que contemplam basicamente programas/aplicativos para ampliar a tela do dispositivo, e tecnologias assistivas para usuários cegos, que incluem os *softwares* leitores de tela e aplicativos para celular que auxiliam a utilização do aparelho.

No Brasil, os *softwares* mais utilizados para navegação na internet são o DOSVOX, o VIRTUAL VISION e o JAWS, sendo os dois primeiros projetos nacionais. (SONZA e SANTAROSA, 2003). Assim como o sistema braile foi considerado uma evolução na educação

¹⁵ Disponível em <https://www.w3.org/Translations/WCAG20-pt-br/>

¹⁶ O tema será abordado no capítulo 3.1.5 desta dissertação.

para pessoas com deficiência visual, esses *softwares* representam uma evolução que possibilita o acesso desse grupo a informações e a inclusão digital.

Figura 3 – Leitores de Tela

Leitor	Sistema operacional	Custo*
Dosvox** [20]	Windows	Gratuito
Jaws [21]	Windows	Pago
NVDA [22]	Windows	Gratuito
Orca [23]	Linux	Gratuito
Virtual Vision [24]	Windows	Pago
VoiceOver [25]	macOS/iOS	Nativo nos ambientes Apple
TalkBack [26]	Android	Nativo nos ambientes Android

* Alguns programas/aplicativos pagos possuem modalidades gratuitas para teste.

** O DOSVOX é um sistema operacional com diversos programas de apoio, além de um leitor de tela, executado em Windows 95 ou superior

Fonte: Cartilha de Acessibilidade na Web (Fascículo III)

#Pracegover – Quadro contendo 3 colunas, na primeira estão elencados os nomes de 7 aplicativos leitores de tela, na segunda a descrição do sistema operacional em que operam e na terceira o custo de cada um. Coluna leitor: Dosvox**. Coluna sistema operacional: Windows. Coluna custo: gratuito. Coluna leitor: jaws. Coluna sistema operacional: Windows. Coluna custo: pago. Coluna leitor: NVDA. Coluna sistema operacional: Windows. Coluna custo: gratuito. Coluna leitor: orca. Coluna sistema operacional: linux. Coluna custo: gratuito. Coluna leitor: virtual vision. Coluna sistema operacional: Windows. Coluna custo: pago. Coluna leitor: voiceOver. Coluna sistema operacional: macos/ios. Coluna custo: nativo nos ambientes apple. Coluna leitor: talkback. Coluna operacional: android. Coluna custo: nativo nos ambientes android. Legenda: *alguns programas/aplicativos pagos possuem modalidades gratuitas para teste. ** o dosvox é um sistema operacional com diversos programas de apoio, além de um leitor de tela, executado em Windows 95 ou superior. Fim da descrição.

Embora os leitores de tela sejam construídos para realizar a leitura dos textos exibidos no computador, sua eficiência depende da forma como as páginas da *web* são construídas e nem todas as informações são passíveis de leitura. É o caso das imagens sem descrição. A dificuldade está em como executar a leitura de um artifício visual. Conforme observa Lemos (2015), em geral, a solução é descrever a informação anexada na imagem, recurso que é bastante utilizado nas páginas *Hyper Text Markup Language* (HTML). Em tempos de comunicação via redes sociais, a falta de descrição de imagens exclui ou marginaliza boa parte das pessoas com deficiência visual desses ambientes.

Pensando nisso, em 2012, a professora Patrícia Silva de Jesus, ou Patricia Braille como é conhecida, criou o projeto #PraCegoVer. O objetivo é disseminação da cultura de

acessibilidade nas redes sociais, tendo como princípio a descrição de imagens utilizando a *hashtag*¹⁷ #PraCegoVer¹⁸. Em 2016 a rede social Facebook lançou uma ferramenta com o mesmo propósito. O Texto Alternativo Automático (alt) usa uma tecnologia de reconhecimento de objetos para criar automaticamente uma descrição da foto. Geralmente o texto apresenta os possíveis elementos da imagem, mas não contextualiza a situação: para isso, é necessário que o usuário que postou a foto subscreva o texto alternativo gerado, algo similar ao projeto #PraCegoVer. A rede social *twitter* também disponibiliza um recurso parecido, no entanto a funcionalidade necessita ser ativada.

A constatação é de que apesar de todo o avanço legal em matéria de acessibilidade das pessoas cegas, isso ainda não é suficiente para solucionar os problemas decorrentes da marginalização comunicacional dessa parcela da sociedade. Nas redes sociais, por exemplo, Sousa e Siqueira (2017) apontam que um sintoma das desvantagens das quais são alvo as pessoas cegas pode ser o “entrincheiramento” desses grupos em comunidades específicas, conforme será discutido no próximo capítulo.

3.4.1 Dispositivos móveis, redes sociais e a constituição de comunidades digitais

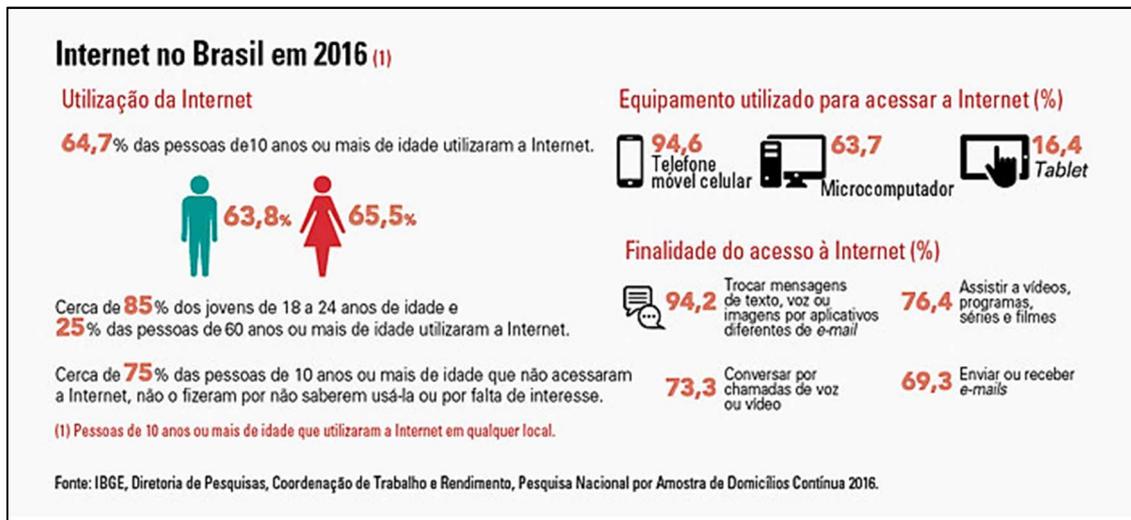
O desenvolvimento e a expansão das tecnologias da informação e comunicação, em particular as conexões da internet, têm causado um grande impacto na forma como as pessoas estabelecem suas relações sociais e interagem umas com as outras. A difusão de dispositivos móveis e as diversas possibilidades de seus usos tornaram as redes sociais um fenômeno cada vez mais estudado em diversas áreas de conhecimento.

A noção de dispositivos móveis é aqui referida na perspectiva adotada pela Unesco como aqueles que incluem qualquer tecnologia portátil e conectada, como telefones celulares básicos, leitores eletrônicos, smartphones e tablets, além de tecnologias incorporadas como leitores de *smartcard*. (UNESCO, 2014a, p. 17). Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, quase a totalidade (94,6%) dos 116,1 milhões de brasileiros que acessaram a internet utilizavam o celular como equipamento, conforme ilustrado na figura 4.

¹⁷ As *hashtags* são utilizadas para categorizar os conteúdos publicados nas redes sociais. Explicação completa. disponível em: <https://www.significados.com.br/hashtag/>.

¹⁸ Mais informações sobre o projeto em <https://www.facebook.com/PraCegoVer>.

Figura 4 - Dados sobre consumo de internet no Brasil em 2016



Fonte: IBGE

#Pracegover –Imagem apresentando dados da utilização de internet no Brasil, sendo: 64,7% das pessoas de 10 anos ou mais de idade utilizam a internet; 63,8% dos homens e 65,5% das mulheres. Cerca de 85% dos jovens de 18 a 24 anos de idade e 25% das pessoas de 60 anos ou mais de idade utilizaram a internet. Cerca de 75% das pessoas de 10ª anos ou mais de idade que não acessaram a internet, não o fizeram por não saberem usá-la ou por falta de interesse. Equipamento utilizada para acessar a internet: 94,6% telefone celular; 63,7% microcomputador e 16,4% tablete. Finalidade do acesso à internet: 94,2% para trocar mensagens de texto, voz ou imagens por aplicativos diferentes de e-mail; 73,3% para conversar por chamadas de voz ou vídeo; 76,4% para assistir vídeos, programas, series e filmes e 69,3% para enviar ou receber e-mails. Fim da descrição.

No que tange às pessoas cegas, a interação com os dispositivos móveis possui alguns obstáculos visto que ainda necessita de grande apelo visual. Para que elas possam interagir adequadamente com esses dispositivos, há uma série de ferramentas de acessibilidade disponíveis nos sistemas operacionais destes aparelhos, tais como leitor de tela, lente de aumento e controle de contraste. O leitor de tela apresenta em voz as informações do sistema que estão em foco; já a lente de aumento é indicada para aquelas pessoas que possuem baixa visão, pois a função é ampliar os elementos gráficos da tela e o alto contraste inverte as suas cores. (SILVA; DAMACENO; BRAGA, 2015)

Os principais sistemas operacionais presentes nos smartphones já incorporaram acessibilidade nativa aos seus dispositivos. Sem eles seria quase impossível o acesso das PDV, pois praticamente todos os aparelhos fabricados recentemente utilizam tecnologia *touch*

*screen*¹⁹, nas quais o acesso à tela é realizado sem a utilização de um botão físico. O Android, sistema operacional móvel do Google, utiliza uma função chamada *TalkBack*, que funciona como um leitor do que está abaixo do dedo do usuário. Ao tocar na tela, o *TalkBack* descreve o que acabou de ser tocado e o usuário então dá um toque duplo para confirmar o comando. No sistema operacional iOS, presente nos dispositivos da Apple Inc, o recurso funciona de forma parecida e tem o nome de *VoiceOver*.

Sobretudo para as pessoas cegas, as pessoas surdas e com mobilidade reduzida nas mãos, as *applications Programings interfaces* (API), tornam os ambientes da internet mais amigáveis, removendo possíveis barreiras de usabilidade, navegabilidade e interação. (SOUSA e SIQUEIRA, 2017). As API, conforme descrição do *site* de tecnologia Tecmundo²⁰, é considerada a “matrix” dos aplicativos, ou seja, uma interface que roda por trás de tudo. Enquanto utilizamos determinados aplicativos ou *sites*, a API pode estar conectada a diversos outros sistemas e aplicativos, interligando as informações. Um exemplo é a utilização de comandos de voz para acesso a informações no computador.

Não foram encontradas pesquisas específicas que apresentassem dados sobre a utilização de dispositivos móveis, em especial smartphones, por pessoas com deficiência visual. No entanto, considerando as informações sobre o número de pessoas cegas divulgadas pelo IBGE no Censo de 2010, os dados sobre utilização da internet na pesquisa de 2016, o crescente número de aplicativos voltados a esse público e minha própria experiência empírica para realização dessa dissertação na qual convivi com grupos de pessoas com deficiência visual, infiro que dentre os 64% das pessoas com mais de 10 anos que utilizam internet no Brasil, estão incluídas muitas com deficiência visual. Em uma rápida pesquisa na rede social Facebook, é possível encontrar diversas páginas e grupos de discussão formados por esse público, o que demonstra que eles, assim com os videntes, acessam conteúdos virtualmente.

Sousa e Siqueira (2017) argumentam que as plataformas de redes sociais, como Youtube, aplicativos de rádio e TV pela web, Twitter, Facebook e grupos de WhatsApp, têm se tornado lugares privilegiados para interação das pessoas com deficiência. O movimento social desse grupo de pessoas saiu do ativismo clássico, organizado, com uma pauta comum de reivindicações unificadas, para mergulhar no território difuso das redes sociais, ali onde já não

¹⁹ O termo refere-se geralmente ao toque no visor do dispositivo com o dedo ou a mão, que também podem reconhecer objetos, como uma caneta. Disponível em <https://www.tecmundo.com.br/multitouch/177-o-que-e-touch-screen-.htm>. Acesso em 09/03/19.

²⁰ Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/programacao/1807-o-que-e-api-.htm> . Acesso em 09/03/19.

se tem necessariamente um palco presencial, mas um “palco simbólico”. (VISER, 2007, citado por SOUSA e SIQUEIRA, 2017).

Apesar disso, a professora Joana Belarmino de Sousa, que também é cega, diz que não se pode afirmar que a militância e o ativismo social estejam na linha de frente dos interesses desses coletivos pelo uso das redes sociais. Pesquisas anteriores demonstraram que muitos se conectam para a conversação informal, a busca por informações, motivados pelo convívio social, o “estar junto” ainda que virtualmente ou mesmo para a divulgação de produtos de interesse comercial. (SOUSA e SIQUEIRA, 2017, p. 120). Considerando que um dos pilares das redes sociais é conectar pessoas que têm interesses em comum, os grupos formados no aplicativo WhatsApp têm ganhado cada vez mais protagonismo no Brasil.

O WhatsApp, lançado em 2009, é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz para smartphones. Além de mensagens de texto, os usuários também podem enviar imagens, vídeos e documentos em PDF, bem como fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a internet²¹. O aplicativo pode ser baixado gratuitamente em *smartphones* ou mesmo pelo *site* da empresa, bastando apenas possuir conexão com a Internet.

Para interagir com outros usuários, é necessário ter contatos telefônicos na agenda do celular e que também possuam o aplicativo. É possível o cadastro de um perfil de usuário com informações da conta, definições das formas de conversas, formas de notificação, lista de contatos. Os últimos números concretos divulgados pela empresa que administra o WhatsApp apontaram que em 2018 havia 1,5 bilhão de usuários ativos por mês no mundo. No Brasil esse número era de 120 milhões.²² O aplicativo permite a criação de grupos com até 256 integrantes, podendo dar origem a redes e comunidades digitais reunidas em torno dos mais variados assuntos.

As redes sociais podem ser pensadas, a partir das contribuições de Recuero (2006), como um conjunto de atores e suas relações. Para a pesquisadora, a análise de redes sociais busca a compreensão das estruturas sociais através dos padrões de conexão entre os indivíduos, surgidos principalmente em meio aos estudos sociológicos, anteriormente à “ciência das redes” (p. 36). A partir do entendimento que as relações entre esses sujeitos são provenientes de

²¹ Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/WhatsApp>. Acesso em 09/03/19.

²² Informações divulgadas pelo jornal Folha de São Paulo. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>. Acesso em 09/03/19.

processos de comunicação, torna-se fundamental estudar como tais trocas proporcionam o surgimento de grupos sociais.

Conforme argumenta a autora, existem diversos conceitos e estudos acerca do termo “comunidade”, sendo sempre associado a um grupo de pessoas. A mais famosa definição está nos trabalhos de Ferdinand Tönnies (1947 e 1995). Para Tönnies (1947), a “comunidade” representava o passado, a aldeia, a família, o calor, formado por um grupo de pessoas “idealizado”, com motivação afetiva e relações locais, íntimas. Um conceito que amplifica relações sociais como constituintes de laços fortes e de proximidade, baseadas na localização geográfica e na vida cotidiana, com valores partilhados. Já a “sociedade” seria o oposto, caracterizada pela frieza e o egoísmo, pelo distanciamento e pela técnica (RECUERO, 2006, p. 104).

A noção de comunidade constituída em torno de uma localidade geográfica das relações sociais sofre uma transformação após o surgimento da internet, embora ela não tenha sido a primeira responsável por esta modificação. Conforme lembra Recuero (2006) as cartas, o telefone e outros meios de comunicação mediada, embora fossem direcionados para indivíduos, iniciam as primeiras trocas comunicacionais, independentes da presença, sendo possível também a interação em grupo. Com a internet ampliou-se a mudança no sentido de lugar. Castells (2003, p. 106, citado por RECUERO, 2006) explica que o desaparecimento do “lugar” geográfico como forma de sociabilidade não é um elemento recente, mas que nada tem a ver com o advento exclusivo da internet.

Muitos pesquisadores compreendem que as interações através do computador estão possibilitando o surgimento de grupos sociais na internet, com características comunitárias. Recuero (2006) cita Rheingold (1995, p. 20), como um dos primeiros autores a efetivamente utilizar o conceito “comunidade virtual”, definindo-a como:

[...] agregados sociais que surgem da Rede [Internet], quando uma quantidade suficiente de gente leva adiante essas discussões públicas durante um tempo suficiente, com suficientes sentimentos humanos, para formar redes de relações pessoais no ciberespaço.

De acordo com essa definição, os elementos formadores da comunidade virtual seriam: as discussões públicas; as pessoas que se encontram e reencontram, ou que ainda, mantêm contato através da internet; o tempo; e o sentimento. Esses elementos combinados no ciberespaço poderiam ser formadores de redes de relações sociais, constituindo-se em

comunidades (RECUERO, 2006, p. 122). Reflito que elas que podem favorecer, também, o exercício da cidadania.

No entanto, conforme nos alerta Peruzzo (2018, p. 78), a internet e as redes sociais também se mostram como ambientes propícios para atitudes discriminatórias, insultos e circulação de informações falsas, atualmente tratadas como *fake News*. Nesse sentido, podemos dizer que não há uma distinção clara entre os acontecimentos nos ambientes virtual e físico, visto que para as pessoas conectadas ambos estariam interligados e passam a fazer parte da mesma dinâmica.

Nessa conjectura, entendo que alguns grupos formados por pessoas cegas nas redes sociais podem ser considerados uma comunidade digital. Eles estão reunidos com o objetivo de compartilhar interesses em comum, experiências pessoais ou debater pautas pontuais. Muitas dessas comunidades ampliaram sobremaneira o rol das suas demandas, colocando no centro desses interesses, o direito à comunicação acessível, assim como acessibilidade aos bens e serviços públicos e privados, além do pleno acesso a todos os bens e legados da sociedade informacional. (SOUSA e SIQUEIRA, 2017). Dentre esses grupos que considero como uma comunidade está o *Interação com AD*, objeto de referência deste trabalho e que será detalhado no subcapítulo seguinte.

Apesar dos inegáveis benefícios e facilidades proporcionados pelas redes sociais, concordo com Peruzzo (2018) quando atenta para o fato de que, junto com a liberdade de expressão, nesses canais também estão implicadas manipulações e liberdades vigiadas, tanto do ponto de vista político e ideológico quanto pessoal. Para a autora:

As configurações causadas pelo acelerado desenvolvimento tecnológico, que tanto impactam a vida nas sociedades, são mais bem compreendidas se tomadas no contexto dos mecanismos do capitalismo internacional, que de livre iniciativa se avoluma, de fato, em oligopólios, controladores dos fluxos de serviços, mercadorias e dados dos usuários das plataformas digitais (2018, p. 82)

Dessa forma, o poder e o controle do capital financeiro internacional no ciberespaço geram contradições. Por um lado, temos as privatizações e a monopolização de *startups* criadas inicialmente com o propósito de livre acesso. Alguns exemplos trazidos por Peruzzo (2018, p. 82) são a compra do Youtube e Waze pelo Google e do WhatsApp e Instagram pelo Facebook. Por outro lado, ao dominar os mercados, essas empresas prejudicam a concorrência e invadem a privacidade dos usuários, inclusive comercializando seus dados, como no caso do escândalo

envolvendo a empresa Facebook e a *Cambridge Analytica* no qual os dados de usuários norte-americanos foram utilizados a serviço da campanha presidencial do candidato Donald Trump²³.

É preciso reconhecer que existem vantagens e desvantagens no processo de comunicação envolvendo as redes sociais, compreendendo que as tecnologias não são neutras, conforme nos lembra Martín-Barbero (2006). Ao mesmo tempo em que elas favorecem a troca de informação, o acesso ao conhecimento e a formação de comunidades e redes, também existe o controle e a manipulação de informações com diversos fins. Nesse ponto é pertinente a discussão de Celso Furtado (2002), apresentada na pesquisa de doutorado de Brignol (2010, p. 87):

Os objetivos que motivam o progresso tecnológico são com frequência contraditórios. Uns orientam-se para a destruição, outras para a preservação. Os avanços da técnica estão a serviço de uns e de outros. É engano imaginar que as técnicas são neutras, pois elas refletem as forças culturalmente dominantes (FURTADO, 2002, p. 38)

Nesta pesquisa, partimos do entendimento de que a tecnologia e todas as facilidades proporcionadas por ela precisam ser avaliadas dentro do contexto social, político e econômico em que está inserida, contemplando também os sujeitos que fazem parte desse processo.

3.4.2 O grupo do WhatsApp, Interação com AD

O grupo *Interação com AD* (em referência a audiodescrição) foi criado em maio de 2017 por 7 amigos que tinham interesse em debater e divulgar estudos e eventos envolvendo a audiodescrição. Atualmente conta com 85 integrantes, com idades que variam entre 25 e 65 anos, sendo a maior parte deles com deficiência visual e alguns videntes que trabalham com audiodescrição ou estudam o tema (estou incluída neste último).

Existem 5 administradores no grupo, sendo 4 deles cegos, um deles consultor em audiodescrição e uma vidente que trabalha como audiodescritora. Quase todos os integrantes moram no Rio Grande do Sul, a maioria em Porto Alegre ou próximos à região metropolitana. Na descrição do grupo consta que a finalidade exclusiva é o debate sobre AD. No entanto as discussões inevitavelmente incluem por outras temáticas ligadas à realidade na qual o grupo está inserido. Inclusão, acessibilidade e representações sociais do cego são alguns dos assuntos abordados.

²³ Ver: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/03/facebook-e-cambridge-analytica-sete-fatos-que-voce-precisa-saber.ghtml>

Ao contrário de outras comunidades virtuais de pessoas cegas, encontradas principalmente na rede social Facebook, no grupo *Interação com AD* não há uma imagem no perfil do grupo. A inclusão de foto, segundo um dos administradores, é desnecessária, visto que a maioria dos integrantes é composta por pessoas com deficiência visual.

Figura 5 - Descrição do grupo, Interação com AD



Fonte: Grupo *Interação com AD*, WhatsApp.

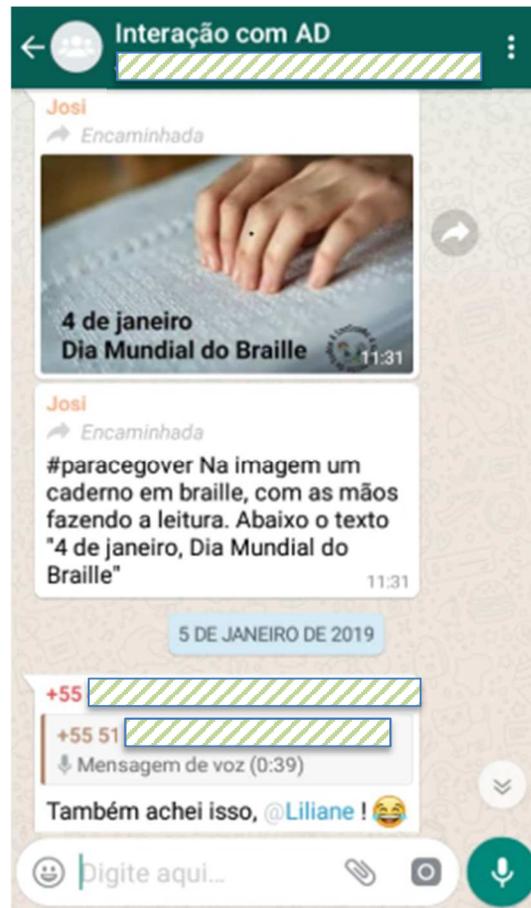
#Pracegover – Imagem contendo um quadrado verde e letras brancas com os dizeres: Interação com AD. Abaixo a descrição do grupo com o seguinte texto: Destinado exclusivamente à divulgação e à discussão de eventos e produções que envolvam o recurso de audiodescrição. Fim da descrição.

As interações acontecem diariamente no grupo online e, com frequência os participantes se encontram presencialmente em eventos, como teatro, cinema, exposições, etc., com audiodescrição. Esses eventos normalmente são divulgados com bastante antecedência no grupo. Isso possibilita que os integrantes possam se programar e, inclusive, combinar de irem juntos aos espetáculos. Posteriormente, ocorre o compartilhamento de informações e *feedbacks* no WhatsApp, tanto sobre a AD quanto a acessibilidade dos locais, as experiências sensoriais, etc.

Existe uma preferência pela utilização de mensagens em formato áudio nas comunicações do grupo. O compartilhamento de imagens, vídeos e *links* é permitido, desde que

acompanhado de uma descrição da figura/objeto. É comum a utilização de *emojis* e *emoticons*²⁴ nas mensagens, já que os *softwares* leitores de tela também realizam a leitura da figura.

Figura 6 - Conversa entre participantes do grupo *Interação com AD*



Fonte: Grupo *Interação com AD*, WhatsApp

#Pracegover – Imagem mostrando a tela do WhatsApp com uma mensagem divulgando o Dia mundial do braile. Na mensagem inicial uma imagem e abaixo a descrição: “#pracegover. Na imagem um caderno em braile, com mãos fazendo a leitura. Abaixo o texto “04 de janeiro, dia mundial do braile”. Fim da descrição.

Os processos comunicacionais desenvolvidos pelo grupo, um dos âmbitos investigados nesta pesquisa, serão descritos e analisados no capítulo 5. Antes, no próximo capítulo, abordaremos os alicerces teóricos que sustentam a pesquisa.

²⁴ *Emojis* e *emoticons* são representações gráficas de uma emoção feita através dos caracteres disponíveis no teclado do celular ou computador ou de imagens disponibilizadas pelos sistemas utilizados para a conversação. Disponível em <https://www.tecmundo.com.br/web/86866-voce-sabe-diferenca-entre-emoticons-emojis.htm> Acesso em 10/03/19

4 PROBLEMATIZAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo é dedicado às construções teóricas que alicerçam a investigação. Para dar conta dos objetivos da pesquisa, foi construído a partir de três linhas de problematização. Na primeira são apresentadas proposições que nos permitem refletir sobre os processos midiáticos e a comunicação no contexto das pessoas com deficiência visual. A discussão sobre a mediação é realizada com vistas a compreender aspectos da atualidade dos processos comunicacionais e do contexto estudado. Para refletir sobre as apropriações comunicacionais do grupo investigado, propõe-se uma segunda linha de debate acerca da recepção comunicacional assim como de aspectos relativos à comunicação digital e às Tecnologias Assistivas. Pensar os processos de uso e apropriação dos ambientes digitais pelas pessoas cegas nos leva a considerar suas articulações culturais e identitárias. Trago também um terceiro ponto de discussão no qual apresento elementos para refletir sobre a relação entre audiodescrição e semiótica. A terceira linha de problematização é conduzida no sentido de incluir a discussão sobre o conceito dos sujeitos comunicantes cegos e a noção de cidadania comunicativa, levando em consideração suas particularidades no processo de apropriação comunicacional.

4.1 Processos midiáticos e comunicação cega

Para dar conta da compreensão do fenômeno observado nesta pesquisa, parto da ideia de que a sociedade contemporânea é mediada e atravessada por processos tecnológicos que envolvem a mediação. Tal movimento produz efeitos significativos na forma como nos relacionamos e interpretamos o mundo, incluindo nosso papel como cidadãos. A mediação, conforme explica Maldonado (2002), se configura como um “processo histórico singular que aconteceu de forma expansiva e intensa no século XX, como necessidade sistêmica das formações sociais capitalistas hegemônicas, as quais estruturaram por meio da informatização seus modelos financeiros, industriais e comerciais e suas novas reconfigurações” (MALDONADO, 2002, p.06).

Neste contexto, os meios de comunicação de massa foram aos poucos transformando-se em megasistemas transnacionais de multimídia, gerando um campo midiático com papel estratégico na configuração das sociedades. (MALDONADO, 2002). A relação com os meios de comunicação foi se intensificando desde a invenção das primeiras mídias eletrônicas como o rádio e o cinema, no final do século XIX. Essas mudanças precisaram, simultaneamente, da construção de campos sociais e de formas de vida simbólica que fossem coerentes com as

lógicas produtivas do capital informatizado. Nesse sentido, a midiaticização surge das necessidades intrínsecas ao sistema capitalista contemporâneo, respondendo à dialética hegemônica do capital, mas na perspectiva sociológica, configura um campo social e adquire aspectos singulares, que não podem ser restritos às lógicas econômicas.

Verón (2014), apresenta uma visão a favor da perspectiva histórica de longo prazo da midiaticização, qualificada por ele como antropológica. Para o autor, ela “certamente não é um processo universal que caracteriza todas as sociedades humanas, do passado e do presente, mas é, mesmo assim, um resultado operacional de uma dimensão nuclear de nossa espécie biológica, mais precisamente, sua capacidade de semiose” (VERÓN, 2014, p. 14).

Nessa perspectiva, a vantagem conceitual do longo prazo é nos lembrar que o que está acontecendo nas sociedades da modernidade tardia começou, de fato, há muito tempo e que os fenômenos midiáticos são uma característica universal de todas as sociedades humanas. Esses fenômenos são caracterizados por Verón (2014) como a exteriorização dos processos mentais na forma de dispositivos materiais. A midiaticização, nesse contexto, aludiria a uma longa sequência histórica de fenômenos midiáticos sendo institucionalizados em sociedades humanas e suas múltiplas consequências. Algumas condições importantes para o início da história da midiaticização são elencadas por Verón (2014) como:

A ascensão da escrita; a passagem dos rolos aos códices, ou seja, o nascimento do livro; a “revolução não reconhecida” da imprensa, na expressão feliz de Elizabeth Eisenstein; a proliferação de panfletos e a subsequente ascensão dos jornais; começando no meio do século XIX, novos dispositivos técnicos permitiram o surgimento, pela primeira vez, de fenômenos midiáticos consistindo na produção indicial de imagens e sons que enquadram e sequenciam o tempo, dispositivos que culminam, no século seguinte, com a invenção da televisão. (2014, p. 15).

Neste processo as formações sociais contemporâneas passam a ser cada vez mais atravessadas pelas mídias; o cotidiano passa a ser pautado de forma considerável pela programação diária de jornais, programas de TV e redes sociais, por exemplo. O lazer, o entretenimento, o lúdico, o consumo de bens simbólicos e de bens materiais são exemplos de processos que foram atravessados de forma significativa pela ação televisiva. Para Maldonado (2002):

A tecnoesfera televisiva tornou possível que gêneros milenares, estratégias radiofônicas e do cinema, manifestações das culturas populares, expressões musicais locais, correntes simbólicas das periferias, das minorias, de gênero, de raça e das regiões encontrem um lugar de representação massivo. Na maioria dos casos, essas apropriações realizam desvios de sentido e

reformulações de modelos que enfraquecem em extremo a riqueza dos modelos e produtos culturais de origem (2002, p.10).

Sob esta perspectiva, a midiaticização contribui para o deslocamento das identidades culturais, desintegrando-as e homogeneizando-as. É interessante trazer a visão de Hall (2006, p.74) de que, à medida que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas por meio da infiltração cultural. Embora o autor estivesse se referindo mais especificamente ao fenômeno da globalização, podemos acrescentar que as mídias têm papel preponderante nestes processos.

Os estudos sobre essa temática nos mostram que é possível identificar formas antagônicas dos processos gerados pela midiaticização. Se por um lado ela promove transformações que podem ser nocivas às culturas, conforme citado anteriormente, por outro, contribui para uma produção cultural inovadora ao misturar modelos programáticos que incluem na sua construção elementos críticos.

Roger Silverstone (2002), uma das referências em estudos desse campo, alerta que é difícil encontrar uma origem e construir uma explicação do poder da mídia. Para o autor, é pertinente pensarmos nela como um processo de mediação:

É necessário perceber que a mídia se estende para além do ponto de contato entre os textos midiáticos e seus leitores ou espectadores. É necessário considerar que ela envolve os produtores e consumidores de mídia numa atividade mais ou menos contínua de engajamento e desengajamento com significados que têm sua fonte ou seu foco nos textos mediados, mas que dilatam a experiência e são avaliados à sua luz numa infinidade de maneiras (SILVESTONE, 2002, p. 33).

Sodré (2006) também discute o conceito de mediação ao falar em midiaticização. O autor, no entanto, ressalta que os termos diferem, uma vez que toda e qualquer cultura implica mediações simbólicas, que são linguagens, leis artes, etc. Nesse sentido, a palavra mediação traz em si o significado da ação de fazer ponte ou de fazer comunicar-se duas partes. Já a midiaticização não recobre a totalidade do campo social, e sim o da articulação de instituições com as várias organizações de mídia, cujas finalidades são tecnológicas e mercadológicas.

Dessa forma, a midiaticização é pensada como uma ordem de mediações socialmente aceitas, como um dispositivo cultural historicamente emergente no momento em que o processo da comunicação é técnica e mercadologicamente redefinido pela informação, isto é, por um

produto a serviço da lei estrutural do valor, também conhecida como capital. (SODRÉ, 2006, p. 21).

Neste cenário, a mídia assume um importante papel de levar informações a respeito dos acontecimentos do mundo, muitas vezes em tempo real. A imensa quantidade de informações geradas diariamente pelos mais diversos meios, principalmente após a inserção dos smartphones na vida cotidiana, tornaram a mídia parte do cotidiano das sociedades contemporâneas. Silverstone (2002) argumenta que:

A nossa mídia é onipresente, diária, uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea. É impossível escapar à presença, à representação da mídia. Passamos a depender da mídia, tanto impressa como eletrônica, para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança, para ver algum sentido nas continuidades da experiência e também, de quando em quando, para as intensidades da experiência. (SILVERSTONE, 2002, p. 12).

No que tange às pessoas cegas, a pesquisa, as observações empíricas e as reflexões geradas nesse processo levam-nos a pensar que nesse cenário estruturam-se múltiplas determinações. A interação desses sujeitos com as mídias é marcada pela negociação social, pelas mudanças trazidas pela tecnologia e seus impactos nos comportamentos, nas rotinas, na forma de se comunicar e em outros pontos que auxiliam na construção desses indivíduos enquanto cidadãos.

Quando uma pessoa cega entra em contato com outras com a mesma condição nas práticas sociais, gera uma reflexão sobre sua própria subjetividade, questiona-se em qual posição se insere dentro de esferas de representação social, integrando o conjunto de mesmos *significados*, ideias e outros aspectos. Desse modo, com o envolvimento do sujeito cego com os smartphones e outros recursos tecnológicos alcançados depois da criação do computador, penso que a internet trouxe formas de interação que vão muito além de compartilhar interesses em comum. Ela contribuiu para um novo modo de vinculação baseado nas regulações de suas identidades individuais e coletivas. Algo próximo ao que Sodré (2006) conceitua como *ethos* ao se referir à consciência atuante e objetivada de um grupo social cujos costumes, hábitos, valores e regras regulam o senso comum e que inclui “a maneira ou o jeito de agir, isto é, toda a ação rotineira ou costumeira, que implica contingência, quer dizer, a vida definida pelo jogo aleatório de carências e interesses, em oposição ao que se apresenta como necessário, como dever-ser. (SODRÉ, 2006, p. 25)

Pensar os processos midiáticos digitais, no caso desta pesquisa, nos trouxe indagações sobre as distintas mediações, temporalidades e ambientes comunicacionais que constroem os sujeitos comunicantes que participam desse processo, neste caso, as pessoas com deficiência visual. Nesse ponto, é oportuna a explicação de Ilse Scherer Warren, sobre a relação presente no ambiente das redes sociais em que existe um confronto entre o tradicional e o moderno, o local e o global e o indivíduo e o coletivo. As tensões se dão em três instâncias diferentes de mediação:

- a) Temporalidade (comunicação em rede em tempo real, mas que permite a conexão de tempos sociais distintos);
- b) Espacialidade (criação de territorialidades de novo tipo, virtuais e presenciais, e a conexão entre ambas)
- c) Sociabilidade (novas formas de relações sociais quanto à intensidade, a abrangência, a intencionalidade e, em especial, a seu significado e alcance num novo tipo de esfera pública) (SCHERER WARREN, 2006, p. 217).

Nesse sentido, a autora conclui que existe uma diversidade de movimentos sociais, com objetivos, culturas e identidades próprias, todavia, em tempos sociais e territorialidades distintas. No caso das pessoas cegas, embora o desenvolvimento tecnológico venha facilitando a inclusão nas práticas sociais e cotidianas, não se pode negar que eles ainda vivem em um tempo social distinto dos videntes, uma vez que o desenvolvimento de produtos comunicacionais e bens culturais é voltado, predominantemente, para este último grupo. Nas culturas midiáticas contemporâneas, em que as imagens e os produtos audiovisuais são predominantes, não possuir o sentido da visão implica estar em desvantagem competitiva. Sobre isso, compartilho do que diz Bonito (2015) ao afirmar que:

Nós, os videntes, não enxergamos ou não queremos ver nossa hegemonia e postura cultural que impõe formas de consumo, produção e compartilhamento de informações através dos diversos meios existentes: TVs, rádios, jornais e revistas impressos e a internet. É possível dizer que estamos cegos para esta questão, o que tem contribuído de maneira perversa para a marginalização e discriminação das pessoas com deficiência, em especial as do âmbito visual. (BONITO, 2015, p. 118).

A falta de audiodescrição na programação de TV aberta, conforme discutido no capítulo anterior, é um claro exemplo da dificuldade enfrentada por esse grupo no acesso aos produtos comunicacionais. Algo que chama a atenção e que demonstra como em relação às culturas midiáticas as pessoas cegas estão em desvantagem até mesmo entre as pessoas com deficiência,

é o fato de ser muito mais comum a veiculação de programas, filmes e peças de teatro com tradução em LIBRAS do que com audiodescrição.

Neste ponto da pesquisa, é possível compreender que algumas vertentes dos processos de mediação marginalizam as pessoas cegas no contexto comunicacional. Até mesmo as redes sociais, apontadas como um cenário favorável para a interação desse grupo, ainda necessitam de um olhar com maior alteridade por parte dos videntes. Assim estes processos podem gerar obstáculos à comunicação, uma vez que não contemplam as particularidades comunicativas deste grupo social. (BONITO, 2015).

4.1.1 A Comunicação Digital

Para compreendermos a comunicação digital e o seu papel na lógica das apropriações comunicacionais tratadas nesta pesquisa, penso que é relevante iniciarmos situando o tema no contexto histórico. Bonito (2015), em sua tese de doutorado, faz um resgate do surgimento da comunicação digital e das sociedades em processos de mediação digital que, no seu entendimento, tiveram seus hábitos de consumo expandidos também pelas culturas midiáticas.

A chamada “Era Digital” teve seu início no período do pós-guerra, com as pesquisas de Claude Shannon e Warren Weaver. Em 1948, além de propor uma definição para o conceito de “informação”, os pesquisadores também identificaram, classificaram e mensuraram a informação a partir da lógica dos dígitos binários, possibilitando, dessa forma, a quantificação e caracterização dos fluxos informativos por meio de quaisquer canais eletrônicos. O conceito formulado por Shannon sintetiza a informação como “tudo aquilo que reduz a incerteza de um sistema”, sendo sistema compreendido como qualquer conjunto de elementos que se associam para formar um conjunto sob as lógicas de processamento. (BONITO, 2015, p. 126).

A Teoria Matemática da Comunicação, proposta por esses pesquisadores, embora esteja elencada no campo da engenharia, colaborou significativamente para o desenvolvimento de pesquisas no campo da comunicação e para o conceito de comunicação digital. Isso porque, ao influenciar a inauguração da era da informática (HEAVEN, 2008, p. 264, citado por BONITO, 2015), a teoria, posteriormente, inspiraria a criação de redes de interação comunicativa que vão se desenvolver até o modelo de internet atual. Além disso, a partir dela também foi possível a projeção e o desenvolvimento em escala dos primeiros computadores digitais, dispositivos e sistemas binários eletrônicos, o que marcou a passagem da era analógica para a era digital e ficou conhecido como “revolução digital”.

Na década de 60 iniciou-se a criação do que mais tarde seria o marco da revolução tecnológica da sociedade contemporânea: a internet. Conforme relata Castells (1999), ela teve origem na Agência de projetos de Pesquisa Avançada (ARPA), nos Estados Unidos. Nesta época, os pesquisadores procuravam desenvolver um sistema de comunicação que pudesse resistir a ataques nucleares. É interessante observar que a internet nasceu como um programa de investigação militar, sem na realidade, ter tido qualquer aplicação nesse campo durante esse período. Em 1969, cria-se a ARPANET, primeira rede de computadores interligados, também com objetivos militares, mas que acabou sendo utilizada como meio de comunicação entre professores envolvidos na pesquisa. A ARPANET serviu como embrião para o surgimento de outras redes similares. (BONITO, 2015).

Apesar de os relatos da criação da internet estarem sempre relacionados ao contexto norte americano, Castells (1999) alerta que o projeto se desenvolveu desde o princípio, a partir de uma rede internacional de cientistas e técnicos que cooperaram na partilha e desenvolvimento de tecnologias. A tecnologia chave da internet, o *packet switching*, por exemplo, foi criada, simultaneamente sem qualquer comunicação entre si, por Paul Baran da Rand Corporation, na Califórnia, e por Donald Davis da National Physics Laboratory na Grã-Bretanha. Logo, a tecnologia chave desenvolveu-se paralelamente na Europa e nos Estados Unidos.

No contexto brasileiro, até meados dos anos 90, o acesso à internet estava restrito à rede *Bulletin Board System* (BBS), um sistema de correio eletrônico precário, utilizado, normalmente no meio acadêmico. Outras opções vigentes na época eram a rede de troca de informação e mensagens chamada TELEX, normalmente utilizada no campo empresarial, e o acesso por meio da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), nesse caso restrito ao âmbito acadêmico e governamental. (BONITO, 2015). A internet, tal como a entendemos agora, constituiu-se em 1994, a partir da existência de um *Browser*, na *World Wide Web*.

Castells (2005, p. 23) observa que a comunicação entre computadores criou um novo sistema de redes de interação global e horizontal que, pela primeira vez na história, permite que as pessoas se comuniquem umas com as outras sem a necessidade de utilizar os meios criados anteriormente pelas instituições da sociedade para a comunicação socializante. A internet revolucionou a forma como interagimos. No entanto, concordo com o autor quando ele afirma que não é a tecnologia que determina a sociedade, são os comportamentos que se apropriam da internet e, portanto, amplificam-se e potencializam-se a partir daquilo que são. Nesse sentido,

partilho da ideia de que as tecnologias de comunicação e informação são particularmente sensíveis aos efeitos dos usos sociais.

A capacidade de as sociedades dominarem a tecnologia, sobretudo aquelas que são estrategicamente decisivas em cada período histórico, é determinante para o seu desenvolvimento. Ainda que não estabeleça a evolução histórica e a transformação social, essa relação com a tecnologia funciona como um balizador para as transformações das comunidades, bem como os usos que decidem dar o seu potencial tecnológico.

Neste contexto, utilizando-se da tecnologia, os sujeitos comunicantes exercem papel cada vez mais relevante nestes processos de produção simbólica em ambientes digitais. São eles, agora conectados em rede digital que, através das possibilidades abertas, reconfiguram o que Castells (2005) chama de sociedade em rede, por ele compreendida como:

[...] uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes. A rede é a estrutura formal (vide Monge e Contractor, 2004). É um sistema de nós interligados. E os nós são, em linguagem formal, os pontos onde a curva se intersecta a si própria. (2005, p.19)

As redes de comunicação digital são a coluna vertebral da sociedade em rede, assim como as redes de potência (ou as energéticas) eram as infraestruturas sobre as quais a sociedade industrial foi construída. Contudo a tecnologia, embora seja condição importante para o surgimento de uma nova forma de organização social baseada em redes, sozinha não é suficiente. A base para essa transformação é o indivíduo, não no sentido individual, isolado, mas sim a sociabilidade de indivíduos conectados.

Nessa perspectiva, a internet se apresenta como um campo propício, pois possibilita que diferentes sujeitos, com suas particularidades, se conectem com outros que não são necessariamente iguais, mas que compartilham de interesses. É o que Castells (1999) chama de conexão seletiva, um indivíduo se conectando a outro e dessa forma vão se formando redes. A rede é a vida e essa vida tem um tipo de manifestação nas redes sociais, outro no bairro, outro no local de trabalho, mas a base é a percepção de que o sujeito é único.

Em termos históricos, as redes eram algo do domínio da vida privada, enquanto o mundo da produção, do poder e da guerra estava ocupado por organizações grandes e verticais, como os estados, as igrejas, os exércitos e as empresas que conseguiam dominar vastos pólos de recursos com um objetivo definido por uma autoridade central. As redes de tecnologias digitais

permitiram a existência de redes que ultrapassam os seus limites históricos e transcendem fronteiras. (CASTELLS, 2005).

Nas sociedades contemporâneas, onde se desenvolvem projetos individuais que procuram dar sentido à vida a partir do que o indivíduo é ou quer ser, a internet possibilita uma conexão que ultrapassa os limites físicos do cotidiano, tanto no local de residência como no local de trabalho gerando, portanto, redes de afinidades. Isso também se manifesta na transformação da sociabilidade.

A discussão vai ao encontro do que diz Peruzzo (2018, p. 90) ao afirmar que “outras tecnologias tiverem e têm sua importância, mas o potencial da internet é incomparável”. As mídias sociais e ferramentas disponibilizadas a partir da internet constituem-se como espaços de participação e de modos de relacionamento que transcendem o presencial.

No entanto, conforme alerta Grillo (2007, citado por BRIGNOL, 2010, p. 83), é preciso ter cuidado para não considerar a internet como um mundo à parte, a responsável por si só, por uma revolução nos modos de comunicar. Concordo com o autor de que é pertinente localizar os sujeitos que fazem parte dessa cultura emergente e conhecer suas possibilidades enquanto um dispositivo para muitas ações.

Brignol (2010) apresenta outro ponto interessante nessa discussão ao trazer a percepção de Hine (2004) de que a tentativa de interpretar a internet de forma holística, como um todo, pode ser problemática, resultando em uma aproximação parcial do objetivo. A pesquisadora entende a internet simultaneamente como cultura, no sentido de que a comunicação mediada pelo computador propicia espaços para interações importantes, interpretadas como uma cultura em si mesma, e como artefato cultural, nesse caso como um produto da cultura, uma tecnologia produzida por indivíduos com objetivos e prioridades definidas. (BRIGNOL, 2010, P. 85).

Nesse entendimento, a internet é vista como um meio transformador no que tange às possibilidades de comunicação e de produção de sentido a partir dos usos e práticas dos sujeitos que fazem parte desse contexto. Pensando essa dimensão processual no contexto desta pesquisa, é possível observar que as redes formadas pelas pessoas cegas também estão em constante movimento, sendo reconstruídas frequentemente por negociações simbólicas entre os sujeitos envolvidos. Essa é uma perspectiva interessante para analisar o grupo do WhatsApp *Interação com AD*, enquanto rede complexa e heterogênea que se modifica a partir dos contextos nos quais os participantes estão inseridos e cujas identidades passam por reconfigurações.

Sobre essas dinâmicas, é pertinente a visão de Recuero (2005, p. 12) quando se refere às comunidades virtuais como “um grupo de pessoas que estabelecem entre si relações sociais,

que permaneçam um tempo suficiente para que elas possam constituir um corpo organizado, através da comunicação mediada por computador”. Compartilho com a autora da ideia de que esse “corpo organizado” não é o mesmo que homogêneo; no caso desta pesquisa, embora os sujeitos compartilhem de uma mesma particularidade, nesse caso a deficiência visual e estejam organizados em torno de um mesmo grupo, são diferentes e suas formas de atuação dentro do grupo também diferem.

Nesse contexto, as comunidades digitais podem ser interpretadas como uma forma de se fazer sociedade em rede, conforme analisa Recuero (2006):

O papel do indivíduo na construção de sua própria rede social é preponderante. No conceito utópico de comunidade, o papel do indivíduo nas suas conexões sociais é muito pequeno, pois o grupo é restrito a uma determinada localidade geográfica. Já na rede, o ator determina com quem irá interagir e com quem irá constituir laços sociais. (p. 134).

Entendo que o grupo investigado, que se relaciona através do WhatsApp, pode ser pensado como uma comunidade de natureza digital e presencial, formada em torno de interesses relativos à condição cega e à audiodescrição, como já argumentado anteriormente.

4.1.2 As Tecnologias Assistivas

Antes de entrarmos no debate focado em tecnologia assistiva, é pertinente fazermos uma reflexão acerca do conceito de tecnologia per se, e como esse termo abarca diferentes conceituações dependendo do contexto social e histórico no qual está inserido. Castells (2005), faz uma crítica pertinente à mídia, aos líderes econômicos, aos atores sociais e a todos que de alguma forma tem poder decisório e ainda reproduzem um discurso que fortalece a ideia de tecnologia como uma força independente que deva ser ou denunciada ou adorada.

O autor apresenta as duas visões antagônicas sobre o tema, definindo aqueles que são particularmente críticos à chegada de um novo ambiente tecnológico como “intelectuais tradicionais”. Para ele esses sujeitos, sobretudo aqueles que estão minados em seu papel público, são cada vez menos capazes de compreender o mundo em que vivem. O resultado são discursos elaborados sem conhecimento aprofundado dos processos envolvidos. Nesse contexto, as novas tecnologias são vistas como destruidoras de empregos tradicionais, a internet como propulsora de isolamento social, existe excesso de informação e uma aceleração persistentemente da vida em sociedade, resultando em uma espécie de alienação aos seres humanos.

Em contrapartida, a visão excessivamente positiva apresenta a tecnologia como o paraíso da realização e da criatividade plena do ser humano, desta vez propagado, em grande parte, por consultores e futurologistas, muitas vezes em representação de um dado papel para empresas de tecnologia. (CASTELLS, 2005, p.18). Existe um hiato entre conhecimento e consciência pública, mediada pelo sistema de comunicação e pelo processamento de informação dentro das nossas molduras mentais. Concordo com o autor quando ele afirma que nenhuma dessas visões define o que de fato a tecnologia representa, uma vez que ela não pode ser compreendida como algo fora da sociedade:

É claro que a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo. Na verdade, o dilema do determinismo tecnológico é, provavelmente, um problema infundado, dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas. (CASTELLS, 1999, p. 25).

Peruzzo (2018), também discute essa visão antagônica, sobretudo com relação à internet. A autora traz a percepção de Martin Hall que oscila entre *realista* e/ou *pessimista* e *otimista* (sem ser utópica) representada em duas vertentes. No primeiro caso, são apontadas como fator preponderante as desigualdades existentes entre os segmentos da população que têm acesso à internet e os que não podem utilizar essa tecnologia, seja por questões geográficas, econômicas ou sociais. Essas diferenças de acesso são acentuadas em países periféricos ou em desenvolvimento, como no caso do Brasil. Nesse contexto, também são alvo de críticas os programas de governo que enfatizam a distribuição de computadores e/ou promoção de acesso à internet sem considerar a tecnologia como vetor de conhecimento.

Na primeira vertente da visão otimista existe certo exagero na celebração do potencial e do poder emancipador da tecnologia, considerando as redes sociais online como origem dos movimentos sociais e das manifestações públicas. (PERUZZO, 2018, p. 79). A segunda vertente, chamada *otimista não utópica*, vai ao encontro do que propõe Castells (1999), admitindo a importância e o poder das mídias e redes sociais digitais, mas sem atribuir caráter fetichista. Nesse contexto, a apropriação dos espaços digitais, incluindo sites, redes sociais e todas as suas potencialidades, são defendidas como forma de marcar presença no mundo e dar visibilidade a posicionamentos políticos e reivindicações, além de proporcionar ou favorecer os relacionamentos sociais. (PERUZZO, 2018, p. 81).

Martín-Barbero (2006), identifica a revolução das tecnicidades, juntamente com a revitalização das identidades como dois processos que estão transformando radicalmente o lugar da cultura em nossas sociedades:

O que a revolução tecnológica introduz em nossas sociedades não é tanto uma quantidade inusitada de novas máquinas, mas sim um novo modo de relação entre os processos simbólicos - que constituem o cultural - e as formas de produção e distribuição dos bens e serviços: um novo modo de produzir, confusamente associado a um novo modo de comunicar, transforma o conhecimento numa força produtiva direta. (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 54).

As visões de Castells, Peruzzo e de Martín-Barbero de que tecnologia e sociedade estão imbricadas é pertinente quando trazemos para o contexto das pessoas que possuem algum tipo de deficiência. Nas palavras de Radabaugh (2005, citado por BONITO, 2015): “Para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis”. Para esses sujeitos, as Tecnologias Assistivas (TA) desempenham uma função importante, principalmente no que tange à possibilidade de desenvolvimento da autonomia e a inclusão social.

O termo original, *Assistive Technology*, foi criado oficialmente em 1988 como importante elemento jurídico dentro da legislação norte americana. No entanto, a utilização de recursos de Tecnologia Assistiva, conforme relata Galvão Filho (2009), remonta aos primórdios da história da humanidade ou até mesmo da pré-história. Qualquer pedaço de pau utilizado como uma bengala improvisada, por exemplo, pode caracterizar o uso desse recurso.

A TA deve ser entendida como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência ou pelo envelhecimento. Podemos então dizer que o objetivo maior da TA é proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado e trabalho. (BERSCH, 2013, p. 2).

Dentre os recursos utilizados para essa ampliação de mobilidade estão desde uma simples bengala até um complexo sistema de informática, incluindo brinquedos, roupas, móveis, equipamentos ergonômicos e acessórios adaptados. Além destes, também os computadores e dispositivos midiáticos, seus conjuntos de *softwares* e *hardwares* que contemplam questões de acessibilidade. Os aparelhos auditivos e visuais de todo o tipo, bem

como materiais protéticos e demais itens voltados à acessibilidade também entram nesta categoria. (BONITO, 2015, p. 140).

No Brasil, a expressão “Tecnologia Assistiva” com frequência é utilizada ao lado das expressões “Ajudas Técnicas” e “Tecnologia de Apoio”, na maioria das vezes como sinônimos, em outras, apontando diferenças no sentido de cada uma delas. Na legislação brasileira é utilizada a expressão “Ajudas Técnicas” no decreto 3298 de 1999 e no Decreto de 5296 de 2004, o qual regulamenta as leis n.10.048 de 08 de novembro de 2000 e 10.098 de 19 de dezembro de 2000, conforme nos relata Galvão Filho (2009). O Decreto 3298/1999 define Ajudas Técnicas, no seu artigo 19, como:

Os elementos que permitem compensar uma ou mais limitações funcionais motoras, sensoriais ou mentais da pessoa portadora de deficiência, com o objetivo de superar as barreiras de comunicação e da mobilidade e de possibilitar sua plena inclusão social. (CEDIPOD, 2007, citado por GALVÃO FILHO, 2009, p. 11).

Já o Decreto 5296/2004 utiliza a seguinte definição, no seu artigo 61:

Para fim deste Decreto, consideram-se ajudas técnicas os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida. (BRASIL, 2004, citado por GALVÃO FILHO, 2009, p. 11).

O Comitê de Ajudas Técnicas (CAT)²⁵ compreende o conceito para a Tecnologia Assistiva sob uma perspectiva interdisciplinar:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2009a, p. 26).

A trajetória do processo de sistematização e formulação conceitual sobre a TA tem passado por diferentes fases no Brasil. Galvão Filho (2013) menciona que o país viveu um

²⁵ Em 16 de novembro de 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH/PR, através da portaria nº 142, instituiu o Comitê de Ajudas Técnicas - CAT, que reuniu um grupo de especialistas brasileiros e representantes de órgãos governamentais, em uma agenda de trabalho. Disponível em http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf

período de quase desconhecimento total da população e das instituições nacionais sobre a existência, a relevância e os significados da TA. Posteriormente, ela adquire uma nova dimensão, passando a estar presente em diferentes agendas e em diferentes setores da realidade nacional.

Na última década, novas políticas públicas têm sido geradas nessa área como, por exemplo, as políticas de acessibilidade do Plano Viver Sem Limite, do Governo Federal, que priorizou a destinação de um montante de 7,6 bilhões de reais, a serem aplicados entre os anos de 2011 e 2014, em diferentes ações favorecedoras dos direitos das pessoas com deficiência, entre as quais se encontram projetos e programas importantes relacionados à TA. (GALVÃO FILHO, 2013, p. 26).

No que tange ao acesso das PDV aos dispositivos midiáticos, embora os primeiros contatos muitas vezes não sejam realizados com auxílio de Tecnologias Assistivas, é a partir dela que essa interação se aprofunda. Conforme ressalta Bonito (2015), as TAs fazem parte de uma das instâncias de mediações importantes no processo de educação inclusiva: as técnicas. Muitas pessoas com deficiência visual passaram a ter contato e maior acesso a informações graças às TAs instaladas ou acopladas em dispositivos midiáticos, disponibilizadas gratuitamente. Os *softwares* leitores de tela são exemplos de tecnologias assistivas que possibilitaram essa interação, conforme discutido no capítulo 2.4 desta pesquisa.

No contexto Brasileiro, no entanto, este desenvolvimento ainda está longe de ocorrer satisfatoriamente. Mesmo com a criação de aplicativos acessíveis e com a utilização de *softwares* leitores de tela, muitas vezes o acesso à informação é prejudicado em função dos desenhos do *site* ou página serem planejados pensando exclusivamente nas pessoas videntes.

4.1.3 A audiodescrição

Dado que esta pesquisa focaliza um grupo unido em torno do interesse pela audiodescrição, julgo ser relevante problematizar, neste item, alguns aspectos em relação a este recurso comunicacional.

Parto do entendimento de que, como sujeitos comunicantes, estamos em constante mudança e que as experiências pelas quais passamos impactam diretamente na construção de nosso conhecimento de mundo. Maturana e Varella (1995, p. 68), postulam que todo conhecer é um fazer daquele que conhece e que o ato em si faz surgir um novo mundo. Nesse sentido, o conhecimento não deveria ser equiparado à existência de fatos ou acontecimentos externos, que podem ser captados e armazenados na mente. Toda a experiência é validada de modo especial

pela estrutura humana, que torna possível “a coisa” que surge na descrição. Dessa maneira, podemos inferir que o processo de conhecimento e construção dos saberes depende também da estrutura biológica do sujeito envolvido.

Essa discussão torna-se interessante para a nossa pesquisa ao refletirmos sobre as diferenças na forma com que as pessoas com deficiência visual e os videntes percebem e constroem o mundo, não apenas pela distinta subjetividade, mas também por razões de sua estrutura sensorial. Plaza (1987), ao refletir sobre a tradução intersemiótica, apresenta uma discussão interessante relacionando os cinco sentidos humanos com a produção dos objetos imediatos do signo. O autor aponta três que historicamente se caracterizaram como meios produtores de sistemas de linguagem: a visão, a audição e o tato.

Ao comparar o canal visual com o auditivo, o autor afirma que a diferença mais fundamental entre eles é que o primeiro pode escolher e selecionar informações, eliminando algumas delas de seu campo de amostragem. Já o canal acústico é obrigado a perceber em simultaneidade vários acontecimentos e tem também mais dificuldade em localizar a fonte de informação.

A experiência do espaço acústico é bem diferente da experiência visual desse espaço. O canal visual recebe mais informação em termos de qualidade e quantidade do que o canal acústico. Basta lembrar que a luz viaja a 300 000 km/segundo, enquanto o som a 340 m/segundo. Já que a localização da fonte emissora carece de significado, o espaço acústico é um espaço sem fronteiras ou horizontes, é um espaço fluente que independe da nossa posição em equilíbrio. O espaço acústico tem assim um caráter mais qualitativo e analógico do que o sentido visual. (PLAZA, 1987, p. 59).

Nessa perspectiva, a audiodescrição pode ser interpretada como uma experiência que proporciona às pessoas cegas uma outra forma de lidar com o discurso visual e de se posicionar diante dele. Partindo do entendimento de que a tradução é uma atividade complexa, que transcende em muito a mera transferência de significado de um texto (entendido em sentido amplo) para outro, podemos dizer que o conteúdo semântico do discurso linguístico, presente na descrição audiovisual, é também um instrumento expressivo fundamental. É na conexão entre a imagem e o som que o acontecimento narrado adquire seu valor dramático. Ou seja, é a partir da interface criada entre imagem e o áudio da cena que resulta a “visibilidade” do enredo (MAYER, 2012, p. 64).

Ao pesquisar esse recurso em consonância com a semiótica, Mayer (2012) define a AD como “uma enunciação que visa à produção simbólica mediada por um canal de áudio extra, ou seja, cujo objetivo é sugerir imagens multisensoriais ao seu espectador a partir do som”.

(2012, p.39). Para Verón (2014, p. 14), a capacidade semiótica de nossa espécie consiste na exteriorização dos processos mentais na forma de dispositivos materiais e se expressa na produção do que o autor se refere como *fenômenos midiáticos*. Sobre esses processos mentais, Plaza (1987), faz um apontamento interessante ao afirmar que todo pensamento é necessariamente uma tradução. Nesse entendimento, ao pensarmos, traduzimos aquilo que temos presente à consciência, sejam imagens, sentimentos ou concepções em outras representações que também servem como signos.

Ao lidar com códigos semióticos diferentes, a tradução audiovisual caracteriza-se como uma modalidade de tradução intersemiótica, nesse caso, traduzindo signos não verbais por meio de signos verbais. Um signo, conforme afirma Joly (1996, p.32, citado por MELO e MELO, 2015) tem uma materialidade que pode ser percebida por meio de nossos sentidos. É possível vê-lo (um objeto, uma cor ou um gesto), ouvi-lo (linguagem articulada, grito, música, ruído), senti-lo (vários odores: perfume, fumaça), tocá-lo ou ainda saboreá-lo. A particularidade principal dele é estar presente, para designar ou significar outra coisa, ausente, concreta ou abstrata. É essa coisa que se percebe e está no lugar de outra.

Em Kant e o ornitorrinco (1998), Umberto Eco levanta a questão de como analisar um fenômeno desconhecido quando não conseguimos enquadrá-lo em uma classificação disponível, ou ainda, quando não dispomos de um signo que o preencha adequadamente. O autor questiona como os naturalistas poderiam descrever o ornitorrinco – animal até então não descoberto – se os conceitos disponíveis na época não eram suficientes para interpretá-lo. Ao falar sobre isso, Eco apresenta uma discussão instigante afirmando que o processo de conhecimento se realiza essencialmente por meio da analogia, ou seja, no reconhecimento do desconhecido pela aproximação (MAYER, 2012).

Relacionando essa ideia com a audiodescrição, podemos inferir que a técnica se desenvolve a partir de perspectivas que os audiodescriptores – videntes – possuem sobre o que está sendo visto e a analogia que as PDV fazem do que está sendo traduzido. Conforme nos alerta Plaza (1987), a tradução como forma estética não é uma simples transferência de unidade para unidade, não se dá termo a termo, traduz-se também, sincronicamente, outros aspectos envolvidos. Nesse seguimento, a operação de passagem da informação de um plano para outro, ou no caso da audiodescrição, do visual para o sonoro, implica ao tradutor não apenas a análise da natureza do novo suporte, mas também “dar o salto qualitativo, isto é, passar da mera reprodução para a produção”. (PLAZA, 1987, p. 109).

Nesse processo, é importante salientarmos que a interpretação final passa pela apropriação e pelo filtro do audiodescritor que, baseado em suas experiências e contextos mentais, seleciona as ações e os objetos a serem narrados.

Afinal, quem é o audiodescritor senão um espectador que, em um segundo momento, é um filtro que recorta, moldura e traduz as imagens da tela, tal qual a câmera faz com as informações que capta do ambiente? Oferecendo o seu ponto de vista ao espectador, o audiodescritor conduz a pessoa com deficiência visual a uma experiência que, talvez de outro modo, não fosse possível para ele acessar (MAYER, 2012, p. 42).

Existe um vasto debate sobre as técnicas envolvidas ao fazer a audiodescrição, desde considerá-la totalmente objetiva e neutra, nesse caso limitando ao mínimo de interpretação do audiodescritor, até a defesa de que um pouco de subjetividade deixaria a descrição mais interessante e até mais precisa, já que poderia agilizar a compreensão da dramaticidade cênica em lugar de prejudicar o aproveitamento na relação entre o espectador e a obra. De nossa parte, acreditamos ser importante a problematização desse olhar, pois não se trata apenas de transmitir meramente o que está sendo visto, existe um processo semiótico complexo no qual o audiodescritor, ao mesmo tempo em que não deveria interferir na obra, inevitavelmente acaba sendo também um produtor de sentido.

Conforme nos lembram Costa e Frota (2016), o debate em torno de diferentes concepções de “descrever” e “interpretar” acontece há décadas, não só em campos como a filosofia e a psicanálise, mas também nos estudos da tradução. No campo da AD, a interpretação é um dos pontos mais discutidos, que gera maior discordância e envolve tanto os profissionais audiodescritores quanto o público ao qual ela é destinada. As primeiras normatizações, surgidas nos Estados Unidos e Espanha, orientavam que o uso de adjetivos e de escolhas consideradas subjetivas fosse evitado. Havia uma preferência pela objetividade a fim de impedir qualquer tipo de manipulação ou interferência por parte do audiodescritor. À medida que a AD foi ganhando espaço, esse tipo de posicionamento foi sendo cada vez mais questionado.

No campo da AD, as noções de interpretação e de descrição, se pensadas dicotomicamente, como se dá com frequência, levam a um falseamento do que ocorre ou pode ocorrer na práxis audiodescritiva, na medida em que não se pode chegar a uma descrição absoluta, ou seja, “totalmente objetiva”, nem a uma interpretação pensada em termos de pura subjetividade, se esta é entendida como pura individualidade. (COSTA e FROTA, 2016, p. 62).

Rajagopalan (2003, p. 62) aponta que, para os linguistas, geralmente, a “interpretação consiste em uma espécie de explicitação, isto é, um ato de tornar explícito algo que estaria contido no próprio objeto de interpretação”. Pactuo com a ideia do autor de que essa perspectiva limita a discussão, pois dessa forma a interpretação pressupõe um único significado imanente ao texto e um leitor que espera chegar a esse significado. Dessa forma, quando surgem leituras ou interpretações diferentes e divergentes, opta-se por uma como sendo a verdadeira e as demais são consideradas incorretas.

Para o autor, existe outra maneira, concorrente, porém não conflitante com essa primeira, de considerar a interpretação: trata-se de analisá-la como “um processo de ampliação, de alargamento do significado original”. Nessa perspectiva, o receptor primeiro compreenderia o significado do que está recebendo e, posteriormente, interpretaria acrescentando o que, no seu ponto de vista, seriam novos matizes de significação (RAJAGOPALAN, 2003, p. 63).

A discussão vai ao encontro do que postula Bakhtin (2003, citado por MAYER, 2012), ao afirmar que nenhum enunciado é neutro, já que expressa não apenas a mensagem em si, mas também a ideologia de quem os enuncia. Nesse sentido, as diversas instâncias enunciativas condicionam de certa forma o teor do conteúdo, já que é pensando em seu leitor implícito – leitor pressuposto – que o enunciador o elabora. Trazendo essa problematização para a AD e, partindo da conjectura que a linguagem é também um sistema semiótico, embora as normas existentes orientem *o que e como* algo deve ser descrito, é inegável que a escolha final é do audiodescritor. Dessa forma, todas as audiodescrições poderiam ser consideradas *subjetivas*.

Retomando o pensamento de Maturana e Varela (1995), é a partir da linguagem que construímos o nosso mundo e que, como tal, constitui-se por uma série de escolhas. Sua concretização é uma dentre as muitas outras possibilidades de realização do sistema semiótico. Nesse sentido, compartilho com Mayer (2012) a concepção de que a audiodescrição é um modo de possibilitar para as PDV uma experiência de “visualidade”, ou seja, se ela não tem cultura imagética na experiência visual direta, é preciso oferecer o que já há na cultura dela (no que ela sabe e sente, mas não vê) para que consiga ter acesso à imagem visual. Assim, acreditamos que cabe ao audiodescritor descrever de forma objetiva, mas deixando espaço para que o sujeito espectador possa ter a sutileza da interpretação. Como argumenta Farias (2016, p. 100): “A AD pode ser neutra e objetiva, mas também pode ser objetiva e expressiva, poética e criativa”.

4.2 Perspectivas para pensar as inter-relações dos sujeitos comunicantes cegos com as tecnologias e a cidadania comunicativa

Neste subcapítulo procuro desenvolver, a partir de propostas reflexivas de diversos autores, a ideia conceitual dos sujeitos comunicantes e como ela está imbricada com a tecnologia e com a construção da cidadania comunicativa. Começo problematizando a ideia do sujeito receptor, principalmente, a partir de ideias propostas por Martín-Barbero (1997), Maldonado (2014), Vigotski (1987) e Bonin (2015).

Reconhecendo que esses sujeitos são múltiplos, complexos e possuem apropriações diversas, sobretudo no contexto das mídias digitais em que, ora são receptores, ora são replicadores e ora são produtores dos conteúdos, ao trabalhar o aspecto da cidadania, é necessário abordar o conceito com uma visão mais ampla. Neste sentido, utilizamos principalmente as ideias de autores como Cortina (2005) e Saggin e Bonin (2017).

4.2.1 Pensando a recepção e as mediações

As mediações, aqui consideradas principalmente, sob a perspectiva de Jesús Martín-Barbero, são determinantes para a compreensão dos processos comunicativos investigados neste trabalho. O conceito começou a ser utilizado a partir da década de 80, momento em que começam a surgir críticas em relação aos conceitos hegemônicos envolvendo os estudos da comunicação e da recepção.

Ainda em meados da década de 70, conforme explica Mattelart (1999), os debates relacionados às lógicas das indústrias culturais geraram disputas ideológicas entre pesquisadores, com destaque para as fortes críticas dos franceses em relação às teorias envolvendo a natureza da mercadoria cultural. Para eles, a indústria cultural não se configurava como uma única lógica, já que pode ser considerada amorfa e composta por elementos diversos que se diferenciam um dos outros. (BONITO, 2015, p. 99).

Com o lançamento do livro *De los medios a las mediaciones*, em 1987, Martín-Barbero colabora com a quebra de paradigmas clássicos de pesquisas no campo da comunicação. Até aquele momento, as vertentes científicas hegemônicas, praticadas na América Latina, estavam fortemente ligadas às tradições funcionalistas estadunidenses ou aos paradigmas da Escola de Frankfurt.

Para abordar as lógicas (no plural) dos usos devemos começar diferenciando nossa proposta daquela análise denominada "dos usos e gratificações", já que estamos tratando de retirar o estudo da recepção do espaço limitado por uma comunicação pensada em termos de mensagens que circulam, de efeitos e reações, para re-situar sua problemática no campo da cultura: dos conflitos articulados pela cultura, das mestiçagens que a tecem e dos anacronismos que a sustentam, e por fim, do modo com que a hegemonia trabalha e as resistências que ela mobiliza, do resgate, portanto, dos modos de apropriação e réplica das classes subalternas. (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 300).

A proposta do autor é pertinente a esta pesquisa, pois parte do pressuposto de que os processos de comunicação sejam pensados a partir das mediações e não apenas dos meios. Deste modo, os “receptores” passam a ser vistos enquanto sujeitos produtores de sentidos.

Nesse sentido, o significado mais corrente de mediação está vinculado à ideia da intermediação, mas, também pode ser pensada como dimensões estruturantes dos processos comunicacionais e da produção de sentidos que aí se dá. Em sua pesquisa, primordialmente voltada à investigação na televisão, Martín-Barbero explica que as mediações podem ser entendidas como o lugar através do qual é possível perceber e compreender a interação entre os espaços da produção e da recepção, considerando os produtos midiáticos não só como fruto de estratégias comerciais e industriais, mas também como resultado de exigências culturais.

As teorias desenvolvidas na América Latina durante esse período abriram espaço para reavaliar o conceito de recepção e considerar as apropriações dos sujeitos no processo comunicativo. Para Jacks e Schmitz (2018, p. 117), trabalhar com a proposta de mediações culturais da comunicação “iluminou zonas opacas do processo de comunicação e abriu uma perspectiva de estudos das audiências que privilegiou o mundo da vida cotidiana e deu evidência empírica à atividade do receptor”. Sob esse aspecto, as mediações passam a ser vistas como um processo que ocorre entre a produção e a recepção, num espaço ocupado pelas dinâmicas culturais e interferem na maneira como os receptores se apropriam dos conteúdos ofertados.

Essa visão vai ao encontro do que diz Lopes (1996), ao afirmar que as pesquisas no campo da recepção “exigem pensar tanto o espaço da produção, como o tempo de consumo, ambos articulados pela cotidianidade do sujeito (usos/consumo/práticas) e pela especificidade dos dispositivos tecnológicos e discursivos da comunicação de massa” (1996, p. 43). A partir dessa nova configuração de análise metodológica, os estudos envolvendo a recepção não devem ser entendidos como uma proposta isolada que separe receptores, produtores e produtos comunicacionais. Deve-se considerar a complexidade e o contexto do processo comunicacional.

É instigante perceber que a relação midiática envolvida neste processo está estreitamente relacionada com as culturas e com os universos socioeconômicos em que ela está inserida. Dentro desse entendimento, os sujeitos comunicantes são considerados tão importantes quanto os sistemas comunicacionais. Com os processos de digitalização os sujeitos que se inter-relacionam com os meios massivos “quebraram a sua condição de leitores, telespectadores e radiouvintes, optando por um agir comunicacional multidimensional, em especial na rede digital mundial e nas redes sociais de vida contemporânea”. (MALDONADO, 2009, p.06)

O modelo proposto por Martín-Barbero procura incluir as formas e instituições ligadas à comunicação em cada formação, as lógicas que regem os modos de mediação, além dos usos sociais dos produtos midiáticos. É importante considerar que esse conceito não nasce fechado, principalmente no que tange aos estudos no cenário digital. Ele pressupõe uma comunicação em processo, compreendida desde a cultura, o que significa deixar de pensá-la desde as disciplinas e desde os meios, rompendo com a redução da problemática da comunicação às tecnologias. (MARTÍN-BARBERO, 1997).

Apesar de o termo mediações ter sido amplamente discutido por Martín-Barbero, o autor afirma que nunca pretendeu definir o conceito:

Mediações remete, então, mais ao traço que conecta em rede os pontos e linhas dispersos, distintos e distantes que tecem um mapa que a uma realidade que se constata ou a um conceito que se têm e se manipula. Daí, minha tenaz resistência a definir mediações, e minha aposta por ir desdobrando-as e delimitando-as à medida que os processos de comunicação, as práticas culturais e os movimentos sociais iam se tornando aproximando, por meio da densa relação do mundo da produção midiática nas indústrias culturais com os mundos do consumo massivo, sim, mas diferenciado, ativo e cidadão. (2010a: 29, citado por LOPES, 2018, p. 49).

O autor propõe que a leitura das mediações seja feita através dos sucessivos mapas das mediações, apresentados nas introduções das diferentes reedições de *De los medios a las mediaciones* (1987a, 1998, 2010a, 2017). Para esta pesquisa, não iremos aprofundar a discussão acerca da cartografia Barberiana por entender que, embora seja um debate epistemologicamente rico e interessante, é demasiado extenso, exigindo um aprofundamento que foge do foco de nosso estudo. Para isso, existem outras pesquisas que se debruçam cuidadosamente sobre essa temática²⁶.

²⁶ Ver Lopes M. I, disponível em <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i1p39-63> e Jacks; Schmitz, disponível em <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i1p115-130>

Para esta pesquisa, interessa pensar particularmente a mediação das *competências culturais e midiáticas dos sujeitos cegos*. Essas competências podem ser adquiridas por meio de diferentes processos de experiência que levam em conta o contato com os contextos vividos, com outras pessoas com a mesma particularidade, informações e memórias auditivas e sensoriais, além do acesso a conteúdos acessíveis, tais como audiodescrição e braile.

Trazendo essas reflexões para o contexto da pesquisa, ao falar em mediações para os sujeitos cegos, é importante levar em consideração que esse processo envolve diferentes aspectos visando, primeiramente, sua interação com o mundo vidente e com as pessoas que fazem parte dele. O desenvolvimento apurado de outros sentidos, tais como o tato, a fala e a audição são aspectos vinculados às competências dos sujeitos e que estão diretamente relacionados com a forma de receber e perceber as mensagens.

Hall (2003), assim como Martín-Barbero, ao se debruçar sobre os estudos envolvendo a recepção, propôs a desconstrução de modelos lineares e tradicionais de comunicação que identificavam o circuito *Emissor – Mensagem – Receptor* em uma perfeita transmissão de sentido. Concordo com o autor quando afirma que produzir uma mensagem não é uma atividade tão transparente como parece e que os modelos tradicionais ignoravam a complexa estrutura dessas relações. A teoria da recepção discutida por Hall (2003) possibilita a negociação e oposição a um texto, seja ele escrito, oral ou visual, por parte do receptor/audiência tornando a recepção um processo ativo em torno da significação. Nesse sentido, os significados estão relacionados com o contexto cultural de cada sujeito, bem como a interpretação dos signos.

O modelo de codificação e decodificação discutido por Hall (2003), defende que o processo de produção e recepção não é necessariamente simétrico. Nesse sentido, o significado de um texto localiza-se em um lugar entre a codificação/produção e a decodificação/recepção e, mesmo que o produtor emita a sua mensagem de determinada forma, o receptor pode recebê-la de outra.

Nesta pesquisa buscaremos identificar configurações e lógicas do grupo analisado para, assim, direcionar um olhar mais aprofundado para as relações desses sujeitos com os processos comunicacionais e as marcas de mediações que aí se revelam, levando em consideração o seu contexto sociocultural.

Ao investigarmos o contexto das pessoas com deficiência visual, levamos em consideração a análise do cenário empírico que, no caso desta pesquisa, envolve a tecnologia, as redes sociais e o ambiente presencial. Considero que as interações realizadas entre os indivíduos nesses ambientes são atravessadas pelas significações geradas por cada um, de

maneira singular, e que estão relacionadas com a forma como eles se apropriam dos conteúdos. Dentro deste contexto, essas pessoas são consideradas *sujeitos comunicantes*, que desenvolvem um importante e complexo papel no processo de comunicação, sobretudo em suas relações e vínculos com os sistemas midiáticos.

Parto do entendimento de que nas pesquisas envolvendo processos de recepção midiática, a ideia de trabalhar os sujeitos comunicantes possibilita a problematização das relações entre meios e audiência, abarcando um contexto mais amplo no que tange ao circuito de produção, circulação e consumo. Nesse sentido, a mensagem é compreendida como uma forma cultural que possibilita diferentes decodificações e os “receptores” como sujeitos produtores de sentidos.

Nesse cenário, torna-se fundamental analisar que, para o desenvolvimento da pesquisa são necessários procedimentos que “considerem as particularidades dos contextos, das culturas, das linguagens e das modalidades comunicativas dos sujeitos cuja recepção/produção midiática queremos entender”. (BONIN, 2014, p. 47). Da mesma forma, é preciso conceber que os interlocutores, em contato com os sistemas midiáticos “são sujeitos complexos, de caráter histórico, social, cultural, políticos, ético, estético, técnico e psicológico que se constituem como sujeitos comunicantes em receptividade comunicativa”. (MALDONADO, 2014, p.37).

O processo de análise da recepção e das apropriações dos sujeitos comunicantes necessita de um estudo aprofundado dos grupos sociais e das comunidades focalizadas na pesquisa. Dessa forma, “torna-se fundamental para o pesquisador desenvolver um olhar metodológico sensível, atento às polaridades, às competências, aos sentidos, às lógicas e às visões de mundo dos indivíduos e grupos humanos”. (FOLLETO, 2016, p. 279).

Nessa conjuntura, a concepção de cidadania comunicativa é pertinente para amplificar o entendimento das dinâmicas e práticas dos sujeitos envolvidos no processo, além de interpretar os novos cenários midiáticos criados nas sociedades contemporâneas. Compartilho com Folleto (2016) a reflexão de que a noção de cidadania comunicativa se mostra instigante, enquanto dimensão teórica e política, para problematizar a centralidade das mídias nas relações contemporâneas, pondo em perspectiva a forma como os meios de comunicação apresentam a realidade social, e a maneira como essa construção incide nas demandas e necessidades dos sujeitos sociais. Neste viés, temos uma concepção cuja análise é focada na observação do papel dos meios no cotidiano dos sujeitos sociais.

Nesta pesquisa, interpretamos o conceito de cidadania de maneira ampla, não nos limitando ao viés dos direitos jurídicos dos cidadãos. Nesse sentido, ela é vista como instância

capaz de intensificar o desenvolvimento de culturas comunicacionais, sendo caracterizada nos embates dos diversos conflitos sociais, políticos e culturais, acentuados e potencializados através das lutas sociais e da midiaticização das sociedades. (BONITO, 2015). Ela também é uma dimensão da *práxis* comunicativa dos sujeitos em suas lutas por acesso a bens, melhores condições de vida, entre outras dimensões.

As problematizações desenvolvidas sob esse viés nos mostram a necessidade de desenvolver estratégias teóricas e metodológicas que permitam investigar o processo comunicacional dos sujeitos em inter-relação com as mídias. Pensar em usos e apropriações padronizados, segundo interesses do produtor para o receptor, é considerar que a comunicação acontece de maneira linear e que a recepção é passiva e não pode reinterpretar os sentidos ofertados nos produtos de acordo com suas necessidades e seus modos de apropriação. Considero que esse processo é mais complexo, sendo atravessado por outras vivências e mediações, aspectos que precisam ser problematizados. No caso específico desta pesquisa, interessa refletir como ocorrem as produções de sentidos e a relação das pessoas cegas, enquanto sujeitos comunicantes, sobretudo pensadas nos vínculos com a cidadania.

4.2.2 Os sujeitos comunicantes cegos e suas inter-relações com as mídias

Antes de iniciarmos a discussão acerca do processo de apropriação comunicacional, é importante refletirmos sobre o papel das pessoas envolvidas no contexto receptivo. Parto da reflexão de Maldonado (2014, p. 17) de que o “mundo da *produção de sentido*, nas distintas culturas é múltiplo, complexo e não configura estruturas de significados deterministas”. Esse viés é marcado pelo distanciamento da ideia de recepção passiva e por um questionamento profundo de certas perspectivas que orientaram a pesquisa de recepção e a noção do receptor. Como argumentam SAGGIN e BONIN (2017):

Esta noção surgiu epistêmica e teoricamente orientada pelo funcionalismo, no âmago da pesquisa administrativa estadunidense e se fundamentou num esquema linear de comunicação. Nessa perspectiva, o sujeito foi situado numa relação de alteridade, como parte de um público afastado das esferas de produção da comunicação. Sua ação, concebida a partir de pressupostos informados pelo behaviorismo, foi reduzida à reação a estímulos midiáticos influentes e/ ou persuasivos (SAGGIN e BONIN, 2017, p. 99).

Nesse cenário, os receptores eram considerados como indivíduos amorfos, subordinados a uma estrutura sistêmica funcionalista; os processos comunicacionais eram reduzidos à

transmissão de mensagens e suas dissonâncias pensadas com base na noção de ruído. A partir de perspectivas geradas em vertentes como a dos estudos culturais, por exemplo, começa-se a repensar o lugar do receptor no processo comunicacional, dando lugar a um entendimento mais amplo da sua atividade comunicativa. Nessa lógica, eles passam a ser concebidos como seres sociais, produtores de sentido e situados em contextos socioculturais concretos, cujas configurações foram reconhecidas como constitutivas de suas significações.

Maldonado (2014) alerta que a reflexão sobre o espaço/tempo da receptividade comunicativa demanda situar os públicos na sua história pessoal, familiar, de classe, de região, de raça, de etnia, de tribo, de talentos-competências, de concepções e de subjetividades comunicativas. (MALDONADO, 2014, p. 19). As relações existentes entre esses indivíduos e as variadas configurações socioculturais ocorrem de maneira indireta, em processos marcados pela complexidade, gerando sujeitos com particularidades.

Os sujeitos cidadãos em processos de receptividade comunicativa contemporâneos experimentam modos e formas de inter-relação sociocultural simbólica que combinam mídias, culturas, realidades, sensibilidades e subjetividades de maneira intensa, contínua e desestabilizadora para gerar comunicações múltiplas. (MALDONADO, 2014, p. 21).

Os indivíduos que estabelecem vínculos com as mídias, são pensados aqui como sujeitos comunicantes, que possuem questões importantes para compartilhar, ensinar, aprender, questionar e produzir. As formas com que eles se apropriam dos conteúdos midiáticos estão fortemente ligadas à multiplicidade de dimensões que fazem parte do contexto sociocultural de cada um.

Da mesma forma que os sujeitos são interpretados como indivíduos complexos, nesta pesquisa o olhar para os processos de apropriação midiática acontece a partir da perspectiva de pensar que o mundo da produção de sentidos não é mecânico, pelo contrário, ele é diverso, tal qual propõe Saggin e Bonin (2016), e se apresenta distante da ideia de recepção passiva. Sob esse ponto de vista, as práticas sociais midiaticizadas (usos, consumos, apropriações, produções de sentido etc.) não são funcionais às ideologias e às lógicas do sistema hegemônico, elas apresentam-se em diversas ocasiões mediante expressões transformadoras dos modos de vida preponderantes.

Neste sentido, são produtivas as ideias de Certeau (1998, p. 35) sobre a necessidade de incluir nas análises sobre o consumo midiático o estudo daquilo que o consumidor cultural

“fabrica” enquanto recebe essas informações, ou seja, o que ele faz com as informações recebidas.

A “fabricação” que se quer detectar é uma produção, uma poética – mas escondida, porque ela se dissemina nas regiões definidas e ocupadas pelos sistemas da “produção” (televisiva, urbanística, comercial etc.) e porque a extensão sempre mais totalitária desses sistemas não deixa aos “consumidores” um lugar onde possa marcar o que fazem com os produtos. (CERTEAU, 1998, p. 39).

O que nos interessa na discussão levantada pelo autor é, principalmente, a análise dos usos e a forma como os sujeitos se apropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural e as possíveis modificações realizadas por eles nessa relação. A noção de apropriação discutida por Certeau (1998), e que consideramos pertinente à pesquisa, explora as singularidades envolvidas no consumo de produtos midiáticos, trabalhando com a perspectiva de ação dos sujeitos sobre o que é consumido a partir de referências próprias contidas nas práticas cotidianas, muitas vezes gerando sentidos que podem ser desviantes da proposta inicial.

García Canclini, em entrevista à publicação *Caderno de Leitura*, da EDUSP ([2008])²⁷, embora não discuta especificamente as diferenças entre os termos, faz uma abordagem relacionando-os aos hábitos de consumo cultural: “falamos de consumo, mas também de apropriação, para nos referirmos ao caráter ativo e a possíveis reapropriações e modificações que o consumidor pode fazer ao receber um programa de televisão, ler um romance, ou relacionar-se com uma mensagem na Internet.” Certeau (1998), também utiliza o termo “consumo”, colocando-o em contraposição a uma produção racionalizada e expansionista, sendo caracterizado como uma operação astuciosa e invisível que leva em conta interesses e regras próprias do sujeito receptor no uso por si mesmo.

A ideia vai ao encontro do que afirma Hall (2003) em sua discussão sobre Codificação/Decodificação ao entender que anteriormente ao uso que se dá a determinada mensagem, ela deve primeiro ser apropriada como um discurso significativo e ser significativamente decodificada. Tal afirmação é coerente com o que propõe Martín-Barbero em sua obra, *Dos Meios às Mediações* (1997), quando infere que a produção de sentidos está inscrita na fabricação dos sujeitos, tanto no momento do consumo quanto nos usos atribuídos a posteriori. Essa problemática é trabalhada a partir do conceito de mediação social no qual as muitas instâncias envolvidas no processo comunicacional geram um sistema de trocas que se

²⁷ Disponível em http://www.edusp.com.br/cadleitura/cadleitura_0802_8.asp

afasta de uma ideia de verticalidade na comunicação, na qual o receptor seria dependente ou manipulável.

No que diz respeito aos *sujeitos cegos*, é indispensável analisar com empatia as particularidades que perpassam esse processo, principalmente quando pensamos na perspectiva de sua cidadania. Primeiramente, é preciso observar que essa lógica acontece utilizando outros sentidos que não o da visão (tato, olfato, paladar, audição). Entretanto, os signos do mundo visual são transmitidos, em grande parte, por videntes que utilizam menos esses sentidos e muito mais a visão como fonte de informação e conhecimento. Em decorrência disso, frequentemente as pessoas cegas necessitam realizar “ajustes” entre aquilo que elas reconhecem por meio de suas percepções e o que chega pela descrição. Vigotski (citado por NUERNBERG, 2008) se refere a esse processo como *compensação social* cujo foco está na capacidade da linguagem de superar as limitações produzidas pela impossibilidade de acesso direto à experiência visual.

Paras os sujeitos cegos, as práticas comunicativas em relação aos meios, especialmente os digitais, podem possibilitar o acesso a informações importantes, tanto para a constituição de vínculos, quanto para desmistificar a ideia do cego como uma pessoa incapaz. Elas também podem ser facilitadoras da organização, gestão e produção comunicativa de grupos, redes e até movimentos sociais que atuam em prol da cidadania em múltiplas dimensões, podendo possibilitar ações de visibilização na esfera pública por parte desses sujeitos, cujas realidades nem sempre são parte das construções midiáticas hegemônicas. (SAGGIN e BONNIN, 2017).

No que tange aos sujeitos comunicantes cegos, protagonistas desta pesquisa, para compreendê-los é necessário aproximar-se de um universo complexo, que opera muitas vezes na lógica de um sistema normativo que os exclui. O estereótipo do cego está relacionado à forma como historicamente ele foi visto.

Neste sentido Vigotski (1997, citado por NUNES e LOMÔNACO, 2010) define três momentos principais na concepção da cegueira. O primeiro, chamado período místico, compreendendo a Antiguidade, Idade Média e parte da Idade Moderna, vigoraram duas noções principais: ou o cego era considerado alguém indefeso, infeliz, que vivia em desgraça, ou era tratado com respeito pelos poderes místicos que se acreditava ter. Devido à falta de visão, o sujeito era visto como mais capaz de se desenvolver espiritualmente, pois se entendia que ele estava livre do envolvimento nas ilusões mundanas. O segundo momento, denominado período biológico e ingênuo, ocorreu durante o Iluminismo (século XVIII), em um contexto no qual a ciência passou a ser bastante valorizada e criaram-se vários centros de educação, incluindo

institutos e escolas específicas para os sujeitos cegos, conforme discutido no capítulo 2 desta pesquisa. Nesse contexto, a cegueira passa a ser vista como objeto de estudo científico e surge a teoria da substituição, a qual afirma que a falta de um órgão seria compensada pelo melhor funcionamento de outros (NUNES e LOMÔNACO, 2010, p. 59)

Comparando os dois momentos apresentados por Vigotski (1997), é possível verificar um avanço considerável na representação do sujeito cego, uma vez que a explicação mística para a cegueira cede lugar a uma teoria que pressupõe a capacidade de adaptação da pessoa com deficiência visual à realidade na qual está inserida. No entanto, conforme nos alertam Nunes e Lomônaco (2010), neste segundo período ainda encontramos uma concepção equivocada das pessoas cegas, na qual a compensação da falta de visão pelos outros sentidos ocorre de maneira simples e automática.

O terceiro período, chamado de *científico* ou *sociopsicológico* apresenta o cego como um sujeito capaz de se reorganizar para compensar a deficiência visual, não apenas no sentido biológico e de aprendizagem, mas também considerando as interações e os conflitos sociais. É possível identificar outro avanço qualitativo entre as percepções do segundo e do terceiro período. De uma interpretação estritamente biológica, o cego passou a ser visto como um ser social e histórico que, por meio dos grupos sociais de que faz parte, desenvolve uma linguagem e, ao se comunicar, constrói significados para si e para os outros (NUNES E LOMÔNACO, 2010, p. 59). Essa visão vai ao encontro da noção de sujeito comunicante abordada nesta pesquisa.

É importante ressaltar que Vigotski (1997, citado por NUNES e LOMÔNACO, 2010), não nega as limitações da cegueira enquanto restrição biológica, mas afirma que socialmente não há limitações porque o cego, por meio da palavra, pode se comunicar e apreender significados sociais.

Braga (2017, p. 48) ao estudar a obra de Oliver Sacks sobre a comunicação e linguagem de sujeitos surdos, apresenta igualmente a “relevância do uso da língua como processo comunicacional que não corresponde apenas à expressão do pensamento, mas também à escuta da cultura”. As diferenças culturais, segundo Plaza (1987), correspondem às nossas múltiplas e diversas culturas de registro e sensoriais, ou seja, às distintas formas de cultura dos sentidos. É justamente ela, a cultura, que não nos faz estranhar quando escutamos uma pessoa cega dizer “que bom te ver” ou “eu vi o que aconteceu”. Todos nós somos sujeitos da língua e, mesmo não tendo propriamente vivenciado uma experiência, aprendemos como nos comportar socialmente por meio dela (MAYER, 2012).

Certamente, a língua viabiliza e direciona a comunicação que a utiliza. Esse uso, no entanto, incide também sobre o código. Contudo, mesmo com a reconstrução de significados sociais e a utilização de linguagens alternativas, a inter-relação do sujeito cego com o ambiente não acontece sem conflitos. Concordo com Vigotski quando afirma que justamente devido ao fato do conflito existir é que se encontram forças e formas criativas para sua superação. Isso nos mostra que o conhecimento, no sentido de aprendizagem, não é adquirido somente por órgãos sensoriais, embora estes possibilitem vias de acesso ao mundo. O conhecimento, assim como a comunicação, é resultado de um processo de apropriação que se realiza por meio das relações sociais.

Sistematizar conhecimentos sobre as formas de vida e de comunicação dos sujeitos cegos demanda argumentos e teorias que deem conta de incluir também a complexidade da formação e constituição de suas identidades que, normalmente, são atravessadas por problemas de sociabilidade e sobrevivência. Como argumenta Maldonado, “noções, conceitos, ideias, categorias, estratégias e projetos de pesquisa precisam considerar essas mudanças para dar conta da multiplicidade e da diversidade comunicativa atual”. (2014, p. 21)

Nesse sentido, é interessante trazermos a concepção de Castells (2018), a respeito da construção das identidades dos sujeitos. O autor entende a identidade como um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significado” (CASTELLS, 2018, p. 54). O autor distingue esse processo de três formas:

Identidade legitimadora, introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais;

Identidade de resistência, criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos;

Identidade de projeto, quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. (2018, p. 55).

É interessante observar que, a partir dessa classificação, para determinadas pessoas pode haver identidades múltiplas. No entanto, conforme ressalta Castells (2018), essa pluralidade é fonte de tensão e contradição, tanto na autorrepresentação quanto na ação social. Isso porque é necessário estabelecer a diferença entre identidades e papéis. Estes últimos são definidos por

normas estruturadas pelas instituições e organizações da sociedade, como, por exemplo, ser trabalhador, pai, esposa, atleta, etc. Já as identidades são consideradas mais importantes, pois, constituem fontes de significado para os próprios sujeitos, são originadas e construídas por meio de um processo de individuação. (CASTELLS, 2018, p. 54). Em termos mais genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções.

No que diz respeito aos sujeitos cegos aqui investigados, partindo da classificação de Castells (2018), poderíamos dizer que eles, na condição de pessoa que possui uma deficiência, poderiam estar na categoria identidade de *resistência*, tipo de identidade que “leva à formação de comunidades e dá origem a formas de resistência coletiva diante de uma opressão que, do contrário, não seria suportável, em geral com base em identidades que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia”. (CASTELLS, 2018, p. 55). É pertinente ressaltar que esta classificação não é determinista, ou seja, os sujeitos podem passar de uma identidade para outra, conforme a evolução sociocultural.

Essas condições sociais e políticas enfrentadas pelos sujeitos no processo de construção de suas identidades são formadoras de um contexto que conflui com a constituição de novas redes sociais, baseadas em características e interesses em comum. No cenário contemporâneo, esse processo é proporcionado em grande parte, pelo ambiente digital que abriu possibilidades de renovadas formas de vinculação social, a partir da constituição de redes e de comunidades digitais.

Neste campo comunicacional/digital, o sujeito comunicante cego é compreendido como um sujeito produtor de sentido, capaz de construir narrativas a partir da sua especificidade comunicacional, da sua realidade sociocultural e de seu lugar de enunciação situado em um contexto marginalizado no qual as produções midiáticas são destinadas, prioritariamente para os videntes. Nessas condições, a pessoa cega precisa desenvolver modos de se comunicar com a sociedade que contemplem a necessidade de inclusão e o reconhecimento de uma identidade própria que se configura como um sujeito autônomo e capaz. Os processos de comunicação digital possibilitam e impulsionam a participação dos indivíduos nestes movimentos.

4.2.3 Cidadania Comunicativa

A concepção de cidadania trabalhada nesta pesquisa vai ao encontro da visão de Cortina (2005) de que as transformações vivenciadas pelas sociedades contemporâneas demandam repensar esse conceito, expandindo-o para além de sua compreensão jurídico-política. O fato

de existirem direitos instituídos (leis e decretos) não garante a plena cidadania. Conforme alerta Bonito (2015), apesar de a legislação brasileira garantir o acesso das pessoas cegas à comunicação e cultura, na prática isso muitas vezes é negligenciado, por exemplo, com a falta de cumprimento dos Decretos Constitucionais, na forma da lei – nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 e nº 10.098 de 19 dezembro de 2000, conforme discutido no capítulo 2.2.

É possível perceber, facilmente, a exclusão social e uma invisibilidade desses sujeitos nas práticas sociais, resultado de uma cultura hegemônica vidente. No entanto, uma das características da globalização contra hegemônica é a busca por uma política de igualdade e isto se dá, principalmente, a partir das ressignificações simbólicas, incluindo o conceito de cidadania.

Uma perspectiva de cidadania renovada necessita considerar tanto dimensões relacionadas ao contexto dos sujeitos e suas múltiplas heterogeneidades, quanto à forma como eles interagem entre si e com as suas comunidades.

A cidadania é um conceito mediador porque integra exigências de justiça e, ao mesmo tempo, faz referência aos que são membros da comunidade, une a racionalidade da justiça com o calor do sentimento de pertença. Por isso, elaborar uma teoria da cidadania ligada às teorias da democracia e justiça, mas com uma autonomia relativa diante delas, seria um dos desafios de nosso tempo. Por que uma teoria como essa poderia oferecer melhores argumentos para sustentar e fortalecer uma democracia pós-liberal também no nível das motivações: uma democracia em que se encontrem as exigências liberais de justiça e as comunitárias de identidade e de pertença. (CORTINA, 2005, p.27-28).

Conforme ressaltam Saggin e Bonin (2017), na medida em que observamos novas posturas, atividades, produções, formas organizativas de geração de relações e comunicação em redes criadas, atravessadas e problematizadas por contextos múltiplos, entendemos que o conceito de cidadania se encontra em construção. Nesse sentido, ele é visto também como um exercício e um direito humano básico de requerer e reelaborar outros mundos possíveis de estruturação social, cultural, política e comunicativa, através da utilização refletida dos universos comunicacionais e midiáticos e de suas estratégias de produção e de circulação de sentidos. Desse modo, a comunicação se coloca como elemento vital à cidadania, porque é constitutiva da construção cotidiana das mais variadas dimensões cidadãs. (SAGGIN e BONIN, 2017 p. 106).

Além de envolver dimensões sociais e culturais vinculadas aos valores de igualdade de oportunidade, de qualidade de vida, de solidariedade e não-discriminação, a cidadania também

está implicada no desenvolvimento de práticas que procurem garantir os direitos no campo da comunicação. Nesse ponto de vista, ela compreende e possibilita a participação dos diversos sujeitos num processo de criação democrático, o que amplia as práticas de cidadania, caracterizando-se também pelo acesso dos sujeitos às tecnologias. (BONITO, 2015, p. 160).

Contextualizando a cidadania comunicativa no universo das pessoas com deficiência visual, é interessante a perspectiva de Bonito (2015, p. 160) de que ela pode ser vista como um “espaço em que as PDV, ao mesmo tempo em que exercem o seu direito à comunicação e à informação, fortalecem-se num processo de (re)conhecimento em ações concretas, ao permitir a construção de novas relações com o mundo”. Trata-se do exercício da cidadania por meio do direito à comunicação livre e da ampliação de espaços democráticos, que envolve o acesso à cultura e aos produtos comunicacionais, tais como o cinema, a comunicação digital e televisiva.

Nessa perspectiva, o conceito de cidadania comunicativa inclui as relações das problemáticas, democracia e justiça, que ampliam a disponibilidade ao acesso dos sujeitos nas mídias. A internet, por exemplo, é um facilitador no que tange ao direito à comunicação e informação na passagem para o digital. No entanto, quando analisamos a acessibilidade digital, não há como negar que existem diversos obstáculos de comunicação que limitam o acesso das pessoas com deficiência visual. Essa situação vai de encontro ao que sugere Mattelart (1999) de que a informação deve poder circular. A sociedade da informação só pode existir sob a condição de troca sem barreiras.

O conceito de cidadania nos remete à vida em sociedade, sendo assim, para ampliar e problematizar essa noção é pertinente enriquecê-la com a inserção da categoria *cultura*, que reconheça, respeite e assuma as diferenças no âmago de suas dinâmicas. Nesse ponto, Cortina (2005, p. 140) apresenta questionamentos importantes: “Como saber-se e sentir-se cidadão igual quando a própria cultura é preterida? Como aceitar as normas políticas de uma cultura que se revela estranha?” Problematizando essa visão no contexto das pessoas cegas, é preciso considerar que o modo de vida e as interações sociais desses sujeitos, principalmente no campo comunicacional, necessitam de adaptações e isso muitas vezes é negligenciado pela cultura hegemônica vidente.

Existem muitos conteúdos produzidos sem acessibilidade. As pessoas cegas, que detêm conhecimentos, habilidades e competências informáticas, contam com alguns recursos tecnológicos que permitem usos e apropriações destas informações. No entanto, conforme ressalta Bonito (2015, p. 162), existem casos em que o acesso não é autônomo como, por exemplo, o *site* de redes sociais de vídeos Youtube. A tecnologia utilizada na maioria dos vídeos

não permite que os leitores de tela identifiquem o botão *play*. Nestes casos, as pessoas com deficiência visual dependem de algum vidente que possa acionar o *play* no vídeo, salvo nos casos em que os vídeos estão configurados para se auto executar ao carregar a página.

Pensar o exercício da cidadania passa necessariamente pela compreensão das lógicas que envolvem a desigualdade social e cultural, hoje, apresentada também por meio dos processos midiáticos digitais. É preciso direcionar o olhar para perceber como esses processos possibilitam aos cegos configurarem-se como sujeitos comunicantes. Compartilho do entendimento de Bonito (2015) de que por meio da cidadania comunicativa, as pessoas cegas ampliam a construção de percepções, de sensibilidades criativas, de competências e práticas cidadãs em seus grupos e redes. Práticas que possibilitam fortalecer e reconstruir laços identitários tanto entre o grupo de pessoas cegas quanto os videntes.

Nesse sentido, a cidadania é tratada como um vínculo de união entre grupos sociais diversos, o que Cortina (2005) se refere como *ciudadania multicultural*. Os pressupostos trabalhados pela autora nos ajudam a refletir sobre a necessidade de uma construção de consciência crítica coletiva nos sujeitos a respeito da cidadania. Dessa forma, entendo que a cidadania comunicativa no âmbito dos sujeitos cegos está relacionada, também, com os processos de reconhecimento e de respeito às suas particularidades. O que implica, entre outros aspectos, o acesso inclusivo e democrático à comunicação e a informação.

5 USOS E APROPRIAÇÕES DO WATSHAPP PELOS SUJEITOS COMUNICANTES CEGOS

Neste capítulo apresento os dados e as análises empíricas da pesquisa, baseados na observação participante dentro do grupo de WhatsApp, *Interação com AD* e nas entrevistas realizadas com quatro sujeitos comunicantes que fazem parte da comunidade. Para isso, fiz um recorte de algumas mensagens consideradas relevantes e que exemplificam os usos que esses sujeitos fazem dessa rede social.

5.1 Processos comunicacionais do grupo *Interação com AD* no WhatsApp

Como explicitarei no capítulo metodológico, a partir da observação sistemática dos processos comunicacionais do grupo *Interação com AD*, no WhatsApp, pude identificar tipos de usos e apropriações comunicacionais mais proeminentes, conforme específico e discuto a seguir.

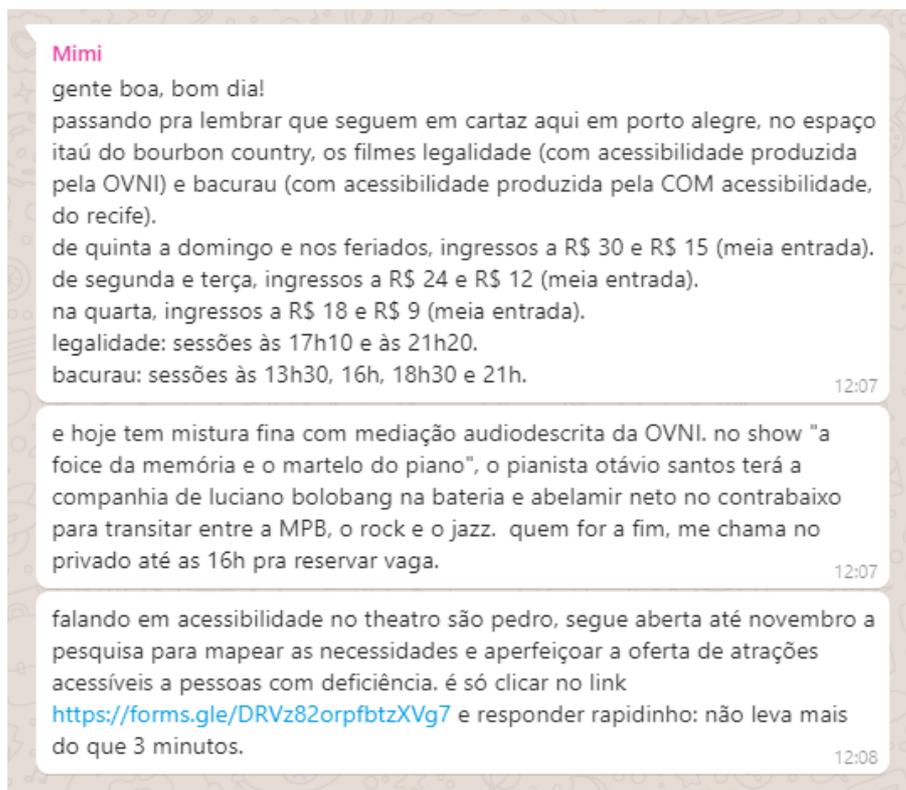
5.1.1 Informativo

Em nossas observações, identificamos que grande parte das mensagens compartilhadas no grupo se referem à divulgação de eventos com audiodescrição e de notícias relacionadas à acessibilidade. Nessa situação, as postagens normalmente incluem a divulgação do espetáculo, detalhes sobre o roteiro do filme ou peça de teatro, horários e endereço eletrônico para o acesso, no caso de notícias veiculadas na internet.

Partimos do entendimento que a informação é subsídio importante para a ação e, conforme sugere Mattelart (1999), ela deve poder circular livremente. Para o autor, a sociedade da informação só pode existir sob a condição de troca sem barreiras, algo que ainda parece utópico para as pessoas com deficiência visual, mas que, pelo menos dentro do grupo *Interação com AD*, acontece de maneira fluida, respeitando os protocolos de usos da PDV.

A maior parte das informações sobre os eventos são compartilhadas pelos profissionais audiodescritores responsáveis pela AD do espetáculo em questão. No entanto, essa não é uma regra, visto que outros integrantes também podem e costumam divulgar eventos com frequência. A publicação, usualmente, é realizada em forma de texto (ver exemplo da figura 7), podendo ter também imagem ou vídeo, desde que acompanhada da descrição da peça.

Figura 7 – Divulgação de espetáculo no grupo *Interação com AD*



Fonte: Grupo *Interação com AD*, WhatsApp

#Pracegover – Imagem contendo a tela do WhatsApp com o seguinte texto: “gente boa, bom dia! Passando pra lembrar que seguem em cartaz aqui em porto alegre, no espaço Itaú do Bourbon country, os filmes legalidade (com acessibilidade produzida pela OVNI) e bacurau (com acessibilidade produzida pela COM acessibilidade de Recife). De quinta a domingo e nos feriados, ingressos a R\$30 e R\$ 15 (meia entrada). De segunda e terça, ingressos a R\$24 e R\$12 (meia entrada). Na quarta, ingressos a R\$18 e R\$9 (meia entrada). Legalidade: sessões às 17h10 e às 21h20. Bacurau: sessões às 13h30, 16h, 18h30 e 21h. e hoje tem mistura fina com mediação audiodescrita da OVNI. No show “a foice da memória e o martelo do piano”, o Pianista Otávio Santos terá a companhia de Luciano Bolobang na batria e Abelamir Neto no contrabaixo para transitar entre MPB, o rock e o jazz. Quem for a mim, me chama no privado até as 16h pra reservar vaga. Falando em acessibilidade no Theatro São Pedro, segue aberta até novembro a pesquisa para mapear as necessidades e aperfeiçoar a oferta de atrações acessíveis a pessoas com deficiência. É só clicar no link <https://forms.gle/DRVz82orpfbtzXVg7> e responder rapidinho: não leva mais do que 3 minutos”. Fim da descrição.

Estar inserido em um contexto comunicativo que possibilita o acesso a informações sem a necessidade de intermediários, nesse caso, sem o auxílio de pessoas videntes, reforça a autonomia dos sujeitos envolvidos. A informação abre possibilidades para o exercício da cidadania, que nessa situação envolve a possibilidade de acesso a produtos culturais, como o cinema, teatro, a comunicação digital e televisiva. Partimos da compreensão de que a cidadania está intimamente ligada ao desenvolvimento de práticas que procurem garantir os direitos no campo da comunicação e que, assim como defende García Canclini (1999), o consumo cultural

também é um direito no sentido de que, ao se consumir, também se pensa, se reelabora o sentido social e constitui uma nova maneira de ser cidadão.

O acesso a conteúdos relacionados a eventos com acessibilidade possibilita a esses sujeitos informação sobre possibilidades de inclusão e de presença em espaços culturais que hegemonicamente são pensados para pessoas sem deficiência. Não podemos deixar de mencionar que a internet tem facilitado esse processo e que, no ciberespaço, essas participações têm sido impulsionadas pelo avanço no desenvolvimento da acessibilidade nos dispositivos eletrônicos, o que vem facilitando a inclusão dos sujeitos cegos.

No grupo *Interação com AD*, observamos que as postagens relacionadas aos eventos não apresentam apenas teor informativo, elas são acompanhadas de convites e de mensagens de incentivo para que as pessoas participem e ocupem esses espaços que também são seus por direito. Isso pode ser visualizado nas figuras 8 e 9.

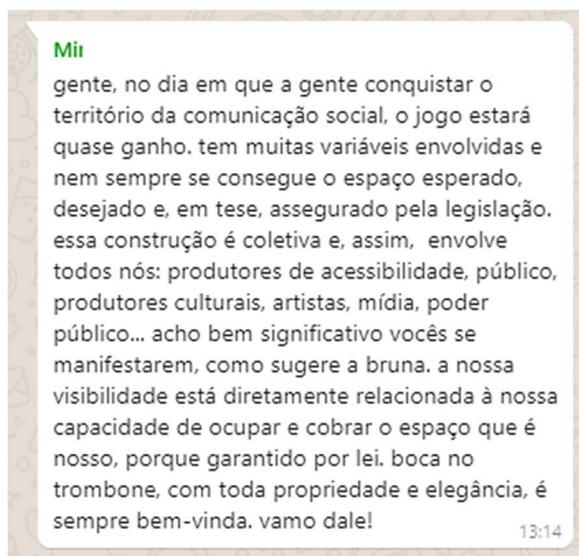
Figura 8 – Convite para espetáculo



Fonte: Grupo *Interação com AD*, WhatsApp

#Pracegover – Na imagem vemos a tela do WhatsApp com uma mensagem divulgando o espetáculo Flamenco Imaginário: “to divulgando esse espetáculo com acessibilidade na programação do dia das crianças na UFRGS. Conto com vcs lá! É pra crianças de 0 a 100, então vamos todos e levem suas crianças!!” Abaixo do texto uma imagem com o cartaz do espetáculo. Fim da descrição.

Figura 9 – Relato no grupo *Interação com AD*

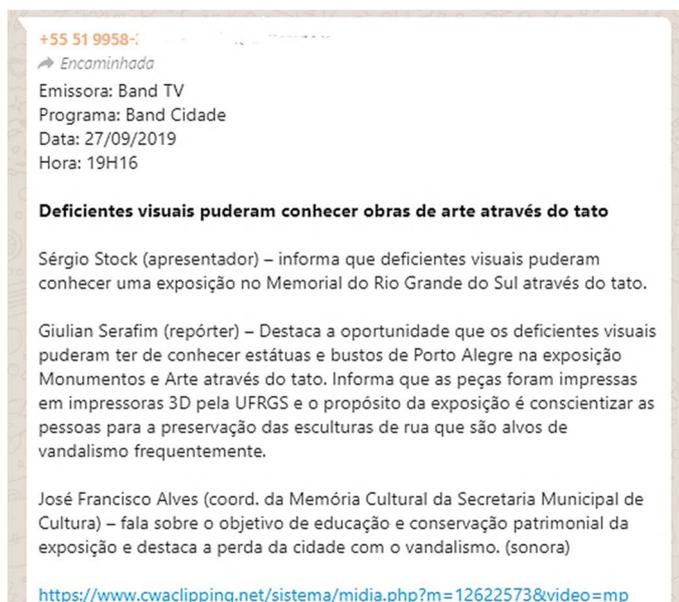


Fonte: Grupo *Interação com AD*, WhatsApp

#Pracegover – na imagem vemos a tela do WhatsApp com o seguinte texto: “gente, no dia em que a gente conquistar o território da comunicação social, o jogo estará quase ganho. Tem muitas variáveis envolvidas e nem sempre se consegue o espaço esperado, desejado e, em tese, assegurado pela legislação. Essa construção é coletiva e, assim, envolve todos nós: produtores de acessibilidade, público, produtores culturais, artistas, mídia, poder público...acho bem significativo vocês se manifestarem, como sugere a Bruna. A nossa visibilidade está diretamente relacionada à nossa capacidade de ocupar e cobrar o espaço que é nosso, porque garantido por lei. Boca no trombone, com toda a propriedade e elegância, é sempre bem-vinda. Vamo dale” Fim da descrição.

Além dos eventos com AD, é comum o compartilhamento de informações relacionadas a notícias envolvendo acessibilidade, conforme ilustrado nas imagens seguintes.

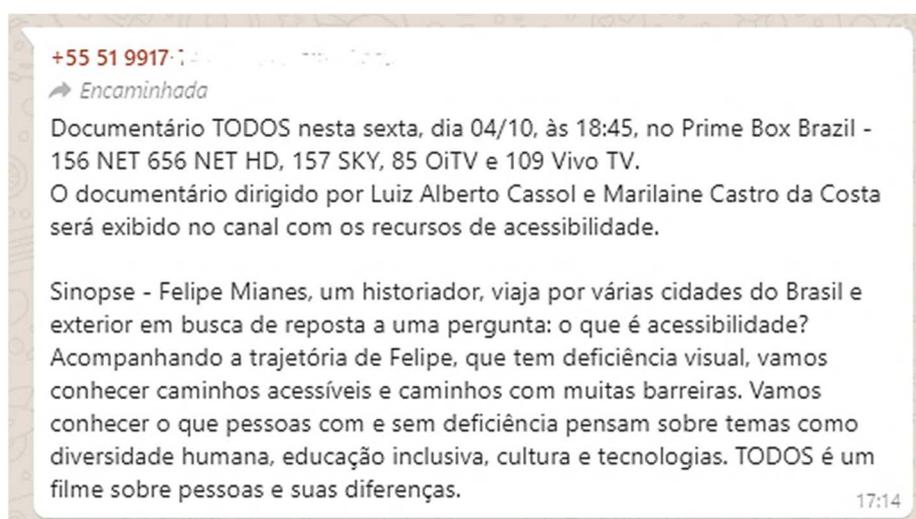
Figura 9 – Divulgação de notícia



Fonte: Grupo *Interação com AD*, WhatsApp

#Pracegover – na imagem vemos a tela do WhatsApp com o seguinte texto: “Emissora: Band Tv. Programa: Band Cidade. Data: 27/09/2019. Hora: 19h16. Deficientes visuais puderam conhecer obras de arte através do tato. Sérgio Stock (apresentador) – informa que deficientes visuais puderam conhecer uma exposição no memorial do Rio Grande do Sul através do tato. Giulian Serafim (repórter) – Destaca a oportunidade que os deficientes visuais puderam ter de conhecer estátuas e bustos de Porto Alegre na exposição Monumentos e Arte através do tato. Informa que as peças foram impressas em impressoras 3D pela UFRGS e o propósito da exposição é conscientizar as pessoas para a preservação das esculturas de rua que são alvos de vandalismo frequentemente. José Francisco Alves (coord. Da Memória Cultural da Secretaria Municipal de Cultura) – fala sobre o objetivo de educação e conservação patrimonial da exposição e destaca a perda da cidade com o vandalismo. (sonora)” Fim da descrição.

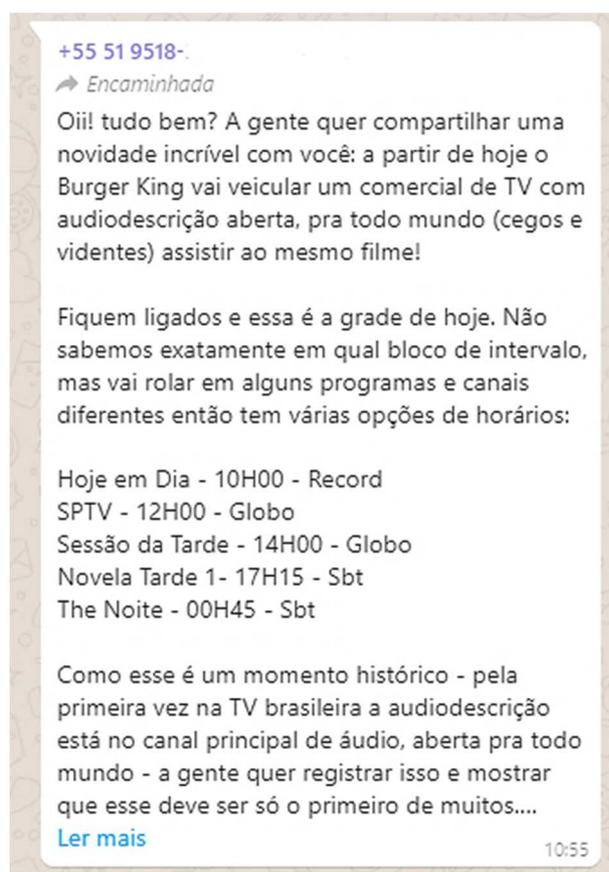
Figura 10 - Divulgação de documentário sobre deficiência



Fonte: Grupo *Interação com AD*, WhatsApp.

#Pracegover – na imagem vemos a tela do WhatsApp com o seguinte texto: “Oi! Tudo bem? A gente quer compartilhar uma novidade incrível com você: a partir de hoje o Burger King vai veicular um comercial de TV com audiodescrição aberta, pra todo mundo (cegos e videntes) assistir ao mesmo filme! Fiquem ligados e essa é a grade de hoje. Não sabemos exatamente em qual bloco de intervalo, mas vai rolar em alguns programas e canais diferentes então tem várias opções de horários: Hoje em dia – 10h00 – Record. SPTV – 12h – Globo. Sessão da Tarde 1 – 17h15 – SBT. The Noite – 00h45 – SBT. Como esse é um momento histórico – pela primeira vez na TV brasileira a audiodescrição está no canal principal de áudio, aberta pra todo mundo – a gente quer registrar isso e mostrar que esse deve ser só o primeiro de muitos...Ler mais” Fim da descrição.

Figura 11 - Divulgação de comercial com AD



Fonte: Grupo *Interação com AD*, WhatsApp.

#Pracegover – na imagem vemos a tela do WhatsApp com o seguinte texto: “Documentário TODOS nesta sexta, dia 04/10, às 18h45, no Prime Box Brazil – 156 NET 656 NET HD, 157 SKY, 85 OiTV e 109 Vivo TV. O documentário dirigido por Luiz Alberto Cassol e Marilaine Castro da Corsan será exibido no canal com os recursos de acessibilidade. Sinopse – Felipe Mianes, um historiador, viaja por várias cidades do Brasil e exterior em busca de resposta a uma pergunta: o que é acessibilidade? Acompanhando a trajetória de Felipe, que tem deficiência visual, vamos conhecer caminhos acessíveis e caminhos com muitas barreiras. Vamos conhecer o que pessoas com e sem deficiência pensam sobre temas como diversidade humana, educação inclusiva, cultura e tecnologias. Todos é um filme sobre pessoas e suas diferenças” Fim da descrição.

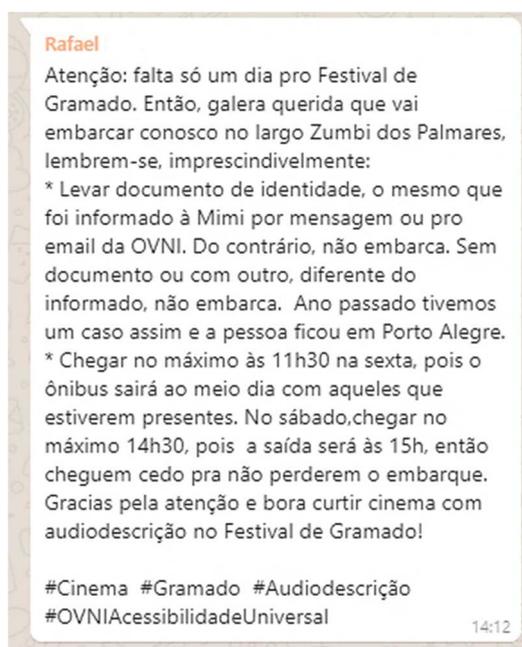
Entendemos que os princípios que norteiam essas interações incorporam formas de uma comunicação em que sujeitos comunicantes cegos visam a transformação social e à equiparação de seus direitos, nesses casos por meio do acesso à informação. Se inicialmente a criação do grupo foi uma proposta de alguns amigos para a divulgação de eventos com AD, hoje ele tornou-se um espaço que pertence aos integrantes envolvidos. Eles se tornaram protagonistas dessa nova possibilidade de fortalecer vínculos e de reivindicar direitos.

5.1.2 Socialização do grupo

A segunda modalidade de usos e apropriações inclui combinações para assistirem aos espetáculos e, posteriormente, comentários sobre a experiência. Percebemos que os sujeitos comunicantes que mais interagem são também aqueles que participam ativamente dos eventos e das confraternizações presenciais, nesse caso estendendo as relações para além do ambiente digital.

As mensagens contendo informações sobre espetáculos, tais como horário, sinopse, valores, endereço e demais orientações, normalmente são compartilhadas com bastante antecedência e costumam ser reforçadas conforme a data vai se aproximando. Abaixo exemplificamos uma das mensagens relacionadas ao Festival de Cinema de Gramado, evento no qual vários integrantes do grupo costumam participar anualmente.

Figura 12 - Orientações sobre o Festival de Cinema de Gramado

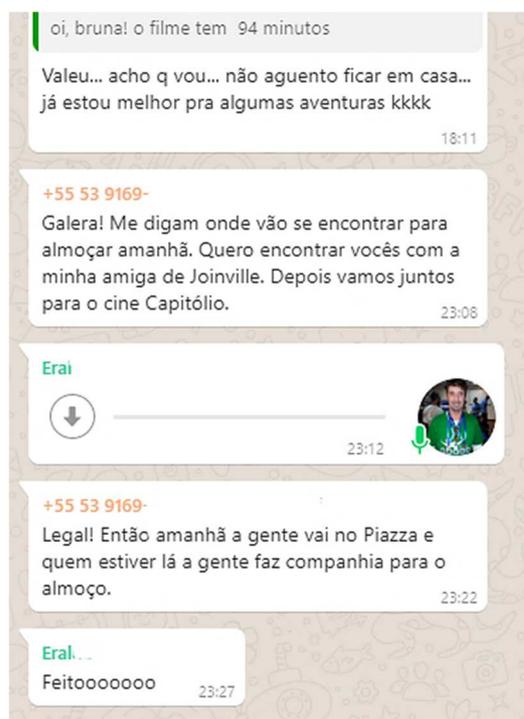


Fonte: Grupo *Interação com AD*, WhatsApp

#Pracegover – na imagem vemos a tela do WhatsApp com o seguinte texto: “Rafael. Atenção: falta só um dia pro Festival de Gramado. Então, galera querida que vai embarcar conosco no largo Zumbi dos Palmares, lembrem-se, imprescindivelmente: *Levar documento de identidade, o mesmo que foi informado a Mimi por mensagem ou pro e-mail da Óvni. Do contrário, não embarca. Sem documento ou com outro, diferente do que informado, não embarca. Ano passado tivemos um caso assim e a pessoa ficou em Porto Alegre. *Chegar no máximo 11h30 na sexta, pois o ônibus sairá ao meio dia com aqueles que estiverem presentes. No sábado, chegar ao máximo 14h30, pois a saída será às 15h, então cheguem cedo pra não perderem o embarque. Gracias pela atenção e bora curtir cinema com audiodescrição no Festival de Gramado” #Cinema #Gramado #Audiodescrição #OVNIacessibilidadeuniversal” Fim da descrição.

Os retornos dos integrantes em relação à mensagem inicial acontecem normalmente por áudio, muitas vezes criando um ambiente descontraído no qual as conversas e trocas de informações acontecem de forma bastante parecida com os encontros presenciais que acompanhei. A imagem seguinte demonstra outra prática comum dentro do grupo que é a combinação de encontros antes dos espetáculos.

Figura 13 - Combinações



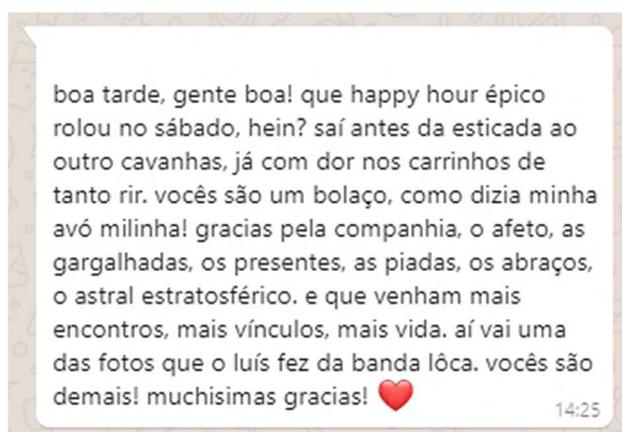
Fonte: Grupo *Interação com AD*, WhatsApp.

#Pracegover – na imagem vemos a tela do WhatsApp com mensagens trocadas entre duas pessoas: “valeu...acho que vou...não aguento ficar em casa...já estou melhor pra algumas aventuras kkkk” “Galera! Me digam onde vão se encontrar para almoçar amanhã. Quero encontrar vocês com a minha amiga de Joinville. Depois vamos juntos para o cine capitólio” “Legal! Então amanhã a gente vai no Piazza e quem estiver lá a gente faz companhia para o almoço” “Feitooooo”. Fim da descrição.

Nestes casos, o ambiente digital é utilizado para facilitar as interações e aproximar os participantes. Muitos, inclusive, não se conheciam pessoalmente, foram adicionados à comunidade em função do interesse na temática abordada e, posteriormente, foram se relacionando, criando laços de amizade.

A observação vai ao encontro da afirmação de Sousa (2017), já discutida no capítulo 3 desta pesquisa, de que o agrupamento de PDV nas redes sociais não acontece somente com objetivos relacionados à militância e à busca por direitos. Eles, na maioria dos casos, se conectam motivados pelo convívio social, em busca de conversação e da troca de informações. A mensagem seguinte traz o relato de uma das integrantes após ter participado de uma confraternização ocorrida ao final de uma sessão de cinema com AD.

Figura 14 - Relato sobre encontro presencial



Fonte: Grupo *Interação com AD* WhatsApp.

#Pracegover – na imagem vemos a tela do WhatsApp com o seguinte texto: “boa tarde, gente boa! Que *happy hour* épico rolou sábado, hein? Saí antes da esticada ao outro cavanhas, já com dor nos carrinhos de tanto rir. Vocês são um bolaço, como dia minha avó milinha! Gracias pela companhia, o afeto, as gargalhadas, os presentes, as piadas, os abraços, o astral estratosférico. E que venham mais encontros, mais vínculos, mias vida. Aí vai uma das fotos que o Luís fez da banca lôca. Você são demais! Muchísimas gracias!” Fim da descrição.

Na vivência de um grupo, o “outro” se torna importante na construção de uma nova oportunidade de construir vínculos e laços sociais entre pessoas que partilham de uma mesma particularidade, nesse caso a deficiência visual. Recuero (2005, p. 6) nos lembra que os laços sociais auxiliam a identificar e compreender a estrutura de uma determinada rede social. Para a autora, quanto maior o número de laços, maior a densidade da rede, pois mais conectados estão os integrantes. Nessa concepção, a intensidade dessas conexões influencia diretamente na dinâmica do grupo.

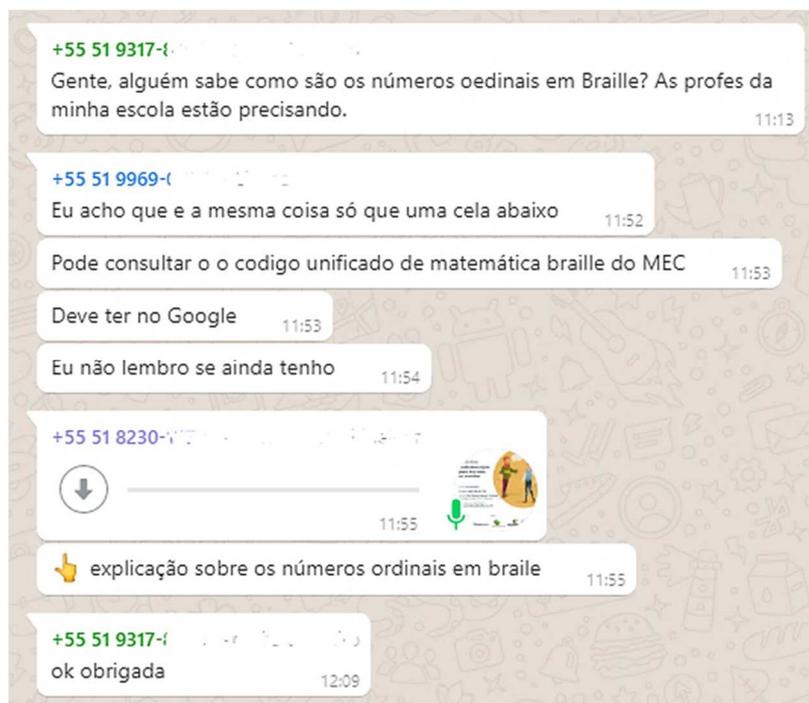
Laços fortes são aqueles que se caracterizam pela intimidade e pela proximidade. Os laços fracos, por outro lado, caracterizam-se por relações esparsas, que não traduzem proximidade e intimidade. Laços fortes constituem-se em vias mais amplas e concretas para as trocas sociais (Wellman, 1997), enquanto os fracos possuem trocas mais difusas. Evidentemente, os laços fortes constituem as redes menos instáveis, a estrutura mais forte de um determinado grupo, enquanto os fracos, os pontos de maior mutação. (RECUERO, 2005, p. 6).

No grupo Interação com AD essa dinâmica não é diferente. Durante nossas observações, foi possível identificar a existência de laços fortes entre alguns integrantes, nesses casos representados pela intimidade visível durante as interações, tais como a chamada por apelidos, a referência a lembranças de ocasiões em que passaram juntos ou a amigos em comum, as piadas, o riso e o afeto partilhado por meio das mensagens. Os laços fracos também são visíveis e podem ser caracterizados pelas interações que se limitam exclusivamente a informações sobre os eventos.

Os dados desta pesquisa me permitem pensar que o uso da rede social WhatsApp e a apropriação do grupo *Interação com AD* pelos sujeitos comunicantes cegos reforça a construção de vínculos e fortalecer o sentimento de pertença desses indivíduos à comunidade, cujas regras e protocolos foram criadas fora da hegemonia dos videntes. Os encontros presenciais e os relatos sobre a experiência vivenciada durante esses momentos também reforçam os sentimentos de pertencimento ao grupo. Conforme nos lembra Cortina (2005), sentir-se cidadão está diretamente relacionado com o sentimento de pertença por parte dos membros de uma determinada comunidade.

A cooperação e a solidariedade, essenciais para a existência das estruturas sociais, são práticas frequentes dentro do grupo. Todas as vezes em que observamos algum integrante necessitando de ajuda ou de informações relacionadas à acessibilidade, houve retorno e um esforço em busca de sanar a solicitação. Em uma dessas ocasiões, uma integrante que é cega solicitou ajuda para ativar a audiodescrição em um canal de TV fechado. Rapidamente formou-se uma rede de pessoas, cegas e videntes, discutindo e orientando sobre como ela deveria proceder para ativar essa função no controle remoto. Em outro momento uma pessoa questiona sobre a numeração no sistema braile e é atendida por outros dois cegos.

Figura 15 - Questionamento sobre números em braille



Fonte: Grupo *Interação com AD*, WhatsApp.

#Pracegover – na imagem vemos a tela do WhatsApp com mensagens trocadas entre três pessoas: “1. Gente, alguém sabe como são os números ordinais em Braille? As profes da minha escola estão precisando” “2. Eu acho que é a mesma coisa só que uma célula abaixo. Pode consultar o código unificado de matemática Braille do MEC. Deve ter no Google. Eu não lembro se ainda tenho” “3. Mensagem em áudio com explicação sobre os números ordinais em Braille” “1. Ok obrigada” Fim da descrição.

Nesse ponto de vista, a cooperação compreende e possibilita a participação desses sujeitos num processo de interação democrático, o que amplia as práticas de cidadania, caracterizando-se também pelo acesso dos indivíduos a informações através da tecnologia.

5.1.3 Relatos, negociações e discussões vinculadas à acessibilidade e consumo cultural

Embora o foco do grupo seja a divulgação dos eventos com AD, durante nossas observações foi possível identificar usos e apropriações comunicacionais voltadas à troca de experiências e de reflexões coletivas em torno de temáticas envolvendo a acessibilidade e os direitos das pessoas com deficiência. Muitas discussões se aprofundam e abordam outros aspectos que perpassam questões envolvendo o direito a ter acesso à cultura e ao entretenimento, nesse caso por meio da disponibilização da audiodescrição.

Nesses processos comunicacionais digitais, percebe-se que os sujeitos cegos vêm buscando problematizar as concepções históricas que se construíram em relação às pessoas com

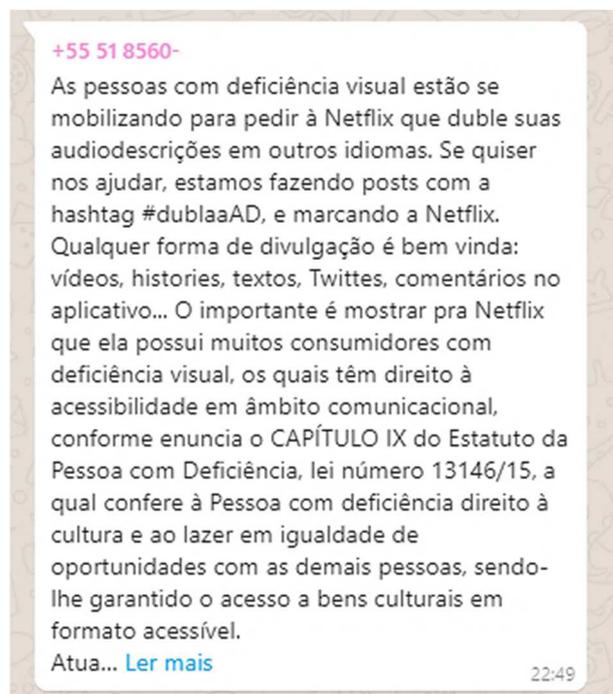
deficiência, pois ainda existem a compreensão no imaginário popular de serem indivíduos incapazes. A necessidade de mudança nas representações sociais hegemônicas da figura do cego e a discussão sobre a terminologia adequada para se referir a esse grupo foi observada em diversas ocasiões. Para ilustrar, remeto a uma dessas conversas, ocorrida no dia 24/09/2018, em que um integrante do grupo fala sobre a terminologia utilizada em uma reportagem da emissora RBS TV:

Eu li a matéria e não gostei muito da abordagem deles, na realidade a mídia geralmente tende a fazer algo apelativo. Colocaram um nome inadequado (referindo-se ao nome da reportagem: “Olhos do Coração”), falaram em superação, sabe aqueles discursos mais *capacitistas*?! Também usaram umas duas vezes o termo inadequado “portador de deficiência”. Na realidade a gente percebe que eles fazem essas ações às avessas, porque eles deveriam primeiro consultar as pessoas com deficiência, que estão envolvidas no contexto para fazer direito. Eles tentam se promover muito com isso, falar em inclusão a partir de algo que eles não cuidam (R.B, Grupo Interação com AD, WhatsApp.).

Em outra ocasião, o grupo se mobilizou para solicitar à mesma emissora de televisão que incluísse a audiodescrição em uma reportagem que tratava sobre acessibilidade para PDV. As discussões em torno dessas duas pautas trouxeram mais uma vez questões relacionadas à falta de inclusão de pessoas com deficiência na construção de conteúdos que remetem a elas, o que reforça a necessidade de se respeitar o lema: *Nada sobre nós, sem nós*.

As reivindicações de direitos que já estão garantidos por lei, porém não são cumpridos na realidade, são temáticas que aparecem em diferentes momentos. Como situação permanente em suas vidas, as mensagens parecem ser a reedição de reivindicações antigas, o que se tem de novo é o ambiente comunicacional em que circulam. As publicações desse tipo foram recorrentes no grupo, o que demonstra que as apropriações deste ambiente digital têm possibilitado revitalizar e fortalecer a postura reivindicativa em torno dessas questões.

Figura 16 - Divulgação de mobilização por AD no Netflix



Fonte: Grupo *Interação com AD*, WhatsApp.

#Pracegover – na imagem vemos a tela do WhatsApp com o seguinte texto: “as pessoas com deficiência visual estão se mobilizando para pedir à Netflix que duble suas audiodescrições em outros idiomas. Se quiser nos ajudar, estamos fazendo posts com a hashtag “dublaaAD, e marcando a Netflix. Qualquer forma de divulgação é bem-vinda: vídeos, histories, textos, tuites, comentários no aplicativo...O importante é mostrar pra Netflix que ela possui muitos consumidores com deficiência visual, os quais têm direito à acessibilidade em âmbito comunicacional, conforme enuncia o capítulo IX do estatuto da pessoa com deficiência, lei número 13146/15, a qual confere à pessoa com deficiência direito à cultura e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso a bens culturais em formato acessível. Atua...Ler mais” Fim da descrição.

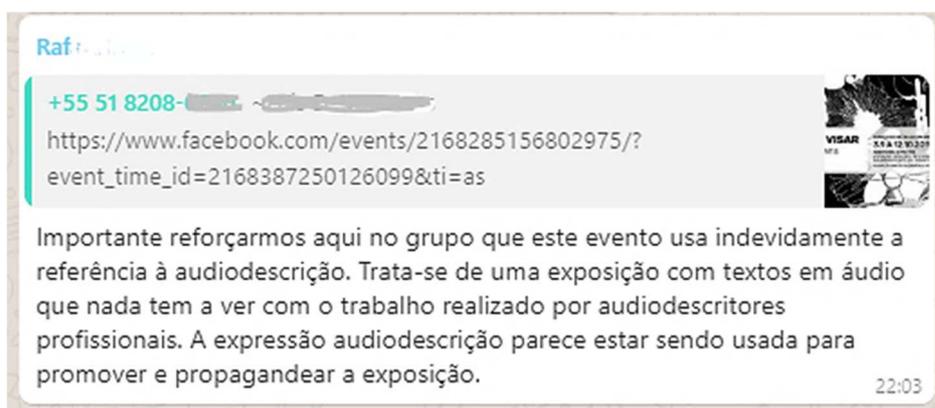
Percebe-se que, para integrantes do grupo, mais do que um mecanismo de acessibilidade, a AD é entendida como uma porta de inclusão e cidadania no sentido de proporcionar às pessoas com deficiência visual a oportunidade de acesso ao conteúdo/espetáculo consumido por aquelas que enxergam. O relato a seguir, feito por um integrante após participar do 46º Festival de Cinema de Gramado, exemplifica isso:

Também agradecemos pela oportunidade de mais um ano poder passar pelo tapete vermelho, e poder interagir com os filmes com audiodescrição. Digo interagirmos porque podemos conversar com os videntes sobre as cenas do filme. (M.B, Grupo AD, WhatsApp).

Em outra ocasião, um dos participantes compartilhou uma informação sobre um evento divulgado no Facebook que afirmava disponibilizar AD para os visitantes com deficiência

visual. No entanto, o que era viabilizado não estava de acordo com as técnicas preconizadas pelos audiodescritores. A postagem rapidamente gerou uma discussão dentro grupo; alguns integrantes se mobilizaram e entraram em contato com os responsáveis do evento solicitando que a referência à audiodescrição fosse retirada da divulgação.

Figura 17 - Conversa sobre AD em evento divulgado no Facebook



Fonte: Grupo *Interação com AD*, WhatsApp.

#Pracegover – na imagem vemos a tela do WhatsApp com o seguinte texto: “Importante reforçarmos aqui no grupo que este evento usa indevidamente a referência à audiodescrição. Trata-se de uma exposição com textos em áudio que nada tem a ver com o trabalho realizado por audiodescritores profissionais. A expressão audiodescrição parece estar sendo usada para promover e propagandear a exposição. Fim da descrição.

Podemos pensar no papel deste ambiente para a construção da cidadania em associação com a tomada de consciência dos cegos de seus direitos e especificamente, também, nas reivindicações perante as formas excludentes como são tratados pelos videntes. Neste sentido, por exemplo, uma integrante cega relata que, ao visitar uma exposição de arte em que havia uma atividade com audiodescrição, foi tratada “de igual para igual” pelos atendentes que eram videntes, sem “*mimimi ou coitadismo*”.

A atitude relatada deveria fazer parte do cotidiano das PcD, mas, infelizmente, as observações durante a construção dessa pesquisa demonstram que essa prática não é algo comum. Grande parte das manifestações dentro do grupo envolvendo questões relacionadas à forma com que as pessoas com deficiência são tratadas demonstra que ainda existe muito preconceito, desinformação e exclusão por parte da sociedade. A postagem abaixo é um exemplo disso.

Figura 18 - Outdoor em Curitiba

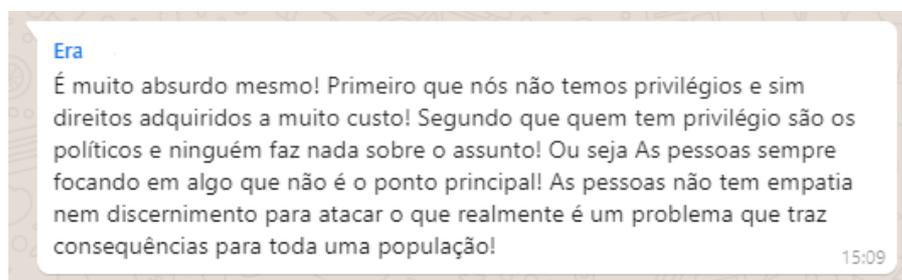


Fonte: Grupo *Interação com AD*, WhatsApp.

#Pracegover – na imagem vemos a tela do WhatsApp com o compartilhamento de uma notícia com o título: “Outdoor em rua de Curitiba pede pelo fim de privilégios para deficientes” Fim da descrição.

A mensagem gerou diversos comentários e reacendeu a discussão sobre a necessidade constante de reivindicar o cumprimento de direitos já adquiridos pelas PcD.

Figura 19 - Mensagem sobre privilégios

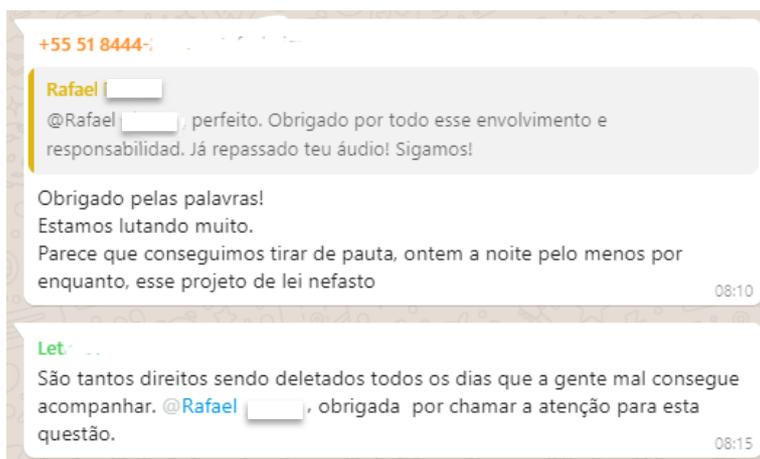


Fonte: Grupo *Interação com AD*, WhatsApp.

#Pracegover – na imagem vemos a tela do WhatsApp com a seguinte mensagem: “É muito absurdo mesmo! Primeiro que nós não temos privilégios e sim direitos adquiridos a muito custo! Segundo que quem tem privilégio são os políticos e ninguém faz nada sobre o assunto! Ou seja, as pessoas sempre focando em algo que não é o ponto principal! As pessoas não têm empatia nem discernimento para atacar o que realmente é um problema que traz consequências para toda a população! Fim da descrição.

A pauta envolvendo os direitos das PcD é frequente entre os integrantes do grupo. Por diversas vezes foram compartilhadas mensagens alertando sobre Projetos de Leis que afetavam negativamente suas vidas, assim como solicitações para fazerem parte de protestos ou de abaixo assinados contrários a determinadas ações governamentais ou de empresas privadas.

Figura 20 - Conversa sobre direitos das PcD



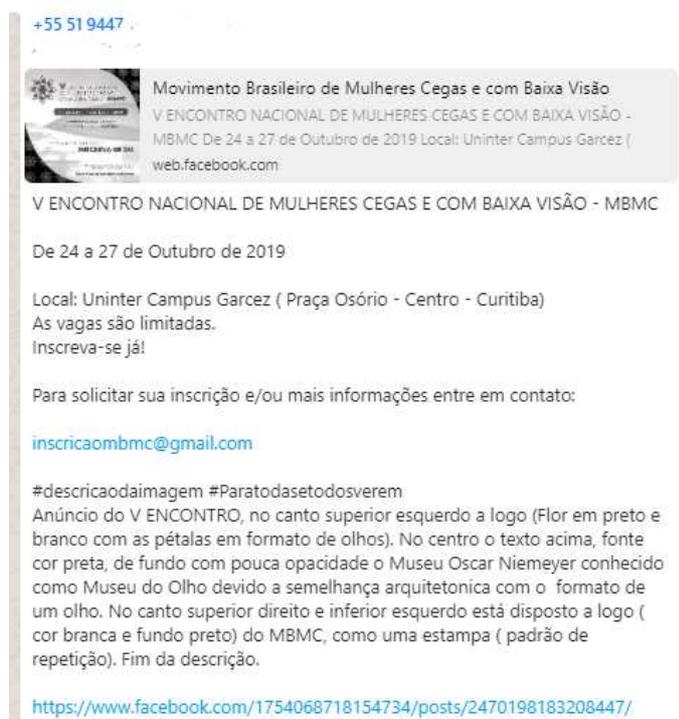
Fonte: Grupo *Interação com AD*, WhatsApp.

#Pracegover – na imagem vemos a tela do WhatsApp com mensagens de duas pessoas: “Obrigado pelas palavras! Estamos lutando muito. Parece que conseguimos tirar de pauta, ontem à noite pelo menos por enquanto, esse projeto de lei nefasto”. “São tantos direitos sendo deletados todos os dias que a gente mal consegue acompanhar. @Rafael, obrigada por chamar a atenção para esta questão” Fim da descrição.

A partir dessas observações, infiro que a rede social estudada está sendo apropriada por esses sujeitos comunicantes cegos também em favor da construção de um domínio contra hegemônico em que as apropriações da internet têm sido realizadas de forma mais crítica e política, em prol do fortalecimento de demais movimentos de luta e de resistência. Nesse contexto, redes sociais como o WhatsApp parecem figurar como cenário onde essas demandas ecoam e ganham força, traduzindo o anseio desses sujeitos em estabelecer acordos de cidadania com os demais.

É importante ressaltar que as socializações dentro do grupo Interação com AD seguem protocolos de uso que geram negociações, assim como acontece em outras redes sociais integradas por pessoas sem deficiência. Tais regras necessitam de adaptações dos integrantes, sobretudo dos videntes, visto que essa comunidade é feita por e para as pessoas cegas. A publicação de fotos, por exemplo, é permitida desde que acompanhada da descrição da imagem. Nesses casos são utilizadas *hashtags* que identificam o texto descritivo, conforme demonstrado na imagem seguinte.

Figura 21 - Imagem com descrição

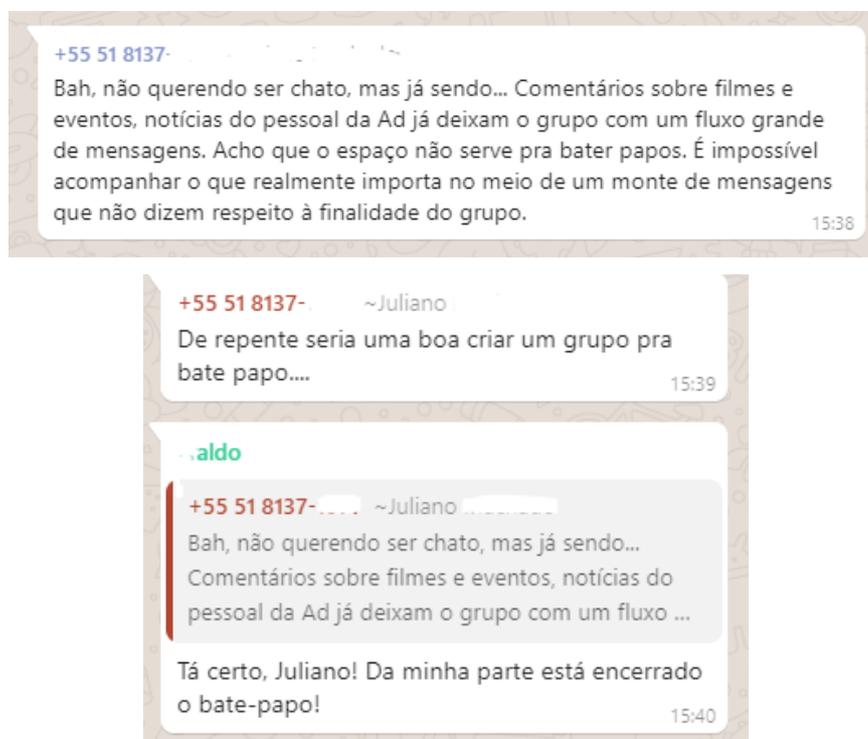


Fonte: Grupo *Interação com AD*, WhatsApp.

#Pracegover – na imagem vemos a tela do WhatsApp com a seguinte mensagem: “V Encontro nacional de mulheres cegas e com baixa visão – MBMC. De 24 a 27 de outubro de 2019. Local: Uninter Campus Garcez (Praça Osório – Centro – Curitiba). As vagas são limitadas. Inscreva-se já. Para solicitar inscrição e/ou mais informações entre em contato: inscricaoombmc@gmail.com” Abaixo do texto está a descrição da imagem de divulgação: “#Anúncio do V encontro, no canto superior esquerdo a logo (Flor em preto e branco com pétalas em formato de olhos). No centro o texto acima, fonte cor preta, de fundo com pouca opacidade o Museu Oscar Niemeyer conhecido como Museu do Olho devido a semelhança arquitetônica com o formato de um olho. No canto superior direito e inferior esquerdo está disposto a logo (cor branca e fundo preto) do MBMC, como uma estampa (padrão de repetição). Fim da descrição.

Os processos comunicacionais observados no grupo não são isentos de conflitos e de negociações sobre as regras que regem as interações. A próxima imagem representa um dos conflitos que, com certa frequência, aparecem no grupo.

Figura 22 - Negociações sobre divulgação dentro do grupo

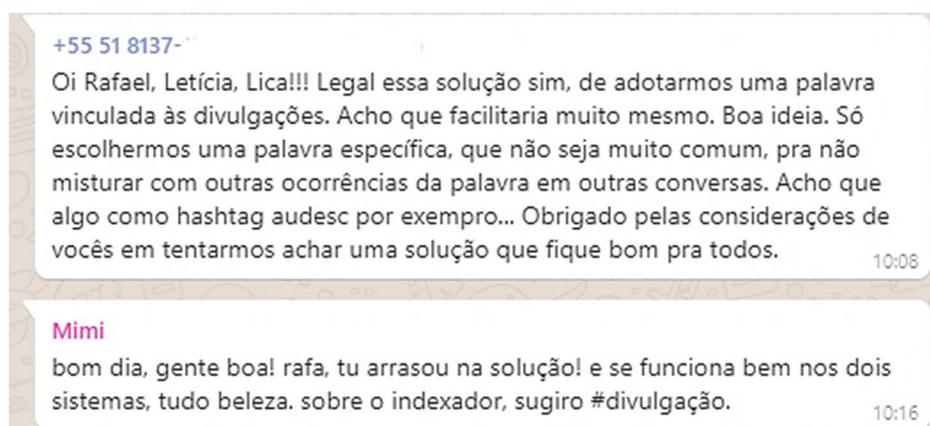


Fonte: Grupo *Interação com AD*, WhatsApp.

#Pracegover – na imagem vemos a tela do WhatsApp com mensagem de duas pessoas: Primeira mensagem: “Bah, não querendo ser chato, mas já sendo...comentários sobre filmes, eventos, notícias do pessoal da AD já deixam o grupo com um fluxo grande de mensagens. Acho que o espaço não serve pra bater papos. É impossível acompanhar o que realmente importa no meio de um monte de mensagens que não dizem respeito à finalidade do grupo. De repente seria uma boa criar um grupo pra bate papo...” segunda mensagem: “Tá certo, juliano! Da minha paetê está encerrado o bate papo”. Fim da descrição.

Neste caso específico, os integrantes procuraram em conjunto uma solução que fosse viável e agradável para a comunidade. Como solução, optaram por criar uma *hashtag* específica para identificar as mensagens relacionadas à divulgação de eventos, conforme exemplificado na postagem abaixo:

Figura 23 - #Divulgação

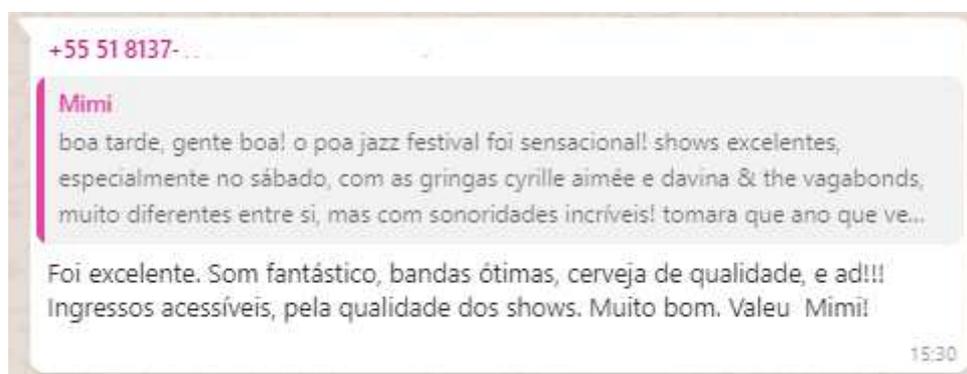


Fonte: Grupo *Interação com AD*, WhatsApp.

#Pracegover – na imagem vemos a tela do WhatsApp com mensagem de duas pessoas: Primeira mensagem: “Oi Rafael, Letícia, Lica!!!Legal essa solução sim, de adotarmos uma palavra vinculada às divulgações. Acho que facilita muito mesmo. Boa ideia. Só escolhermos uma palavra específica, que não seja muito comum, pra não misturar com outras ocorrências da palavra em outras conversas. Acho que algo como hashtag audesc por exemplo...Obrigado pelas considerações de vocês em tentarmos achar uma solução que fique bom pra todos.” Segunda mensagem: “bom dia, gente boa! Rafa, tu arrasou na solução! E se funciona bem nos dois sistemas, tudo beleza, sobre o indexador, sugiro #divulgação”. Fim da descrição.

Dentro dessa modalidade de análise, outra forma recorrente de uso do grupo *Interação com AD* são os relatos das experiências em relação aos eventos. Após cada espetáculo, tornou-se uma espécie de tradição o compartilhamento da vivência pessoal e das percepções em relação à apresentação, à qualidade da AD e às impressões sobre o local do evento, normalmente relacionando a questões envolvendo acessibilidade.

Figura 24 - Relato sobre espetáculo



Fonte: Grupo *Interação com AD*, WhatsApp.

#Pracegover – na imagem vemos a tela do WhatsApp com mensagem de duas pessoas: Primeira mensagem: “Boa tarde gente boa, o POA Jazz Festival foi sensacional! Shows excelentes, especialmente

no sábado, com as gringas Cyrille Aimée e Davina & The Vagabonds, muito diferentes entre si, mas com sonoridades incríveis! Tomara que ano que vem...” segunda mensagem: “foi excelente. Som fantástico, bandas ótimas, cerveja de qualidade e ad!!! Ingressos acessíveis, pela qualidade dos shows. Muito bom. Valeu Mimi!”. Fim da descrição

Esta modalidade de relato revela importantes percepções desses sujeitos em relação a um contexto no qual eles são os protagonistas. Aqui, a voz deles torna-se elemento essencial para gerar informações e, em um sistema de colaboração, auxiliar a construir ambientes acessíveis e adequados a suas particularidades. Em termos de cidadania, lembramos que na concepção apresentada por Cortina (2005) ela se constrói na cena democrática com base na autonomia, na ética e na participação ativa dos sujeitos nas relações considerando-se a cultura e os laços de pertença da comunidade.

Realmente o filme era bem paradinho, mas a AD ótima, muito clara, embora um pouco adiantada em relação ao filme. As vezes fazia a AD e depois as coisas aconteciam, mas não teve nada de sobreposição, a voz muito clara, a AD foi realmente muito boa (L. P, Grupo Interação com AD, WhatsApp).

O uso da rede social WhatsApp, por meio do grupo *Interação com AD*, parece colaborar para a construção desses laços de pertença e de um espaço democrático no qual esses sujeitos se sentem à vontade para expressar suas opiniões e experiências.

5.2 Os sujeitos comunicantes: trajetórias comunicacionais, midiáticas inter-relações com o grupo *Interação com AD*

Como explicitarei no capítulo 2.5.2, a partir das entrevistas com quatro sujeitos comunicantes cegos participantes do grupo *Interação com AD* no WhatsApp, pude identificar elementos importantes relacionados a sua trajetória de vida e relativa a deficiência visual, usos e apropriações comunicacionais e elementos para pensar a questão da cidadania, como descrevo a seguir.

5.2.1 Jenifer

O pseudônimo Jenifer representa a pessoa que, de certa forma, me inspirou a realizar esta pesquisa. Ela é a amiga citada no capítulo introdutório desta dissertação, a qual eu acompanhei o processo de perda de visão. Essa experiência me tirou da zona de conforto e me fez refletir sobre os problemas de ordem social e política enfrentados pelas pessoas com deficiência visual.

Jenifer tem 42 anos, nasceu em Porto Alegre/RS, cidade onde reside atualmente junto com seu noivo, que também é cego. Não possui formação acadêmica, terminou o ensino médio e trabalhou em diferentes empregos, normalmente na área administrativa. Desde que perdeu a visão, aos 30 anos, não exerceu nenhuma atividade laboral formalizada; eventualmente realiza alguns trabalhos como modelo, mas sua fonte de renda principal é proveniente do Benefício de Prestação Continuada (BPC)²⁸, que consiste em um salário mínimo fornecido mensalmente pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS. Atualmente, dedica seu tempo a realizar cursos e à militância pela causa das pessoas com deficiência, em especial às mulheres cegas.

Para o CENSO 2010, embora ela não se recorde de ter respondido, diz que dentre as categorias existentes, se enquadra em "não consegue de modo algum", já que sua cegueira é considerada total. A perda da visão aconteceu aos 30 anos, seqüela gerada pela doença meningite. Na época ela estava grávida de 8 meses de seu segundo filho e foi necessário antecipar o parto para possibilitar o início do tratamento. A criança nasceu saudável; no entanto, Jenifer tem poucas lembranças da fisionomia do bebê, já que dias depois do nascimento sua situação piorou, ela passou um mês em coma e quando retornou já estava cega.

O período de adaptação à nova condição de vida foi árduo, conforme relata. O fato de não ter nenhuma referência ou conhecimento sobre a cegueira dificultou o processo. Foi após ter ouvido uma propaganda na TV sobre um curso de capacitação direcionado para PDV que as coisas foram mudando. Ela realizou esse curso na ONG Rumo Norte, instituição que oferece capacitações gratuitas ou de baixo custo para pessoas com deficiência visual. Jenifer realizou diversos cursos nessa ONG, conheceu outras pessoas que estavam na mesma situação e, aos poucos, foi se envolvendo cada vez mais com a causa. Foi nesse local que realizou o curso de leitura em braile, embora afirme que não costuma e não gosta de utilizar esse recurso.

Frequentemente se locomove sozinha, inclusive em viagens dentro e fora do Estado. Para auxiliar nesse processo, utiliza bengala e óculos escuros que identificam a sua condição para as demais pessoas. Também usa aplicativos, como o *Google Maps*, para auxiliar na locomoção, principalmente quando vai em algum local pela primeira vez ou quando não se recorda do caminho. Mesmo com a ajuda da tecnologia, na maioria das vezes ainda precisa de ajuda de pessoas videntes para atividades que necessitam de referências visuais, tais como embarcar em um ônibus ou ler algum letreiro de identificação. O mesmo ocorre dentro do ônibus, para saber qual o ponto deve desembarcar, conta com a ajuda de outras pessoas,

²⁸ O Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. Fonte: <https://www.inss.gov.br/tag/pessoa-com-deficiencia/>. Acesso em:

normalmente do próprio motorista ou do cobrador. Para os trajetos diários, tais como ir de casa até o centro da cidade e vice-versa, ela desenvolveu um mapa mental pelo número de paradas e curvas que o ônibus faz.

Atualmente ela se considera uma ativista da causa das pessoas com deficiência, participa de palestras, eventos e frequenta espaços públicos para discutir melhorias nas condições de vida dessa parcela da população, em especial para as mulheres. Faz parte de dois grupos com esse viés. Um deles se chama *Inclusivas*, é formado por mulheres com diferentes deficiências, cujo objetivo é fomentar a discussão sobre políticas públicas para esse grupo e o outro com foco específico nas mulheres com deficiência visual é o *Movimento brasileiro de mulheres cegas e com baixa visão*. Em relação a esse último, ela ressalta a importância pessoal de fazer parte de um movimento que busca discutir as especificidades da deficiência visual para as mulheres, principalmente para aquelas que vivem em locais onde não há estrutura disponível para trabalhar a reabilitação e inclusão na sociedade após a perda da visão.

No ano de 2012 Jenifer foi candidata à vereadora na cidade de Porto Alegre e em 2014 candidata a deputada estadual, nas duas ocasiões levantando a bandeira de inclusão das pessoas com deficiência. Apesar de não ter obtido o número necessário de votos para a eleição, considera que as experiências foram construtivas para dar mais visibilidade a essa causa. Ressalta que essa visibilidade é importante, inclusive, para que a legislação que garante os direitos das pessoas com deficiência seja cumprida e respeitada. Para ela, uma das maneiras para mudar as condições adversas das PDV é que elas próprias sejam protagonistas da luta por seus direitos.

Até perder a visão, o meio de comunicação mais presente na vida de Jenifer foi a televisão, gostava de assistir principalmente novelas e filmes. Relata que quando ficou cega tentou continuar acompanhando esses programas, mas em função de não haver audiodescrição, ficava difícil entender o contexto, então acabou limitando o acesso apenas para o consumo de notícias. Nesse período o rádio tornou-se mais presente em sua rotina, ouvia praticamente todos os dias. Depois de algum tempo voltou a assistir filmes porque, segundo ela, percebeu que isso a ajudava no fortalecimento da memória visual. Ouvir as falas dos personagens era como um exercício que a fazia lembrar de objetos, cores e imagens, ela precisava construir a história contada e isso a auxiliou a construir um raciocínio lógico.

Atualmente o meio de comunicação mais utilizado por ela é a internet. Diariamente acessa *sites* de notícias, faz buscas por informações e troca mensagens em redes sociais, principalmente utilizando o *smartphone* modelo *iPhone 6*. Jenifer ressalta que gosta muito de

tirar fotos no celular, principalmente em eventos que participa e em viagens que realiza. Com o auxílio de uma pessoa vidente, ela tira a foto e depois faz a descrição da imagem para postar em sua página no *Facebook*. Possui um computador *notebook* de marca *Samsung*, mas só utiliza quando precisa digitar textos mais longos, nesse caso com o auxílio do software leitor JAWS. Os *ambientes digitais* e serviços mais acessados são Youtube, Facebook, E-mail e Google, este último para pesquisas de eventos, congressos e demais informações que necessita pontualmente. A televisão é pouco utilizada, apenas para assistir alguns filmes quando está acompanhada dos filhos.

Jenifer relata que quando está navegando em um *site* e encontra alguma barreira visual que não é possível ser acessada por meio do *software* leitor, como imagens ou *links*, normalmente busca auxílio de pessoas videntes. No entanto, quando se trata de alguma página com conteúdo destinado a pessoas com deficiência visual, costuma entrar em contato com os responsáveis pelo *site* e informar sobre o ocorrido. Disse que essa é uma prática comum, pois a responsabilidade de fornecer o acesso é da empresa/*site*.

Após terminar o curso de informática para pessoas com deficiência visual, encorajou-se a comprar um telefone celular para testar os recursos de acessibilidade. Conta que aprendeu a utilizar com ajuda de familiares e que colocava metas para o seu aprendizado, todos os dias buscando algo novo. Considera que a tecnologia é uma grande aliada das pessoas com deficiência. Como exemplo cita o aplicativo *Be My Eyes*²⁹ que utiliza quando está sozinha e precisa de auxílio para alguma atividade que necessita da visão, tal como diferenciar cores de roupas ou achar algum objeto.

Em relação ao aplicativo *WhatsApp*, relata que o utiliza diariamente tanto para se informar quanto para conversar trivialidades com amigos e familiares. Não tem preferência por mensagens em áudio ou texto, a não ser no caso de informações que contenham números de telefone ou endereços, nesse caso prefere texto pois considera que memoriza de forma mais eficaz com a voz da *Siri*, a assistente virtual do *iPhone*. Gosta de inserir e de receber os *emojis* disponibilizados pelo *WhatsApp*, citou alguns preferidos como os corações, as imagens de mulheres, de mãos unidas e de taças brindando. Em relação as outras figuras usualmente compartilhadas no aplicativo, tais como as montagens de fotos e *gifs*³⁰, explica que não utiliza,

²⁹ *Be My Eyes* é um aplicativo gratuito, disponível para o sistema android e iOS, cujo objetivo é ajudar pessoas cegas ou com visão limitada. Utilizando chamadas de vídeo, voluntários videntes dão auxílio visual para pessoas cegas, em situações que vão desde combinar cores até checar se as luzes estão acesas ou preparar o jantar. Fonte: <https://www.bemyeyes.com/language/portuguese-brazil>. Acesso em: março de 2019.

³⁰ Disponível em: <https://www.hostgator.com.br/blog/o-que-sao-gifs-e-como-usar/>. Acesso em: março de 2019.

pois o leitor não os reconhece. Nesse caso ele substitui o ícone por uma mensagem com a informação “figurinha”.

Sobre o grupo Interação com AD, Jenifer conta que conhece pessoalmente todos os administradores e por isso foi umas das primeiras participantes a serem incluídas. Utiliza a comunidade principalmente para se informar sobre os eventos com audiodescrição e combinar os encontros. Considera que o objetivo principal do grupo é fomentar a AD e levar o maior número de pessoas cegas para os espetáculos, mostrando dessa forma para a sociedade que as PDV também podem e querem frequentar esses espaços. Para ela, o grupo atua como mobilizador para reivindicar o direito de acesso a espaços culturais, algo que já está no papel, mas, infelizmente, ainda não é cumprido como deveria. Nos últimos meses não tem interagido com muita frequência no grupo, pois esteve envolvida em outros projetos que demandaram bastante tempo. De qualquer forma, está sempre atenta aos eventos divulgados pelos integrantes e, sempre que pode, comparece.

Jenifer sempre gostou de frequentar espaços culturais. Por isso, lembra claramente da primeira vez que teve contato com a audiodescrição. Foi em uma peça de teatro. Relata que ficou muito emocionada ao ouvir os detalhes da cena, a sensação foi de voltar a “enxergar”. Para ela a AD faz toda a diferença na experiência das pessoas com deficiência visual, ela é o elemento que completa a imagem que falta na cena. Devido a essa relevância da AD, Jenifer faz algumas ressalvas quanto aos roteiros criados por pessoas videntes ou com baixa visão. Ela reflete que embora possam ter ampla experiência técnica e conhecimento teórico sobre o assunto, a percepção deles é diferente da de uma pessoa cega. Como exemplo cita a sutileza necessária para que a descrição seja compreensível tanto pelas pessoas que perderam a visão quando por aquelas que nasceram cegas e não tem uma imagem mental formada de determinados objetos. Na sua opinião, um consultor cego teria essa percepção mais aguçada, portanto a descrição seria mais adequada ao contexto.

Outros fatores que ela considera importantes para que a AD tenha boa qualidade são a dicção do audiodescritor e a perspicácia dos momentos em que deve ser incluída a fala, procurando sempre o intervalo entre um som e outro. Acha importante ter um pouco de subjetividade para que a narração não fique “robotizada”. No entanto, em obras mais complexas, que envolvem elementos abstratos, ressalta a importância de que tudo seja detalhado para que a cena possa ser construída mentalmente pelo espectador. Jenifer procura frequentar espetáculos com AD pelo menos uma vez ao mês não só porque gosta, mas também por achar importante ter a presença do público com deficiência nesses locais.

5.2.2 Pedro

Pedro tem 41 anos, é formado em psicologia, nasceu em Porto Alegre/RS, cidade onde ainda reside. Aos 16 anos foi diagnosticado com um tumor no nervo ótico. Realizou algumas cirurgias que amenizaram os efeitos da doença, mas que não foram suficientes para curá-lo. Gradualmente a visão foi diminuindo até a perda total, aos 19 anos. Na época ele era músico, tocava em uma banda de pagode e participava ativamente de diversos *shows*. Pedro conta que a música foi o que o ajudou a superar essa fase difícil, pois nos momentos em que estava tocando se distraía e esquecia o que estava passando.

Outros fatores importantes apontados por ele foram o fato de sua mãe ser coordenadora de uma equipe em que havia cinco pessoas com deficiência visual e de seu tio, considerado por ele como um pai, na época ser casado com uma pessoa que trabalhava em um centro de reabilitação para cegos. Foram a essas experiências familiares, chamadas por ele de “coincidências” que ele atribui a sua rápida reabilitação. Um mês após perder a visão ele já lia em braile e andava sozinho com o auxílio da bengala. Mesmo assim, ressalta que o sentimento de tristeza na família foi muito forte. O tio chegou a dizer em certa ocasião que preferia vê-lo viciado em drogas do que cego. Essa fala ressalta como a figura do cego ainda é bastante estereotipada na sociedade, como se junto com a visão a pessoa também perdesse toda a autonomia e esperança de ter uma vida considerada “normal”.

Pedro reside com sua noiva, também cega, em um apartamento alugado no mesmo prédio em que mora sua mãe. Ganha em torno de 2 salários mínimos trabalhando como psicólogo no departamento de psicologia da Universidade Luterana do Brasil, mesma instituição onde se formou. Ele conta que durante a sua graduação, já cego, brigou bastante para que a universidade oferecesse recursos de acessibilidade tais como livros e impressora em braile. Ressalta que, por se tratar de um curso da área das ciências humanas, era muito difícil para uma pessoa cega, pois havia uma lista extensa de leituras que precisavam estar disponíveis em braile. Na época a universidade não disponibilizava quase nenhum livro nesse formato. A julgar pelo despreparo em atender estudantes com particularidades e necessidades funcionais e à falta de acessibilidade nos locais que são referência de ensino, é possível imaginar que em outros setores sociais a situação é ainda pior e que há muito trabalho e lutas para que os direitos das pessoas com deficiência sejam realizados.

Durante a semana, a rotina de Pedro se divide entre o trabalho e a participação como integrante na banda da igreja, onde toca violão. Sai de casa bem cedo, um pouco antes das 7h, pois precisa pegar um ônibus e um trem para chegar ao trabalho que fica em outra cidade, na

região metropolitana de Porto Alegre. Em função disso, no final do dia normalmente chega muito cansado em casa e prefere não ter nenhuma atividade agendada, a não ser os ensaios com a banda da igreja que acontecem uma ou duas vezes na semana. Nos finais de semana costuma sair com sua noiva para encontrar amigos e familiares. Procuram frequentar eventos que ofereçam audiodescrição, embora esse não seja um pré-requisito ou um impeditivo para não irem em determinados locais.

Em relação ao ativismo envolvendo a causa das pessoas com deficiência, declara que nunca fez parte de nenhum partido político, clube ou associação representativa das PDV. Inclusive, faz ressalvas em relação a algumas organizações que prestam atendimento aos cegos. Como exemplo, citou desavenças que teve conhecimento entre dirigentes de ONGs de Porto Alegre. Para ele existe uma competição por *status* e uma preocupação em atender demandas que gerem maior visibilidade, mesmo que essas pautas não sejam tão relevantes para as PDV. Dessa forma, muitas vezes as reivindicações consideradas importantes, como a acessibilidade em locais públicos e a exigência de salários iguais entre cegos e videntes acabam ficando em segundo plano.

No que tange ao mercado de trabalho, Pedro considera que ainda existe muito preconceito e que as empresas ainda têm uma imagem das PDV como incapazes. Para exemplificar essa percepção, relatou uma experiência pessoal durante uma seleção de estágio para psicólogo. Na ocasião a pessoa que conduzia a entrevista já o conhecia, portanto sabia da deficiência. Ele passou por todo o processo seletivo e foi escolhido para preencher a vaga. No entanto, algum tempo depois a avaliadora confessou que, ao receber o currículo de Pedro e reconhecer de quem se tratava, duvidou da sua capacidade, inclusive levando essa questão a instâncias superiores da empresa antes mesmo da entrevista. Felizmente ele demonstrou não só estar apto, mas também ser o mais bem qualificado entre todos os outros candidatos que eram videntes.

Outro apontamento em relação ao mercado de trabalho foi o fato de as vagas destinadas para pessoas com deficiência apresentarem, na maioria das vezes, salários menores em relação aos videntes. Essas situações deixam claro a discriminação regular que essas pessoas sofrem e a necessidade intrínseca de estarem sempre provando que são capazes de desenvolver as atividades por mais simples que sejam.

No que se refere à *trajetória de usos e apropriações midiáticas*, Pedro diz que o meio de comunicação mais presente em sua vida foi o rádio. Por ser músico, sempre gostou bastante desse dispositivo. Praticamente não assiste TV, nem mesmo quando enxergava tinha esse

hábito. No apartamento onde mora atualmente não possui nenhum aparelho de televisão, diz que em breve pretende adquirir, mas não para ele e sim para que os amigos e familiares possam assistir quando o visitam, principalmente os filhos de sua noiva. Gosta de assistir filmes, mas somente no cinema, nesse caso com AD. Atualmente consome conteúdos no rádio e internet todos os dias, principalmente no *Youtube*, onde assiste *shows* das bandas que gosta. Conta que alguns *sites* ainda dificultam o acesso devido a *links* e imagens que não são audiodescritos ou que não conseguem ser acessados pelos *softwares* leitores.

Em relação *ao uso do computador*, conta que aprendeu a utilizar sozinho, com dicas de um colega que também tem deficiência visual. Possui um *notebook* marca *Dell* que utiliza com a assistência do software leitor de tela MVDA. Possui perfil na rede social *Facebook*, mas ressalta que tem acessado cada vez menos em função de não ter tanto tempo livre para isso. Já o *WhatsApp* utiliza diariamente, tanto para trocar mensagens relacionadas ao trabalho quanto para falar com amigos e familiares.

Tem preferência por navegar na internet utilizando seu celular, modelo *Iphone SE*, considera que esse é o dispositivo mais adequado para os cegos por oferecer acessibilidade já nas configurações de fábrica. Em relação à troca de mensagens, não tem predileção por receber em formato de áudio ou texto, utiliza os dois dependendo do local ou da situação em que está. Se está em um ambiente com muito barulho, por exemplo, prefere digitar o texto. Utiliza regularmente os *emojis* disponibilizados no *WhatsApp*, inclusive em substituição a textos.

Em relação ao grupo *Interação com AD*, Pedro foi um dos criadores e é um dos administradores da comunidade. A ideia de formar o grupo virtual surgiu para que pudessem divulgar os eventos com AD ao maior número de pessoas. Ele relata que com o tempo alguns administradores foram saindo em função de desavenças com outras pessoas que foram incluídas posteriormente. Pedro destaca que não houve brigas, apenas um desconforto desses sujeitos que não se sentiam à vontade em estar no mesmo grupo com outros. Nesse momento percebo que ele não se sente confortável em detalhar essa situação.

Em relação ao objetivo de divulgar a audiodescrição, Pedro avalia que o grupo cumpre bem esse papel, mas que as mobilizações surtem maior efeito para eventos considerados grandiosos, de “mais *glamour*”, como o Festival de Cinema de Gramado, por exemplo. Atualmente ele não consegue acompanhar todas as pautas do grupo em função da rotina pesada de trabalho, mas sempre que pode procura se atualizar dos assuntos, principalmente quando identifica que houve uma grande movimentação de conversas em um mesmo dia.

Sobre a *audiodescrição*, Pedro salienta que a importância dela vai além da utilização em filmes e espetáculos culturais. No seu entendimento, a AD é uma peça fundamental para a acessibilidade das PDV. Cita como exemplo a carência dela em eventos acadêmicos onde, normalmente, há uma preocupação por parte dos organizadores em tornar o ambiente físico acessível, mas um esquecimento de que os cegos precisam também “enxergar” o que está sendo demonstrado pelos palestrantes, como *banners* ou apresentações multimídias.

Em relação à experiência sensorial com a AD, o entendimento de Pedro é que ela não deve interferir na obra, o mais importante para ele é que o audiodescritor consiga traduzir os fatos importantes para que o espetáculo seja compreensível. Ao mesmo tempo, pensa ser impossível uma atitude totalmente neutra por parte desses profissionais, visto que eles também são influenciados pelas cenas e dessa forma a descrição sempre vem com uma carga de emoção pessoal, às vezes isso é percebido pela entonação da voz ou pelas palavras escolhidas. Essa fala vai ao encontro de nossa discussão teórica a respeito da semiótica e da percepção de que nenhum enunciado é neutro, já que expressa não apenas a mensagem em si, mas também a experiência de quem os enuncia. Em relação à legislação envolvendo a audiodescrição, Pedro diz saber que existem leis no Brasil envolvendo esse tema, porém não soube mencionar detalhes sobre elas.

5.2.3 Evandro

Evandro tem 45 anos, nasceu em Florianópolis/SC, mas mora em Porto Alegre desde os 10 anos de idade. Vive com sua mãe e sua irmã, o pai também residia junto até falecer em 2016. Possui duas graduações, sendo uma delas em História e outra em Geografia. Também iniciou o curso de medicina veterinária, mas não o concluiu. A perda da visão aconteceu aos 35 anos devido a uma meningite. Na época ele era professor concursado no Estado do Rio Grande do Sul e dava aulas para turmas de ensino fundamental e médio em duas escolas diferentes.

Após perder a visão, Evandro decidiu se aposentar por invalidez. Atualmente recebe um pouco mais do que 2 salários mínimos. Ele ressalta que essa decisão foi tomada após refletir bastante sobre as vantagens e desvantagens de continuar trabalhando como professor com todas as dificuldades que surgiram com a nova condição. Um dos fatores que pesou bastante foi a questão da segurança. Ele confessa que não se sente à vontade andando sozinho em locais que não conhece, tanto por medo de roubos quanto pela falta de acessibilidade nas ruas. Contou que já foi assaltado duas vezes desde que perdeu a visão, o que o deixou de certa forma traumatizado.

A precariedade das calçadas, a falta de sinalização para orientar as pessoas com deficiência e a falta de educação de alguns videntes são outros pontos importantes que o deixam receoso ao andar sozinho. Mesmo movendo-se com o auxílio da bengala, às vezes é difícil desviar de alguns obstáculos. Evandro conta, inclusive, que já caiu algumas vezes na rua em função de buracos ou desníveis nas calçadas, resultando em duas bengalas quebradas. Também relata que é frequente as pessoas esbarrarem nele, principalmente no centro da cidade onde a quantidade de pedestres é maior.

Atualmente sua rotina está dividida entre os cursos que realiza na Organização Não Governamental Rumo Norte e as atividades envolvendo a equipe de natação da qual faz parte. Em relação a essa última, Evandro explica que o grupo é pequeno, em torno de 8 integrantes, faz parte do clube Grêmio Náutico União e é composto somente por pessoas com deficiência. Os treinos oficiais acontecem duas vezes na semana, mas ele costuma ir mais vezes para nadar por conta própria, sempre que pode. Frequentemente participam de competições, tanto estaduais quanto nacionais.

Evandro relata que quando perdeu a visão não tinha nenhum conhecimento sobre a cegueira, tampouco sobre questões relacionadas à acessibilidade, o que tornou o processo bastante doloroso. Confessa que não conseguia pensar na possibilidade de uma pessoa cega ter autonomia e, na sua imaginação, a partir dessa nova condição ele não conseguiria fazer mais nada além de ficar em casa deitado no sofá. Passado um tempo, começou a pesquisar sobre escolas e atividades para cegos.

O primeiro curso em que se matriculou ensinava a manusear o computador utilizando os *softwares* leitores de tela; posteriormente realizou outros com temáticas diversas, incluindo o de leitura em braile, embora ele não se considere alfabetizado nesse meio; Acredita que com a inserção da tecnologia, o braile está caindo em desuso. Também iniciou o processo de atendimento psicoterápico, oferecido gratuitamente pela ONG Rumo Norte. Evandro conta que a terapia o ajudou bastante a passar pela fase difícil de ambientação com a nova condição. Contudo, é enfático ao dizer que, embora hoje ele tenha autonomia, se divirta e viva uma vida considerada “normal”, ele não aceita e nunca aceitará a condição de cego. Sente falta de dirigir, de enxergar as pessoas e lamenta muito não ter tido a possibilidade de visualizar o rosto de seus sobrinhos que nasceram após ele perder a visão. Neste momento percebo que, diferente dos outros entrevistados nesta pesquisa que aparentemente demonstram estarem bem resolvidos com a condição de cegos, Evandro demonstra desconforto e uma certa revolta.

Em relação à atuação política, ele conta que por participar de diferentes grupos de PDV, tem conhecimento sobre a legislação envolvendo esse público. No entanto, nunca fez parte de nenhum movimento relacionado à causa, disse que nunca se interessou por política e pensa que nesse momento atual do Brasil está ainda mais complicado, visto que as polaridades estão cada vez mais acirradas. Em uma ocasião acompanhou uma amiga, também cega, a uma reunião de uma comissão que tinha como objetivo discutir pautas relacionadas à acessibilidade. A impressão que teve foi de que as pessoas presentes estavam mais preocupadas em obter vantagens próprias, tais como benefícios financeiros oriundos das políticas públicas, do que o comprometimento com causas de impacto social mais abrangente.

No que tange à trajetória envolvendo os usos e apropriações midiáticos, relata que a televisão e o rádio sempre foram os meios de comunicação mais presentes na sua vida. Gosta de assistir principalmente novelas, hábito diário que cultivava desde quando enxergava, e alguns programas educativos no canal TV Escola, particularmente aqueles que oferecem o recurso de AD. Após perder a visão também incluiu a internet na rotina, a qual acessa diariamente utilizando seu *smartphone* modelo Samsung J5. Planeja adquirir um *iPhone*, considerado por ele o melhor dispositivo para os cegos em função da acessibilidade, mas nesse momento acha que o valor é muito alto.

Para acessar os ambientes digitais por meio do seu computador, da marca HP, utiliza o auxílio do software leitor *Jaws*. Todavia, Evandro salienta que, mesmo com a ajuda dessa ferramenta, em muitos *sites* a navegação torna-se difícil em função de frequentemente encontrar barreiras informativas, tais como imagens e *links*. Possui perfil na rede social *Facebook*, mas confessa que tem acessado cada vez menos essa plataforma por achar que os assuntos estão muito concentrados em política. Na sua opinião essa comunidade está ficando cada vez mais “chata”. Em função disso, ele dificilmente compartilha ou posta mensagens, seu uso está cada vez mais restrito à coleta de informações sobre eventos.

No que tange ao WhatsApp sua relação é bem diferente, costuma utilizar diariamente essa rede social. Participa de diversos grupos com temáticas diferentes, mas com o mesmo objetivo: conversar e trocar informações. Alguns deles são compostos apenas por pessoas com deficiência visual. Neste caso, regularmente usam esse canal para divulgar e discutir questões relacionadas à deficiência, tais como modificações na legislação, abaixo assinados ou notícias envolvendo acessibilidade.

Nos grupos em que a maioria dos integrantes são videntes, Evandro confessa que sente dificuldade de participar, pois nesses casos o uso de imagens e *Gifs* é muito mais frequente e o

sistema leitor de telas do celular não as reconhece. Lembra de uma ocasião em que saiu de um grupo no qual ele era o único cego, pois os participantes compartilhavam muitas mensagens contendo imagens, fotos e figuras, o que dificultava o seu entendimento e a consequente participação nas conversas. Ao mesmo tempo, ele afirma gostar bastante de utilizar os *emojis* disponíveis no WhatsApp, inclusive em substituição a palavras e frases, diz que a comunicação se torna mais fácil e fluida dessa forma.

Sobre o grupo interação com AD, Evandro não recorda quem o convidou a participar, mas disse que já faz parte há pelo menos 1 ano. Para ele a finalidade dessa comunidade é divulgar os eventos com audiodescrição e incentivar as pessoas a participarem deles. Acredita que o grupo cumpre bem esses objetivos, contudo, ressalta que no seu entendimento os eventos poderiam ter mais quórum e sente que as pessoas cegas deveriam se unir mais para reivindicar a expansão da AD.

Neste período em que acompanhei o grupo, identifiquei que Evandro é um dos integrantes mais participativos e um dos mais questionadores. Costuma dar longos relatos sobre suas experiências após os eventos, muitas vezes com críticas em relação à acessibilidade do local, ao filme ou a própria audiodescrição. Também costuma emitir opiniões sobre outros temas, normalmente enviando vários áudios. Quando mencionei esse fato durante a nossa entrevista, ele justificou afirmando que se considera uma pessoa “muito sincera”, por vezes polêmica, que “fala o que pensa”. A relação dele com os integrantes do grupo vai além das interações digitais. Frequentemente participa de encontros presenciais, normalmente ligados a algum espetáculo com AD e que acabam se estendendo para almoços, jantares ou confraternizações em bares.

Evandro gosta bastante de ir ao cinema, mas ressalta que esse hábito surgiu após perder a visão, momento em que começou a frequentar eventos com AD. Sempre que tem disponibilidade procura participar das sessões divulgadas no grupo *Interação com AD*. Quando tem vontade de assistir algum filme que não possui o recurso de audiodescrição, como acontece com a maioria das obras exibidas em cinemas comerciais, procura ir às sessões que oferecem a versão dublada. Nesse caso, é comum o entendimento de algumas cenas ficar comprometido, considerando que as obras utilizam bastante o recurso imagético.

Considera que o mais importante para ter uma boa audiodescrição é a dicção e a clareza das informações transmitidas pelo profissional audiodescritor. Quando questionado sobre a importância da técnica envolvida no processo ressaltou que a AD não precisa ser totalmente

objetiva, um pouco de subjetividade é positivo, desde que não haja a interferência direta do audiodescritor, tais como opiniões sobre a cena.

5.2.4 Ricardo

Ricardo é o pseudônimo do único dos entrevistados que possui algum resquício de visão. Pela classificação médica, atualmente ele detém cerca de 10% da visão, enxerga alguns vultos e contornos de imagens cujas qualidades variam dependendo da luminosidade do local em que está. Embora socialmente ele possa ser considerado cego, visto que necessita das mesmas ferramentas de inclusão tais como instrução em Braille, bengala e *softwares* de leitura de textos, ele se classifica como uma pessoa com baixa visão.

A perda da visão aconteceu progressivamente, resultado de uma doença chamada retinose pigmentar, diagnosticada quando ele ainda era criança. Hoje, aos 39 anos, ele se diz bem resolvido com a sua condição, leva uma vida com bastante autonomia e necessita de ajuda de videntes para poucas atividades. Ricardo nasceu na cidade de Viamão, mas atualmente mora em Porto Alegre/RS com sua esposa e seu filho de oito anos, ambos videntes. É graduado em psicologia pela universidade La Salle, possui duas pós-graduações, sendo uma em Clínica Psicanalítica e outra em Neurociência.

Ricardo foi um dos primeiros alunos com deficiência visual a frequentar essa faculdade que já tinha uma vasta experiência no atendimento a alunos surdos. Conta que durante a graduação auxiliava e orientava os professores e coordenadores sobre a forma mais adequada de disponibilizar os materiais necessários para as aulas. Por se tratar de um curso que exige uma quantidade extensa de leitura, normalmente solicitava que os textos fossem escaneados e posteriormente enviados por e-mail, para que dessa maneira pudesse ter acesso com o auxílio do software leitor de tela.

A retinose pigmentar foi descoberta quando ele tinha 06 anos de idade, em uma consulta de rotina com o médico oftalmologista que o acompanhava. Naquela época a deficiência visual era um assunto pouco discutido, não havia por exemplo divulgação sobre classificação e graus de deficiência. Em função disso, Ricardo não se recorda de ter havido um impacto emocional na sua família, pois a cegueira era algo considerado ainda distante da sua realidade. Foi quando começou a efetivamente perder a visão, aos 13 anos, que percebeu o que estava acontecendo. O primeiro impacto foi com a perda da visão noturna; posteriormente foi se expandindo para a visão de longe e depois a dificuldade tornou-se frequente para identificar objetos mais próximos.

Ricardo relata que o período escolar vivido durante o ensino médio foi a fase mais complicada. Para ele era muito difícil aceitar a perda da visão, tinha vergonha de falar sobre o assunto com colegas e professores, por isso tentava disfarçar a dificuldade de enxergar. Conta que quando chegava na escola parava em um telefone público próximo à entrada e fingia estar fazendo uma ligação ou então fazia uma pausa para amarrar os calçados, tudo isso para que pudesse ter tempo de analisar e reconhecer em qual grupo estavam os seus amigos. Em outra ocasião, solicitou ajuda a um professor, pois não conseguia identificar as letras no material distribuído. O professor ficou surpreso e inicialmente até desconfiou, já que ninguém na escola tinha conhecimento de sua dificuldade de enxergar.

Foi somente aos 29 anos que Ricardo aderiu ao uso da bengala para auxiliar na sua locomoção. O modelo utilizado por ele é o de cor verde, que identifica as pessoas com baixa visão. Nessa época a sua relação com a deficiência foi mudando, ele foi aos poucos aceitando sua condição e procurando formas de lidar com essa realidade. Realizou alguns cursos importantes para deixá-lo mais à vontade e seguro, tais como o de *Orientação e Mobilidade* e o de *leitura em braille*. Em relação a esse último relata que, embora considere o Braille um recurso fantástico, confessa ser muito cansativo ler nesse formato, costuma utilizar mais em caixas de remédio, para outras demandas prefere os *softwares* leitores ou aplicativos do celular. Atualmente vive uma rotina bem agitada, trabalha como psicólogo em uma clínica de psicoterapia próxima a sua casa, atua como consultor de audiodescrição e participa como palestrante em alguns eventos. Recebe em torno de 4 a 5 salários mínimos mensais.

Durante a entrevista, ele ressaltou várias vezes a importância de se observar as diferenças das classificações de deficiência visual, principalmente entre cegueira e baixa visão. Ser um indivíduo com deficiência visual não é o mesmo que ser cego e, para ele, é de suma importância frisar essa diferença para questões de identidade e sociabilidade desses sujeitos. Embora não exerça nenhuma atuação política formalizada, afirma que as questões envolvendo a baixa visão são hoje uma bandeira levantada por ele. Além de falar sobre isso nas palestras e nos eventos que participa, também possui uma página na rede social *Facebook* chamada *Coletivo Bengala Verde*, que discute questões envolvendo baixa visão. Lá disponibiliza vídeos e materiais, alguns de autoria própria, orientando sobre a temática. Também escreveu um capítulo de um livro sobre o tema em que conta um pouco sobre a sua trajetória de vida.

No que tange à sua trajetória de usos e apropriações midiáticas, relatou que o rádio e a televisão sempre foram os meios mais presente em sua vida. Cresceu no que ele chama de “*cultura da TV*”, na qual o aparelho estava sempre ligado em casa, independentemente de ter

ou não alguém assistindo. Relembra que os programas preferidos na infância eram o *Show da Xuxa*, *Mara Maravilha* e *Bozo*, além dos desenhos e novelas que normalmente assistia junto com sua mãe.

Quando casou e adquiriu sua própria casa, a TV perdeu o protagonismo para o rádio. O aparelho que ele possui na sala do apartamento está quase sempre ligado, normalmente sintonizado na estação *FM Cultura* ou então reproduzindo alguma das seleções de música que ele tem gravada em um *pendrive*. Ricardo diz ter uma cultura musical muito forte, gosta de tocar violão e possui muitos discos de vinil, herança de sua mãe. Atualmente, a televisão é utilizada principalmente para seu filho assistir desenhos ou então para reproduzir filmes no *Netflix* ou internet, nesse último caso ela é usada apenas como um monitor, conectada ao computador.

Ricardo gosta bastante de assistir filmes, embora não encontre tantas opções disponíveis com audiodescrição. Nesses casos, sua esposa o auxilia narrando algumas cenas. Em relação aos gêneros, tem preferência por biografias, dramas e suspenses. Relata que nessas categorias a possibilidade de analisar o perfil dos personagens é maior e, para um psicólogo, a obra fica mais interessante. Ultimamente tem buscado por filmes de origem espanhola, tanto por gostar da língua quanto da narrativa que é bem diferente dos vídeos americanos, por exemplo.

Em relação à internet, costuma acessar todos os dias, principalmente pelo seu *smartphone*, modelo iPhone 8, considerado por ele o melhor dispositivo em função da acessibilidade nata. Deu como exemplo o aplicativo de acessibilidade *VoiceOver*, que ele utiliza diariamente e que é nativo desse modelo de *smartphone*. O aplicativo é utilizado para ouvir mensagens, descrever imagens, além de oferecer suporte para *display* em braile.

Para as atividades acadêmicas, para redigir textos mais longos e para o controle da sua agenda de compromissos, feita no aplicativo de planilhas eletrônicas, *Excel*, Ricardo utiliza o computador *desktop*, nesse caso com o auxílio do software *JAWS*. Ele relata que não costuma acessar *sites* diversos, pois a maioria deles contém barreiras informativas que impossibilitam o acesso das pessoas com deficiência visual. Deu como exemplo os *captchas*³¹, utilizados em diversas páginas e que não são acessíveis nem mesmo com o auxílio dos *softwares* leitores de tela. Nesses casos ele precisa sempre da ajuda de uma pessoa vidente.

Os *sites* mais acessados por ele são o *SciELO* para pesquisas acadêmicas e o *Facebook* para interagir com os amigos e se atualizar sobre os eventos. Sobre essa rede social, confessa

³¹ CAPTCHA é um teste de desafio cognitivo, utilizado como ferramenta anti-spam para acessar determinados sites. FONTE: <https://pt.wikipedia.org/wiki/CAPTCHA>

que tem postado cada vez menos mensagens em seu perfil pessoal e restringido os assuntos. Diz que antigamente postava com mais frequência, normalmente mensagens relacionadas ao contexto da deficiência. Hoje não percebe tanto sentido nas conversas, acredita que as discussões se tornaram muito superficiais; por isso, limita-se a compartilhar poesias e divulgar eventos, nesse caso utilizando a função própria do *Facebook* para isso.

Já a rede social *WhatsApp*, é utilizada diariamente, tanto para tratar de assuntos relacionados ao trabalho quanto conversar com amigos. Atualmente participa de cerca de 30 grupos, sendo 06 deles só da clínica em que trabalha. Não tem preferência em receber áudio ou texto. Ricardo é o único dos entrevistados que utiliza o *display* em Braille para digitar textos. Durante a entrevista ele fez demonstrações da usabilidade do aplicativo. Diz que já se acostumou a usar dessa forma, acha mais fácil, mas ressalta que para isso é necessário um conhecimento mais avançado do Braille.

Em relação ao *Grupo Interação com AD*, Ricardo integra a comunidade desde a criação. Conta que aconteceram alguns desentendimentos entre os primeiros administradores, que optaram por sair do grupo; por ele ser um dos integrantes mais antigos, acabou se tornando administrador. Considera que o objetivo principal do grupo é incentivar as pessoas a se apropriarem da arte, da experiência dos espetáculos, como parte da vida delas. Outro ponto importante seria o de afastar cada vez mais a ideia de “espetáculos especiais”, no sentido de se oferecer uma “sessão especial de cinema” para pessoas com deficiência. Na sua opinião, a terminologia *especial* é muito inespecífica e não representa o que de fato seria um espetáculo com audiodescrição.

Ricardo é um dos integrantes mais ativos no grupo, divulga eventos, notícias relacionadas ao universo da AD e da deficiência visual e frequentemente emite comentários relacionados a mensagens de outros integrantes. Também se mostra bastante solícito com os demais, orientando e respondendo dúvidas quando surgem. Assim como Evandro, sua relação com os integrantes se estende para além do virtual, sempre que existe disponibilidade ele participa dos encontros presenciais, normalmente agendados para antes ou após os espetáculos.

No que tange à relação com a audiodescrição e a cidadania comunicativa, como profissional da área, Ricardo procura difundir a AD como algo natural, uma ponte para a arte e, de certa forma, para a cidadania, no sentido de que possibilita com que PDV e videntes estejam lado a lado, experienciando o mesmo espetáculo. Para ele, o grupo *Interação com AD* auxilia na construção dessas interações, transcendendo o campo digital.

Além de espetáculos no cinema, teatro e shows, ele também costuma assistir filmes com AD na internet e no *Netflix*, embora ressalte que nesse espaço não existem muitas opções nesse formato. Compartilho com a sua visão de que a subjetividade é inevitável durante o processo de audiodescrever, pois, a AD, é uma forma de tradução intersemiótica. Ricardo se mostra totalmente contra a ideia de desenvolver um tipo de audiodescrição automatizada. Para ele, ela precisa ser técnica, respeitar a obra e necessita de profissionais com conhecimento e formação, mas também deve ser subjetiva no sentido de ter sensibilidade, de entender que a mensagem está sendo transmitida para pessoas e não para máquinas. Ressalta que existem muitos “aventureiros” nesse mercado, pessoas que não tem experiência e traduzem filmes, por exemplo do inglês para o português, sem se preocupar em adequar à cultura local. Outro ponto importante é a necessidade de sempre haver a consultoria de uma pessoa com deficiência.

Uma reflexão interessante apresentada por ele foi em relação à diferença entre os termos “inclusão” e “acessibilidade”. Ricardo diz que prefere utilizar o segundo, pois acredita que é mais adequado quando relacionamos com a autonomia das pessoas com deficiência. Nesse sentido, a acessibilidade é o que proporciona a possibilidade desses sujeitos estarem no mesmo local que outros sem deficiência, participando da mesma atividade. Já a “inclusão” remete a uma ideia de hierarquia, no sentido de precisar estar incluído em alguma ação, como se a pessoa não fizesse parte do grupo ou da atividade em questão. Seria um tipo de permissão para participar de um mundo que não é o seu.

A discussão vai ao encontro do que propõe Cortina (2005) quando reforça a importância do pertencimento e do reconhecimento da cultura para a construção da cidadania. Nesse contexto, a ideia de ser incluído perpassa necessariamente pela exclusão que, de certa forma permanece latente. Um exemplo interessante citado por Ricardo foi a participação no *Festival de Cinema de Gramado*, que tradicionalmente apresenta filmes com audiodescrição e atrai muitas PDV. Na última edição, ele e o grupo com mais de 50 cegos foram ovacionados ao acessar o local onde os filmes seriam exibidos. Ao passarem pelo tapete vermelho, posicionado em frente ao local, os videntes iniciaram uma série de aplausos e gritos de incentivo, assim como acontece normalmente quando chega algum artista conhecido. O que para muitas pessoas inclusive participantes desse grupo de cegos poderia ser interpretado como uma ação positiva, para Ricardo foi como se ele fizesse parte de uma atração de circo, uma aberração. Como se o fato de possuírem uma deficiência os transformasse em pessoas “especiais”.

Na concepção dele, o grupo *Interação com AD* ajuda a quebrar esses paradigmas hegemônicos e reforça o objetivo principal que é o de pessoas comuns, porém com

particularidades específicas, frequentarem espaços culturais. Nesse sentido, é a *acessibilidade* e não a *inclusão* que possibilitaria esse acontecimento. Durante nossa entrevista ele fez críticas a algumas instituições que atendem PcD e que, na sua percepção, trabalham com essa ideia de inclusão, mas sem o objetivo de tornar os sujeitos independentes. Relatou inclusive alguns conflitos pessoais que teve com um dirigente de uma importante associação por divergências de pensamentos relacionados a essa questão.

Uma das formas que Ricardo encontrou para colocar em prática essas convicções é atuar como consultor em acessibilidade, atividade que ele desenvolve esporadicamente, principalmente em locais que sediam eventos para PDV, tais como cinemas e teatros. Com esse trabalho ele orienta os profissionais envolvidos na atividade sobre como auxiliar na condução das pessoas cegas, a forma mais adequada de guiá-los, sem puxar o braço, sem infantilizá-los utilizando expressões como “ceguinho”, por exemplo.

5.3 Análise

A imersão empírica no grupo de WhatsApp, *Interação com AD*, juntamente com as entrevistas em profundidade realizadas com quatro sujeitos comunicantes cegos, permitiu investigar alguns aspectos da sua trajetória, os sentidos por eles atribuídos à audiodescrição e à cidadania, suas inserções e reivindicações em espaços públicos e culturais e as formas como interagem e utilizam as mídias, sobretudo as redes sociais digitais.

Em relação à trajetória de vida envolvendo a cegueira, os entrevistados têm em comum o fato de terem nascido videntes e perdido a visão em função de enfermidades. Embora cada uma das experiências tenha sido em contextos, idades e momentos de vida diferentes, todos relataram dificuldades e experiências de sofrimento envolvendo a adaptação à nova condição. Alguns pontos são semelhantes nos relatos, tais como a dificuldade encontrada em relação à falta de acessibilidade, tanto no ambiente físico quanto nos meios de comunicação.

Para Jenifer e Evandro há ainda o agravante de não terem tido tempo de se preparar para este momento, já que a perda da visão aconteceu repentinamente. Nenhum deles ou de seus familiares tinham referências ou conhecimentos sobre questões envolvendo a deficiência visual, o que parece ter tornado esse processo mais doloroso. Para Evandro e Pedro o processo foi gradual, o que não exclui ou diminui o sofrimento envolvido, mas houve tempo para uma preparação, tanto deles quanto das pessoas próximas.

Um fato interessante destacado por todos os sujeitos entrevistados foi a importância dos ambientes e espaços destinados a pessoas cegas para facilitar a aceitação da nova condição e o

desenvolvimento de competências importantes para vivenciá-la com maior autonomia, inclusive vinculadas à cultura e à comunicação. Os cursos de capacitação e desenvolvimento oferecidos, principalmente por ONGs, foram essenciais na trajetória de todos eles. No entanto, é interessante analisar que, ao mesmo tempo em que ressaltam a importância dessas instituições, todos emitiram críticas relacionadas à postura de alguns de seus dirigentes, à atuação efetiva no que tange à defesa dos direitos das PcD e à forma de atendimento, muitas vezes focado no assistencialismo em detrimento da capacitação. Tal fato demonstra a existência de um pensamento crítico e uma preocupação relacionada com a forma como a sociedade, neste caso representada pelas instituições não governamentais, apresentam a realidade social do cego, e a maneira como essa construção incide nas demandas e necessidades desses sujeitos.

O fato de todos eles viverem uma rotina com bastante autonomia trabalhando, estudando e desenvolvendo múltiplas atividades vai de encontro ao imaginário do senso comum em relação à figura do cego como um sujeito incapaz, que necessita de auxílio e supervisão permanente de um vidente. Essa não é mais a realidade deles, sobretudo após o avanço da tecnologia e dos diversos dispositivos de acessibilidade trazidos com ela, fato positivo destacado por todos os sujeitos entrevistados. No entanto, não se pode negar que as PDV ainda vivem à margem dos videntes, uma vez que o desenvolvimento de produtos comunicacionais e bens culturais é pensado, predominantemente, para este último grupo.

Na condição de pessoa vidente e profissional de comunicação, minha percepção durante a construção desta pesquisa, sobretudo ouvindo os relatos das entrevistas, é de que ainda nos falta, como sociedade, uma reflexão sobre as diferenças na forma com que as pessoas com deficiência visual e os videntes percebem e constroem o mundo, não apenas pelas distintas subjetividades, mas também por razões de sua estrutura sensorial. Alguns exemplos trazidos pelos entrevistados, tais como a dificuldade de acessibilidade nos ambientes acadêmicos, a necessidade de luta constante pelo reconhecimento profissional ou, no caso de Evandro, a desistência da carreira de professor pela falta de segurança, demonstram claramente o quanto ainda precisamos avançar na construção da cidadania desses sujeitos.

Em relação à trajetória de vinculação com as mídias, os quatro entrevistados apresentam similaridades na relação com os meios de comunicação. Com exceção de Pedro, todos eles relatam uma forte presença da TV em suas vidas durante o período em que enxergavam. Após perderem a visão essa relação sofre alterações, apenas Evandro permanece com o hábito de assistir televisão. A ausência de audiodescrição parece ser um fator limitador deste consumo, embora Jenifer tenha relatado voltar a assistir filmes justamente para exercitar a memória visual.

Outro ponto em comum foi o fato de o rádio ganhar maior destaque na condição de cegos, possivelmente pelo fato dessa mídia desenvolver uma comunicação calcada na oralidade, melhor adaptada a eles. É preciso levar em consideração que os quatro sujeitos entrevistados já foram videntes, portanto, conservam elementos vinculados a uma memória visual, o que pode facilitar a apropriação das mídias em certas dimensões.

No que tange à trajetória relacionada à atuação política e participação em espaços de ação e lutas em prol das PDV, todos apresentam algum tipo de vinculação, embora de maneiras distintas. Jenifer é a pessoa que atua de forma mais ativa, inclusive no campo político, reforçando em seu discurso a importância do protagonismo das PDV nesses cenários. Os demais, embora não se considerem ativistas, também exercem importantes ações de cunho reivindicatório dentro dos contextos em que estão inseridos. Essas atuações reforçam o posicionamento crítico dos sujeitos e auxiliam nas condições de ampliação da cidadania.

Trazendo essa análise para o grupo *Interação com AD*, podemos inferir que este cenário é propício para a articulação desses sujeitos que trazem, em suas discussões, além da experiência com a AD, outras vivências mediadoras envolvendo a condição de cegos. Todos os entrevistados reconhecem a importância do grupo neste contexto, embora suas atuações sejam diversas dentro da comunidade. Evandro e Ricardo participam mais ativamente, comentando e respondendo postagens de outros integrantes. Jenifer e Pedro atualmente interagem menos, no entanto participam com frequência dos eventos divulgados dentro do grupo.

A existência de contradições e conflitos entre integrantes, inclusive gerando a saída de alguns, demonstra que a comunidade atua de forma similar ao que acontece em ambientes presenciais, gerando redes de afinidades não sendo isenta de conflitos que podem estar relacionados, também, a relações de poder que não foram possíveis de aprofundar com os dados obtidos.

Em relação aos *usos e as apropriações que esses sujeitos realizam nos ambientes digitais*, é possível dizer que apresentam similaridades em relação àquelas realizadas por pessoas videntes. A diferença fundamental é que para eles é necessário adaptar-se a um contexto comunicacional que é hegemonicamente pensado para as pessoas que enxergam. O desenvolvimento dos diversos aplicativos de acessibilidade voltados as PDV facilita esse processo de inclusão e de criação de espaços de participação e de modos de relacionamento que transcendem o presencial. No entanto, é importante ressaltar que a tecnologia assistiva por si só não garante a acessibilidade. Para que um leitor de tela consiga descrever o conteúdo em um *site*, por exemplo, é necessário que a página seja projetada com essa possibilidade, incluindo

legendas ocultas nas imagens e botões clicáveis. Em relação a isso, todos os entrevistados relataram dificuldades de acesso a conteúdos visuais que os leitores não conseguem descrever.

Entendo que o grupo investigado, que se relaciona através do WhatsApp, pode ser pensado como uma comunidade de natureza digital e presencial, formada em torno de interesses relativos à condição cega e à audiodescrição. Durante as observações foi possível perceber que a AD é considerada por eles muito mais do que um simples recurso de acessibilidade. Trata-se de um modo de possibilitar uma experiência de visualidade e de inclusão. O fato de estarem inseridos em um ambiente que possibilita o acesso as mesmas informações que uma pessoa vidente reforça a autonomia dos sujeitos envolvidos.

A informação abre oportunidades para o exercício da cidadania, que nessa situação envolve a possibilidade de acesso a produtos culturais, como o cinema, teatro, a comunicação digital e televisiva. Nesse sentido, retomo a ideia de que uma perspectiva de cidadania renovada precisa contemplar tanto dimensões relacionadas ao contexto dos sujeitos e suas múltiplas heterogeneidades, quanto à forma como eles interagem entre si e com as suas comunidades.

O que pude constatar por meio das observações no grupo e das entrevistas com os sujeitos comunicantes cegos é que os usos e apropriações em práticas de produção, compartilhamento e competências comunicacionais dependem de uma série de fatores complexos, que incluem tanto questões externas envolvendo políticas públicas para garantir acessibilidade quanto a trajetória de vida vinculada à deficiência.

6 REFLEXÕES FINAIS

Observar as pessoas com deficiência visual enquanto sujeitos comunicantes no espaço digital e cultural nos convoca a estender os sentidos da cidadania comunicacional como processo em construção e que suscita transformações, ainda que sejam buscadas em espaços comunicacionais vigiados.

Quando me propus a realizar essa pesquisa, buscando uma aproximação com os sujeitos comunicantes cegos, antes da escolha de qualquer teoria ou metodologia, meu olhar já selecionava imagens, eventos e sentidos, procurando antes de tudo situar os processos comunicacionais desses sujeitos de forma comprometida e engajada com as suas realidades, contemplando as suas transformações sociais e também a minha auto formação, como pesquisadora e cidadã.

A busca por desenvolver uma pesquisa científica que incluísse as particularidades e as lutas históricas das pessoas com deficiência, de forma respeitosa e cidadã, exigiu uma vigilância epistemológica constante para que eu não caísse na tentação de reproduzir discursos de vitimização e pré-conceitos do senso comum envolvendo esse grupo de pessoas.

Nesse processo investigativo, a escrita como forma comunicativa muitas vezes não dava conta de traduzir todos as informações e os aprendizados colhidos durante as observações empíricas e os momentos teóricos. Foi preciso tempo, algo tão precioso e por vezes escasso na vida de uma pesquisadora. Tempo para assimilar, para se aproximar e se distanciar do objeto de pesquisa. Tempo para que houvesse a ruptura entre o olhar da ativista e da cientista. Tempo para entender todas essas modificações como um processo dialético envolvendo ciência e cidadania.

A reflexão em torno de *como se configuram as inter-relações de sujeitos cegos do contexto porto-alegrense com a audiodescrição a partir das apropriações da rede Social WhatsApp na perspectiva da cidadania comunicativa* me provocou a direcionar o processo de investigação guiado por perspectivas transmetodológicas, observando o objeto de pesquisa sob diversos ângulos, teóricos e metodológicos, procurando sempre um olhar aberto, mas consciente e fora do empirismo ingênuo (MALDONADO, 2008).

Nesse sentido, o objeto de referência foi sendo construído pela elaboração de um conjunto de movimentos que incluíram: pesquisa da pesquisa, contextualização, explorações empíricas e estudos teóricos. Esse processo possibilitou que diversos saberes ampliassem a perspectiva de análise, perpassando o campo da comunicação e os estudos relacionados à cidadania.

No movimento investigativo de pesquisa da pesquisa, foi possível refletir sobre as metodologias e teorias abordadas envolvendo a temática de interesse nesta dissertação. Essa movimentação foi muito importante para que eu pudesse visualizar de forma sistêmica o cenário investigado, assim como traçar estratégias de abordagens relacionadas ao objeto de pesquisa. Parto do entendimento de que toda pesquisa científica deve ser desenvolvida com o intuito de contribuir para os avanços investigativos no campo em que se situa. Sendo assim, a pesquisa da pesquisa é um movimento que resgata o esforço já realizado por outros pesquisadores e possibilita o seguimento da investigação partindo de subsídios já trazidos anteriormente.

A pesquisa teórica foi estruturada com base em diálogos entre diversos autores das Ciências Sociais, principalmente do campo da comunicação. Essa abordagem foi se desenvolvendo em consonância com as problematizações relacionadas às questões históricas e culturais das pessoas com deficiência, sobretudo com deficiência visual, apresentadas no capítulo de contextualização. Nesta fase da pesquisa, procurei resgatar a perspectiva dos sujeitos cegos e das lutas históricas pelo reconhecimento de seus direitos.

As investigações do contexto envolvendo as PcD foram essenciais para o desenvolvimento da dissertação. Foram elas que trouxeram referências para que eu pudesse abordar com maior propriedade algumas questões particulares desse grupo de pessoas, tais como os termos considerados mais adequados para designá-los (Pessoas com Deficiência), as siglas e nomenclaturas envolvendo também a audiodescrição e a compreensão da importância do lema “Nada sobre nós, sem nós”.

As observações do contexto histórico e atual demonstram que, embora haja legislação prevendo ações para o desenvolvimento e a garantia da cidadania das pessoas com deficiência, na prática ela não é efetiva no Brasil. O que vemos são os interesses privados se sobrepondo aos públicos, reforçando a invisibilidade social histórica desse grupo de pessoas. A falta de cumprimento dessas leis gera diversos problemas de ordem cultural e social para as PcD. O descaso das emissoras de TV em cumprir o que determina a legislação envolvendo a audiodescrição e a ausência de acessibilidade na maioria dos portais da internet são alguns exemplos da falta de respeito e da privação do direito pleno à cidadania a que essas pessoas estão expostas diariamente.

A fase exploratória da pesquisa, a partir de vivências nos eventos com audiodescrição e da participação no grupo de WhatsApp, serviu como norteadora para a elaboração de conceitos metodológicos e de abordagens relacionadas aos sujeitos selecionados para a fase de entrevista.

Esses movimentos possibilitaram a observação *in loco* das dinâmicas presentes nesses espaços, bem como a forma de interação entre os sujeitos comunicantes cegos e suas apropriações dos conteúdos midiáticos digitais. Foi possível constatar que, em relação aos sujeitos entrevistados durante a fase sistemática da pesquisa, o *ethos* midiático sofreu alterações após se tornarem cegos. Se antes a televisão era um dos dispositivos mais acessados para consumo de informações, após a perda da visão ela cede o protagonismo para o rádio e, posteriormente, para a internet e os dispositivos digitais, principalmente os *smartphones*.

Em consonância com os *smartphones*, observamos que as tecnologias assistivas têm beneficiado sobremaneira a inclusão das PcD, sobretudo no que tange ao campo digital. Estar inserido em um contexto comunicativo que possibilita o acesso a informações sem a necessidade de intermediários, nesse caso, sem o auxílio de pessoas videntes, reforça a autonomia desses sujeitos. O acesso a conteúdos relacionados a eventos com acessibilidade propicia a esses sujeitos informação e possibilidades de inclusão em espaços culturais que hegemonicamente são pensados para pessoas sem deficiência.

No entanto, conforme já discutido anteriormente, é preciso reforçar que a tecnologia por si só não resolve as questões envolvendo acessibilidade já que a maior parte dos dispositivos e canais de comunicação são desenvolvidos e projetados pelos videntes, que geralmente desconsideram as especificidades de uso para os sujeitos cegos. Para que possamos considerar o acesso plenamente inclusivo, é necessário que os projetos digitais sejam pensados com esse viés desde o início da sua criação. Após esse período de observação, considero que as tecnologias assistivas podem contribuir de maneira significativa para uma melhor inclusão social e promover a cidadania das pessoas com deficiência. Contudo, para que isso aconteça de forma eficiente e duradoura, é preciso o envolvimento de vários setores da sociedade, tanto na elaboração de normas que garantam esses direitos quanto na fiscalização e controle do cumprimento.

Em relação à rede social WhatsApp, a percepção é que ela tem possibilitado aos sujeitos cegos compartilharem, de um lugar da enunciação particularmente significativo, suas reivindicações. Nossas observações trazem elementos para pensar essa rede social como um canal rápido e eficaz para comunicação, oportunizando, por meio dos grupos como o *Interação com AD*, a facilidade de interação e o estreitamento de relações entre esses sujeitos que vivenciam a mesma particularidade. O grupo em questão parece desempenhar um papel que vai além de espaço mobilizador, no que se refere à divulgação da audiodescrição, operando como

uma comunidade em que os participantes discutem importantes questões envolvendo interesses coletivos.

Considerando a importância do processo de alteridade na construção da cidadania, a “luta pelo reconhecimento do outro”, proposta por Cortina (2005), identificamos nestas explorações que o compartilhamento de informações por meio do grupo, os diálogos e a mobilização em busca de uma sociedade mais justa e acessível neste caso, principalmente, por meio da audiodescrição, é uma forma de esses sujeitos construírem e exercerem seu papel de cidadãos.

Diante do contexto histórico e sociocultural dos cegos, é possível pensar que neste ambiente digital há elementos que sinalizam para um esforço de resistência por parte desses sujeitos, seja por meio de compartilhamento de ações envolvendo a audiodescrição, por manifestações em busca de seus direitos ou críticas a determinados acontecimentos envolvendo as pessoas com deficiência. Essas discussões sinalizam características de uma busca por cidadania comunicativa, no sentido de garantir a configuração e a existência do grupo no contexto virtual, embora eles não estejam restritos a esse espaço.

Nossas observações demonstram que as PcD apreenderam a importância do uso das redes sociais digitais em favor da construção de um domínio contra hegemônico em que as apropriações da internet têm sido realizadas de forma mais crítica e política, em prol do fortalecimento dos demais movimentos de luta e de resistência. Nesse contexto, as redes sociais digitais talvez sejam o lugar onde essas demandas possam ecoar, traduzindo o anseio de cada sujeito comunicante em estabelecer pactos de cidadania com os demais.

A ideia de esfera pública como arena onde um conjunto de pessoas historicamente privadas de participação na mídia hegemônica passa a construir, de maneira concreta, por meio de ações, de atuações e participações em mídia, a comunicação serve para entendermos os sujeitos cegos do tempo presente. De modo geral, é possível pensarmos também as PDV atuando em esfera pública, em suas ações e reivindicações por espaços culturais que os incluam, tanto por meio da AD quanto na dimensão física que possibilite o acesso de forma independente.

Essas leituras críticas dos processos comunicacionais digitais envolvendo os sujeitos cegos permitiram identificar que a rede social WhatsApp é também um espaço de circulação de uma cultura contra hegemônica e de ações políticas envolvendo as temáticas relacionadas as pessoas com deficiência. As participações configuram espaços comunicativos e interativos que potencializam suas atuações democráticas nas lutas por seus direitos, principalmente quando são dinamizadas com as mobilizações presenciais.

Em relação à audiodescrição, a julgar pelas observações no grupo de WhatsApp, nos eventos presenciais e pelos depoimentos colhidos na fase de entrevistas, ficou bastante evidente que ela é considerada muito mais do que um recurso de inclusão e acessibilidade. A AD é vista como uma porta para a cidadania no sentido de proporcionar a uma PDV um lugar equivalente a uma pessoa vidente quando experienciam juntos o mesmo espetáculo. Essa visão se justifica diante das diversas vezes em que presenciamos manifestações dentro do grupo *Interação com AD* defendendo, exigindo e divulgando a audiodescrição como um direito adquirido deste público.

Observando o histórico da audiodescrição no contexto brasileiro, é possível perceber que há um avanço em relação à disponibilização e à exigência desse recurso. A existência de uma legislação específica que garante a obrigatoriedade dela e o aumento no número de eventos culturais com AD são exemplos. No entanto, não podemos desconsiderar que isso acontece de forma bastante lenta e envolve vigilância constante para que os direitos adquiridos prevaleçam e sejam cumpridos.

Conforme nos alerta Bonito (2015), as lutas sociais, através de movimentos representativos ocorrem desde a década de 1970; contudo, 50 anos depois ainda não definimos a quantidade adequada de horas semanais com AD na programação de TV. Ou seja, a perspectiva de cidadania comunicativa destes sujeitos em termos de relação com as mídias depende de mudanças lentas e que afetam diretamente os sistemas de comunicação hegemônicos.

Observando o contexto histórico, considero que essas mudanças não acontecerão naturalmente. Será preciso o envolvimento dos movimentos sociais representativos para pleitear o avanço nas pautas envolvendo os direitos das PcD e para garantir o cumprimento daqueles que já estão acordados na lei. Além disso, penso que a participação das pessoas videntes nesta luta é essencial.

Partindo do entendimento que a deficiência historicamente sempre esteve presente no contexto social, compreendemos que ela é um desdobramento do modo como a sociedade se organiza. Dessa forma, considero que para o desenvolvimento pleno da acessibilidade comunicativa as pessoas cegas devem ser compreendidas como sujeitos de fato e de direito, das produções comunicacionais.

Nesse contexto em que a estrutura narrativa dos meios é hegemonicamente ancorada no visual, a audiodescrição atua como uma prática democrática, possibilitando o desenvolvimento da cidadania para os sujeitos comunicantes cegos. Dessa forma, além de exigir das corporações

midiáticas uma postura mais inclusiva devemos nós também, enquanto cidadãos, considerá-los como sujeitos comunicantes, permitindo-lhes um lugar que também é deles por direito. A cidadania comunicativa no contexto dos sujeitos cegos está pautada, também, por processos de reconhecimento e de respeito às suas particularidades o que inclui, entre outros aspectos, o acesso inclusivo e democrático à comunicação e a informação.

Retomando os pensamentos de Maturana e Varela (1995), o mundo que cada um vê é um mundo, e não *o mundo*. A nossa realidade é aquilo que construímos com os outros. Desse modo, se desejamos conviver, devemos sempre ter em mente que o nosso ponto de vista é resultado do nosso modo de “experienciar”, e por isso é tão válido quanto o do nosso interlocutor, mesmo que o dele por vezes nos pareça tão distante. Assim, nos orientar para uma reflexividade abrangente, que torne mais visível o invisível, é contribuir para que a experiência do outro, neste caso dos sujeitos comunicantes cegos, também tenha lugar, é construir um mundo em conjunto, mais justo e respeitoso.

Termino essa jornada de dois anos de pesquisa com a convicção de que a empatia e a alteridade são ingredientes fundamentais para a construção de saberes que desmistifiquem a ideia de uma ciência voltada exclusivamente para o lucro fundamentalista. Retomo as orientações da primeira premissa transmetodológica, de que as ações estratégicas dos pesquisadores devem estar dirigidas para o bem comum, considerando os seres humanos, a espécie e o mundo como elementos centrais de respeito. Nesse sentido, compactuo com a ideia de que o conhecimento científico não deve estar atrelado à lógica hegemônica e que os pesquisadores precisam estar ativamente conscientes de todas as implicações geradas pelos seus estudos, entendendo como ele se relaciona e lida com o mundo para, então, e a partir disso, co-construir novas e importantes possibilidades acadêmicas e sociais.

REFERÊNCIAS

ADERALDO, Marisa Ferreira et al (Org.). *Pesquisas teóricas e aplicadas em audiodescrição*. Natal: EDUFRN, 2016.

ALVES, Luiz Roberto. *Comunicação, cultura e bem-público: convergências metodológicas sob desafios*. In: MALDONADO, Alberto Efendy (Org.). *Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil: Processos receptivos, cidadania e dimensão digital*. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014, p. 101-121.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. *A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência*. 2. ed. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, 1997.

BACHELARD, Gaston. *A Epistemologia*. Lisboa: Edição 70, 2001.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. 2006, HUCITEC.

BONIN, Jiani Adriana. *A pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais com foco na recepção*. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do. (Org.) *Processualidades metodológicas: configurações transformadoras em comunicação*. 1. ed. Florianópolis: insular, 2013, p. 23-42

_____. *Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação*. In: MALDONADO, Alberto Efendy (Org.) *Metodologias de Pesquisa em Comunicação: olhares, trilhas e processos*. Porto Alegre: Sulina, 2011.p. 19-42.

_____. *Problemáticas metodológicas relativas à pesquisa de recepção/produção midiática*. In MALDONADO, Alberto Efendy. (Ed). *Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil*. Salamanca: Comunicación Social, 2014. p. 41-54.

_____. *Questões metodológicas na construção de pesquisas sobre apropriações midiáticas*. In: IMMACOLATA, Maria Vassallo. PEIXOTO, Claudia de Moura. (Org) *Pesquisa em comunicação. Metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: EdiPUC, 2016. p. 214 – 231.

BONITO, Marco. *Processos da comunicação digital deficiente e invisível: Mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas Pessoas com deficiência visual no Brasil*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

BOSI, Cléa. *Tempo vivo da memória*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. *Revista Matrizes*, São Paulo, v. 1. n. 02, p.73-88, 2008. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143017353004>. Acesso em maio 2019.

_____. Um conhecimento aforístico. *Revista de Epistemologias da Comunicação*. v. 2, n. 03. p. 44-53. Jan-jun/2014.

_____. *Comunicação Gerativa: um diálogo com Oliver Sacks*. *Revista Matrizes*. v. 11, n. 2. p. 35-55, janeiro-junho/2017. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/133655/133365>. Acesso em maio 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm Acesso em: setembro de 2018.

_____. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, Brasília, DF: Presidência da República. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm Acesso em setembro de 2018.

_____. *Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência*. Brasília, Distrito Federal, Brasil: [s.n.], 2007

_____. Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). *Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006*. 2006 b. Aprova a Norma Complementar nº 01/2006 - Recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão. Brasília, DF, Anatel, 2006. Disponível em <http://www.mc.gov.br/portarias/24680-portaria-n-310-de-27-de-junho-de-2006> Acesso em outubro de 2018.

_____. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República. 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm

_____. NAÇÕES UNIDAS. Assembleia Geral. Declaração dos direitos das pessoas deficientes. Adotada e proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas em 09 de dezembro 1975. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2018?] Disponível em http://portal.mec.gov.br/images/txt/dec_def.txt Acesso em fevereiro de 2019.

BERSCH, Rita. *Introdução à Tecnologia Assistiva*. Porto Alegre, 2013. Disponível em http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf Acesso em maio 2019.

BRIGNOL, Liliane Dutra. *Migrações transnacionais e usos sociais da internet: Identidades e cidadania na diáspora Latino-Americana*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

CANCLINI, Néstor García. El Consumo Cultural: una propuesta teórica. In: SUNKEL, Guillermo. *El consumo cultural en América Latina*. Construcción teórica y líneas de investigación. 2. ed. ampliada y revisada. Bogotá: Convenio Andrés Bello, 2006. p. 72-95.

_____. *Cultura sem fronteiras (s/d)*. Entrevista com Reynaldo Damazio. Caderno de Leitura. Editora da Universidade de São Paulo – Edusp. Disponível em: http://www.edusp.com.br/cadleitura/cadleitura_0802_8.asp Acesso em setembro de 2019.

_____. *Consumidores e cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização*. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

_____. *A Sociedade em rede*. Do conhecimento à política. Portugal: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, Lisboa, 2005.

_____. *O poder da identidade: a era da informação*. V 2. n 9. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano 1. artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CLAUDIO, Janaina Pereira. *A Cultura dos sujeitos comunicantes surdos: Construções da cidadania comunicativa e comunicacional digital no facebook*. 2016. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016

COMITÊ GESTOR DE INTERNET NO BRASIL, CGI. *Cartilha de Acessibilidade na Web (Fascículo III)*. 2018. Disponível em <https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/13/cartilha-w3cbr-acessibilidade-web-fasciculo-III.pdf> Acessado em agosto 2018.

CORREIA, Maria da Conceição Batista. *A observação Participante enquanto técnica de investigação*. Pensar Enfermagem, v.13, n.2, p. 30-36, 2009.

CORTINA, Adela. *Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania*. São Paulo: Loyola, 2005.

COSTA, Larissa Magalhães. FROTA, M. P. Interpretar e descrever na audiodescrição, ou: o que poderia significar “limitar a um mínimo de interpretação”. In: ADERALDO, Marisa Ferreira et al (Org.). *Pesquisas teóricas e aplicadas em audiodescrição*. Natal: EDUFERN, 2016. *Ebook* (não paginado) Disponível em <https://www.ufrgs.br/comacesso/wp-content/uploads/2019/01/Pesquisas-Teo%CC%81ricas-e-Aplicadas-em-Audiodescri%CC%A7a%CC%83o.pdf> Acesso em: outubro de 2019

DICHER, Marilu. TREVISAM, Elisaide. *A jornada histórica da pessoa com deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana*. In: VITA, Jonathan Barros; BERGAMASCHINE, Jamile Mata; XAVIER, Narciso Leandro (Coord.). *Direitos fundamentais e democracia III*. p. 254-276. Conpedi, 2014. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/publicacao/ufrpb/livro.php?gt=211> . Acesso em fevereiro de 2019

FARIAS, Sandra, R. R. A poética da linguagem cinematográfica no estudo das audiodescrições do filme *Atrás das nuvens*. In: ADERALDO, Marisa Ferreira et al (Org.). *Pesquisas teóricas e aplicadas em audiodescrição*. Natal: EDUFERN, 2016 *Ebook* (não paginado) Disponível em <https://www.ufrgs.br/comacesso/wp-content/uploads/2019/01/Pesquisas-Teo%CC%81ricas-e-Aplicadas-em-Audiodescri%CC%A7a%CC%83o.pdf> Acesso em: outubro de 2019

FERNANDES, Rubem César. *O que é o Terceiro Setor?* In: IOSCHPE, Evelyn Berg et. al. *3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FERREIRA, Jairo. O caso como referência do método: possibilidade de integração dialética do silogismo para pensar a pesquisa empírica em comunicação. In: *Revista Intexto*, Porto Alegre, n. 27, p.161-172. dez. 2012.

FILHO, Paulo Romeu (Org.). *Audiodescrição: Transformando imagens em palavras*. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, 2010

_____. *Definições e conceitos de audiodescrição*. Blog da Audiodescrição. 2014. Disponível em <<http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/audiodescricao>>. Acesso em março 2019

FOLLETO, Rafael. Desafios teóricos da pesquisa com sujeitos comunicantes: a contribuição da noção de cidadania comunicativa. Chasqui. *Revista Latinoamericana de Comunicación*, Quito, n. 131. p. 277-292, 2016.

FRANCO, Eliana Paes Cardoso; SILVA, Manoela Cristiana Correa Carvalho. *Audiodescrição: Breve passeio histórico*. In: MOTTA, Livia Maria Villela de Mello Motta; FILHO, Paulo Romeu (Orgs.). *Audiodescrição: Transformando imagens em palavras*. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, 2010. p. 23-42.

GALVÃO FILHO, Teófilo. A Tecnologia Assistiva: de que se trata? In: MACHADO, Glaucio José Couri.; SOBRAL, M. N. (Orgs.). *Conexões: educação, comunicação, inclusão e interculturalidade*. 1 ed. Porto Alegre: Redes Editora, p. 207-235, 2009.

_____. A construção do conceito de Tecnologia Assistiva: Alguns novos interrogantes de desafios. In: *Revista Entreideias*, Salvador, v. 2, n. 1, p. 25-42, 2013.

GUINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143- 179.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Org. Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília; Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2018. *Releitura dos dados de pessoas com deficiência no Censo Demográfico 2010 à luz das recomendações do Grupo de Washington*. Disponível em ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/metodologia/notas_tecnicas/nota_tecnica_2018_01_censo2010.pdf Acesso em fevereiro de 2019

_____. 2013. *Pesquisa Nacional de Saúde*. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf> Acessado em 16/02/19

_____. 2018. *Panorama Nacional e Internacional de Indicadores Sociais*. Grupos populacionais específicos e uso do tempo. SIMÕES, André; ATHIAS, Leonardo; BOTELHO, Luanda (Org)

JAPIASSU, Hilton. *Introdução ao pensamento epistemológico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

JACKS, Nilda. SCHMITZ, Daniela. *Os meios em Martín-Barbero: antes e depois das mediações*. Matrizes, São Paulo, v.12, n. 1, p. 115-130, jan./abr. 2018.

LANNA JÚNIOR, Mario Cleber Martins (Org.). *História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LEMONS, Edith dos Santos. *Acessibilidade para pessoas com deficiência visual em cursos no moodle: guia para professores*. 2015. Dissertação (mestrado em Tecnologias Educacionais em Rede). Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede. Universidade Federal de Santa Maria, 2015

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. Pesquisas de recepção e Educação para os Meios. *Comunicação & Educação*, São Paulo, n.6, 41-46, 1996. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i6.p41-46>

_____. A teoria barberiana da comunicação. *Matrizes*, São Paulo, v.12, n. 1, p. 39-63, 2018.

MALDONADO, Alberto Efendy. *A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI*. In: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, N. *Perspectivas metodológicas em comunicação: Novos desafios na prática investigativa*. João Pessoa: UFPB, 2008, p.27-54.

_____. Pesquisa em comunicação: trilhas históricas, contextualização, pesquisa empírica e pesquisa teórica. In: _____. et al. *Metodologias da Pesquisa em Comunicação: olhares, trilhas e processos*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. Transmetodologia, cidadania comunicativa e transformação tecnocultural. *Intexto*, Porto Alegre, n. 34, p. 713-727, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19132/1807-8583201534.713-727>

_____. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizadora. In: XVIII Encontro da Compós, na PUC-MG, Belo Horizonte, MG, em junho de 2009. *Anais eletrônicos [...] Belo Horizonte: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. 2009. Disponível em http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1165.pdf Acesso em junho 2018.

_____. *Produtos midiáticos, estratégias, recepção: A perspectiva transmetodológica*. *Ciberlegenda*, n. 09., 2002 Disponível em <http://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36818/21393>. Acesso em maio 2018.

_____. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processo de receptividade comunicativa. In: Maldonado, Alberto Efendy (Ed.). *Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil*. Salamanca: Comunicación Social, 2014. p.17-41.

MARRE, Jacques. *A construção do objeto científico na investigação empírica*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Tradução de Ronald Polito; Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997

_____. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, Denis de (Org.). *Sociedade Midiatizada*, Rio de Janeiro: Maudad, 2006. p. 51-79.

- MARTINI, G. Felipe. *Platina: transmetodologia radical e escutas poéticas musicais entre Porto Alegre e Montevideu*. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018
- MATTELART, Armand.; MATTELART, Michele. *História das teorias da comunicação*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- MATURANA, Humberto.; VARELA, Francisco. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano*. São Paulo, 1995.
- MAYER, Flavia Affonso. *Imagem como símbolo: a semiótica aplicada à prática da audiodescrição*. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, PUC Minas Gerais. 2012.
- MELO, Desirée Paschoal de; MELO, Venise Paschoal de. *Uma introdução à semiótica peirceana*. Paraná: UNICENTRO, 2015.
- MILLS, Charles Wright. Do artesanato intelectual. In: _____. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. p. 211-243
- MOTTA, Livia M Villela; ROMEU, Paulo F (org.). *Audiodescrição*. Transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria de Direitos da Pessoa com Deficiência/Governo do Estado de São Paulo. 2010.
- MORIN, Edgar. O Método, vol. 3, *O conhecimento do conhecimento*. Lisboa: Europa-América, 1986, p. 120-230
- _____. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2015
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigação em psicologia social*. Rio de Janeiro, vozes, 2003.
- NUERNBERG, Adriano, H. Contribuições de Vigostki para a educação de pessoas com deficiência visual. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 13, n. 2, p. 307-316, abr./jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2/a13v13n2.pdf> Acesso em maio de 2019.
- NUNES, Sylvia. LOMÔNACO, José, F., B. O aluno cego: preconceitos e potencialidades. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v.14, n. 1, jan./jun., 2010: 55-64. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n1/v14n1a06> acesso em 09/05/19
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembleia Geral. Declaração universal dos direitos humanos. Adotada e proclamada pela Assembléia Geral das Nações Unidas

(resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948. Brasília, DF: UNICEF, [2018?]. Disponível em <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> Acesso em fevereiro de 2019

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Relatório Mundial sobre a Deficiência / World Health Organization, The World Bank*. Tradução Lexicus Serviços Linguísticos. São Paulo. SEDPcD, 2012. Disponível em http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf Acesso em fevereiro de 2019.

PEIRCE, C.S., *A fixação da crença*. Lusosofia, 1877. Tradutor: Anabela Gradim. Disponível em: www.lusosofia.net/textos/peirce_a_fixacao_da_crenca-pdf Acesso em abril 2019

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Possibilidades, realidade e desafios da comunicação cidadã na web. São Paulo, *Revista Matrizes*, n.3., v. 12. p. 77-100, set/dez 2018.

PIKETTY, Thomas. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PLAZA, Júlio. *A tradução intersemiótica*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

POZZOBON, Graciela. Atriz Graciela Pozzobon faz audiodescrição. Entrevistador: Jô Soares. São Paulo: TV Globo, 2008. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/2812698/> Acessado em julho 2019.

PREFEITURA de Porto Alegre. Plano Diretor de Acessibilidade. In: Prefeitura de Porto Alegre [Porto Alegre] 2011. Disponível em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smacis/usu_doc/plano_diretor_de_acessibilidade_de_porto_alegre.pdf Acessado em fevereiro 2019

QUIVY, Raymond. CAMPENHOUDT, Luc V. *Manual de investigação em ciências sociais*. 4. ed. Lisboa: Gradiva, 2005.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de interpretação na linguística: seus alicerces e seus desafios. In: ARROJO, Rosemary (Org.). 2. ed. *O signo desconstruído: implicações para a tradução, a leitura e o ensino*. Campinas, SP: Pontes, 2003.

RECUERO, Raquel da Cunha. *Comunidades em Redes Sociais na Internet: Proposta de Tipologia baseada no Fotolog.com*. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

_____. *Comunidades Virtuais em Redes Sociais na Internet: Uma proposta de estudo*. Ecompos, Internet, v. 4, n. Dez 2005. Disponível em <http://www.raquelrecuero.com/seminario2005.pdf> Acesso em abril de 2019

ROMANELLI, Geraldo. A entrevista antropológica: troca e alteridade. In: Geraldo Romanelli; Zélia Maria Mendes Biasoli Alves. (Org.). *Diálogos metodológicos sobre prática de pesquisa*. 1ª ed. Ribeirão Preto-SP: Ed. Legis Summa Ltda, 1998, p. 119-133.

RUEDA, Rocio. Cibercidadanías, multitud y resistências. In: LAGO, Silvia (Comp.). *Ciberespacio y resistências: exploración em la cultura digital*. Buenos Aires: Hekht Libros, 2012. p. 101-121.

SAGGIN, Livia. BONIN, Jiani Adriana. Perspectivas para pensar as inter-relações entre sujeitos comunicantes e mídias digitais na constituição de cidadania comunicativa. *Revista Conexão - Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul, v. 16, n 32, p. 97-113, jul. /dez. 2017.

_____. Reflexões teóricas para pensar as relações entre mídias, identidades culturais, movimentos sociais e cidadania. *Revista do Programa de Pós-graduação em Comunicação Universidade Federal de Juiz de Fora*, v. 10, n. 01, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/21229/11546> Acesso em maio 2019

SANTAELLA, Lucia. *Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura*. São Paulo: Paulus, 2004. Disponível em: <https://midiaeduca.wordpress.com/2016/11/11/livro-para-download-cultura-e-artes-do-pos-humano/>

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma epistemologia do Sul. In: Boaventura de Sousa Santos. *A gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento, 2006.

SARTRE, Jean-Paul. *Crítica de la razón dialéctica*. Buenos Aires: Losada, 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SCHMITZ, Daniela M. Consumo, sentidos, usos e apropriações nas pesquisas de recepção: nem tão sinônimos, nem tão distantes. *Intexto*, Porto Alegre, n. 34, p. 255-275, set./dez., 2015.

SILVA, Otto Marques da. *Epopéia ignorada A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje*. São Paulo: CEDAS, 1987.

SILVA, Claudia F.; FERREIRA, Simone, B. R.; RAMOS, João, F. M. *Acessibilidade do WhatsApp sob a perspectiva de pessoas com deficiência visual*. In: XV Simpósio Brasileiro sobre Fatores Humanos em Sistemas Computacionais (IHC2016) São Paulo, 2016. *Anais eletrônicos*. São Paulo. Disponível em <http://nau.uniriotec.br/images/pdf/publicacoes/2016-ihc-claudia.pdf> Acesso em março de 2019

SILVA, Janaina Cristina; DAMACENO, Rafael Jeferson Pezzuto; Braga, Juliana Cristina *Estudo de Aplicativos Móveis para Deficientes Visuais no Âmbito Acadêmico*. In: XXVI Simpósio Brasileiro de Informática na Educação (SBIE 2015), Santo André, 2015. Anais

CBIE-LACLO 2015, p. 722-731. Disponível em <
<https://pdfs.semanticscholar.org/1df9/19b9c96f29f29b3eed68ff409489f0ef0a50.pdf>> Acesso
em abril de 2019.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola, 2002.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiaticização. In: MORAES, Denis de
(Org). *Sociedade Midiaticizada*, Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p. 21-31.

SONZA, Andréa Poletto; SANTAROSA, Lucila M C. *Ambientes Digitais Virtuais:
Acessibilidade aos deficientes visuais*, Porto Alegre, v.1, n.1, 2003.

SOUSA, Joana Belarmino de; SIQUEIRA, Jonara Medeiros. Redes sociais: tecnologias
assistivas para a inclusão e a cidadania. *Revista Periferia*, v.9, nº 1, p. 112-129, 2017,

UNESCO. *Diretrizes de políticas para aprendizagem móvel*. Tradução: Representação da
UNESCO no Brasil. Brasília, DF, 2014. Disponível em <http://www.bibl.ita.br/UNESCO-Diretrizes.pdf> Acesso em março de 2019.

VERON, Eliseu. Teoria da midiaticização: uma perspectiva semioantropológica e algumas de
suas consequências. *Matrizes*, São Paulo, v. 8, n. 1, jan./jun., p. 13-19, 2014.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. *Obras escogidas: fundamentos de defectologia*, v. 5. Madrid:
Visor, 1997

VIRALONGA, Iracema. *A dimensão formativa do cinema e a audiodescrição: um outro
olhar*. 2009

SCHWARTZ, Letícia. O Outro Lado da Moeda. In: MOTTA, Lívia Maria Villela de Mello
Motta; FILHO, Paulo Romeu (Orgs.). *Audiodescrição: Transformando imagens em palavras*.
Local: São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, 2010

APÊNDICE A – ROTEIRO DA FASE SISTEMÁTICA DA PESQUISA: ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

Bloco 1 – Perfil sociocultural e rotinas

- Nome
- Idade:
- Onde nasceu e onde mora atualmente:
- Formação escolar:
- Profissão
- Exerce alguma atividade laboral? Qual?
- Em caso afirmativo, o local de trabalho é acessível?
- Faixa de renda (em salários mínimos)

Possui

- Celular? Marca/modelo
- Computador? Tipo
- Outros aparatos de comunicação – quais?
- Quais suas atividades rotineiras?

Bloco 2 - Trajetória vinculada à deficiência visual

- Qual tipo de deficiência visual possui (cegueira, baixa visão)?
- Desde quando possui a deficiência?
- Utiliza bengala, óculos escuros?
- Lê em braile?
- Contar sua trajetória pessoal, familiar e social vinculada à deficiência (precisar aspectos interessam neste histórico)
 - Modos de vivenciar a deficiência
 - Preconceitos
 - Limitações e alternativas (ambiente familiar, educativo, sociocultural)
 - Os ambientes educacionais que frequentou eram acessíveis?
 - E quanto a outros ambientes que vivenciou?
 - Teve dificuldades no campo do trabalho por conta da sua deficiência visual?
- Exerce alguma atuação política ligada às PDV? Qual(is)?
- Em que consiste essa atuação?
- Desde quando está vinculado a esta atuação?
- Como começou a atuar neste cenário?
- Que cenário de atuação é este ao qual está ligado?
- Que pautas são defendidas? Que lutas são empreendidas?

Bloco 3 – Trajetória de usos e apropriações midiáticos

a) Mídias em geral

- Quais os meios de comunicação foram mais presentes em sua vida (Rádio, Jornal, Tv)? Que tipos de usos realizou/realiza destes meios?
- Atualmente, qual o meio de comunicação mais utilizado para se informar? Por que?

- Tem o hábito de assistir TV?
- Em caso afirmativo, quais programas assiste?
- Com que frequência?
- Como avalia a acessibilidade neste meio?

- Tem o hábito de assistir filmes?
- Em caso afirmativo, quais os tipos?
- Onde?
- Com que frequência?
- Como avalia a acessibilidade nestes meios?

- Tem o hábito de ouvir rádio?
- Em caso afirmativo, quais tipos de programas escuta?
- Com que frequência escuta?
- Como avalia a acessibilidade desses conteúdos?

b) Mídias Digitais

- Com que frequência acessa a internet?
- Quais os dispositivos que usa para acessar a internet (computador, smartphone, tablet)?
- Qual o principal dispositivo utilizado (computador, smartphone, tablet)? Por que?
- Como aprendeu a utilizar este dispositivo?

- Quais sites costuma acessar?
- Quais redes sociais costuma acessar?
- Que tipo de conteúdo costuma publicar e compartilhar nas redes sociais?
- Como avalia as suas interações nas redes sociais?

- Quais recursos de acessibilidade/tecnologia assistiva utiliza para esse acesso (app, softwares específicos)?
- Como avalia estes recursos em termos de possibilitar acessibilidade?
- Que táticas utiliza para ter acesso aos conteúdos quando há barreiras informativas?

c) WhatsApp

- Qual o tipo de smartphone utiliza para o acesso ao WhatsApp (marca, modelo)?
- Para que utiliza o WhatsApp?
- Com que frequência utiliza?
- Em que tipo de grupos participa?

- Que tipo de conteúdos compartilha? Tem preferência por áudio ou texto?
- Como percebe os emoticons? Costuma utilizá-los nas mensagens enviadas?
- Usa corretor ortográfico/gramatical?

Bloco 4 – Relações com o grupo interação com AD

- Como tomou conhecimento do grupo?
- Desde quando participa do grupo?
- Por que você participa do grupo?
- Que sentido tem o grupo para você?
- A participação no grupo afetou/afeta a sua vida? Em que sentidos? Como?
- Com que frequência interage no grupo?
- Que tipo de interações realiza? (ouvir, mandar mensagens)
- Qual a sua intenção ao compartilhar conteúdos no grupo?
- Qual o principal objetivo do grupo para você?
- Que outros objetivos o grupo tem?
- Considera que esses objetivos são atingidos?
- Quais as pautas mais relevantes debatidas no grupo?
- Que tipos de debates acontecem em relação a estas pautas?
- Há conflitos/divergências no grupo?
- Que outros aspectos poderiam ser pauta no grupo na sua avaliação?
- Como a Audiodescrição é tratada no grupo?
- Que aspectos são avaliados, discutidos sobre audiodescrição neste espaço?
- O grupo tem relações fora do WhatsApp?
- Que tipo de relações os integrantes mantem?
- Que atividades presenciais realizam?

Bloco 5 – Sujeitos cegos, audiodescrição e cidadania comunicativa

- Como entende a situação atual das PDV no país?
- Você conhece a legislação envolvendo AD? O que sabe sobre as leis de acessibilidade no Brasil?
- Qual a sua relação com a AD?
- Quais os principais conteúdos com AD você costuma consumir (TV, cinema, internet)?
- Com que frequência você assiste filmes no cinema com AD?
- Como avalia a audiodescrição nestes espaços?
- Quais pontos considera mais importantes para uma boa audiodescrição (entonação voz, descrição, atuação do audiodescritor)?

- Quais problemas apontaria em torno da audiodescrição e de sua implementação como recurso de acessibilidade?
- Como a participação no grupo INTERAÇÃO COM AD influenciou nestas tuas concepções sobre a situação dos sujeitos cegos, a acessibilidade e a audiodescrição?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO NO GRUPO DE WHATSAPP INTERAÇÃO COM AD

1) Informativo

- Que tipo de informações?
- Fontes midiáticas?
- Compartilham informações de outros grupos?
- Que tipos de eventos divulgam?

2) Socialização do grupo

- Combinações idas eventos
- Compartilhamento de fotos sobre o estar junto

Este uso pode ser pensado como forma de:

- Construir pertença – vínculos, laços?
- Construir comunidade?
- Reconhecer-se como sujeitos?

3) Relato, negociações e discussões relativas a questões vinculadas à AD e consumo cultural

- Eventos: Experiencia, acessibilidade, confraternização
- Audiodescrição: importância recurso, profissionais, uso recurso TV aberta e fechada, importância da divulgação do recurso, detalhes EAD em filmes e obras
- Há contradições, conflitos?
- É um espaço de formação crítica sobre as questões que envolvem a AD e o consumo cultural como dimensão da cidadania?
- Há emergência de demandas coletivas?
- Há desenho, reflexão, constituição de ações coletivas?